



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 9

SEXTA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1992

Autoriza a República Federativa do Brasil a garantir o contrato de empréstimo externo a ser celebrado entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada na forma da Resolução nº 96, de 1989, prorrogada pelas Resoluções nº 45, de 1990 e 53, de 1991, do Senado Federal, a garantia da República Federativa do Brasil ao contrato de empréstimo externo a ser celebrado entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US\$145,000,000.00 (cento e quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. O empréstimo referido neste artigo destina-se ao financiamento da execução do projeto de drenagem, rodovias, água e esgoto das zonas baixas de Belém, tendo como órgão executor a Companhia de Saneamento do Estado do Pará, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 42, de 1991 de 2 de dezembro de 1991.

Art. 2º A operação obedecerá às seguintes condições financeiras:

I — valor US\$145,000,000.00 (cento e quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos); em dois instrumentos contratuais:

a) US\$115,000,000.00 (cento e quinze milhões de dólares norte-americanos), ou quantia equivalente em outras moedas, exceto a da República Federativa do Brasil;

b) US\$30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) em cruzeiros;

II — prazo: vinte e cinco anos;

III — juros: os juros do empréstimo de US\$115,000,000.00 (cento e quinze milhões de dólares norte-americanos) serão exigíveis semestralmente, a uma taxa anual para cada semestre, determinado pelo custo de Empréstimos Qualificados para o semestre anterior. Para o empréstimo de US\$30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) os juros serão semestrais a uma taxa de 3% a.a., sobre os saldos devedores, contados da data dos respectivos desembolsos;

IV — amortização:

a) o empréstimo de US\$115,000,000.00 (cento e quinze milhões de dólares norte-americanos) deverá ser totalmente amortizado até o dia 24 de novembro de 2016, mediante o pagamento de prestações semestrais, a primeira das quais será paga em seis meses contados da data prevista para o desembolso final dos recursos;

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

PASSOS PORTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

b) o empréstimo de US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) deverá ser totalmente amortizado até o dia 24 de novembro de 2016, mediante o pagamento de prestações semestrais, a primeira das quais será paga em dezoito meses da data prevista para o desembolso final dos recursos;

V — prazo para desembolso final: quatro anos contados da data da vigência dos contratos.

Art. 3º A autorização de que trata esta resolução será exercida no prazo de doze meses, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de janeiro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

SUMÁRIO**1 — ATA DA 9ª SESSÃO, EM 23 DE JANEIRO DE 1992****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Leitura de projeto**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, que susta o Decreto nº 430, de 20 de janeiro de 1992, que regulamenta o art. 4º, da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991 e dá outras providências.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 8, de 1992, de autoria do Senador Gérson Camata, solicitando a transcrição nos anais do Senado Federal, do artigo "O Escândalo do Café", publicado no jornal **O Globo**, no dia 19 de janeiro de 1992.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR JOSAPHAT MARINHO — Homenagem póstuma ao ex-Deputado baiano Manoel Novaes.

SENADOR MÁRIO COVAS — Trabalho preliminar apresentado pelo Tribunal de Contas da União sobre as finanças da Previdência Social. Questionando a validade de dados financeiros da Previdência Social fornecidos pelo Governo Federal.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Posição contrária de S. Exª ao projeto do Governo que altera as

contribuições da Previdência Social. Mudanças ministeriais que deverão ocorrer na área da administração direta.

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA — Carta do Sr. Jacob Bittar, Prefeito de Campinas-SP, de esclarecimentos a informações solicitadas pelo Senador Eduardo Suplicy. Reafirmando o direito dos funcionários do Senado Federal em receber a URP.

O SR. PRESIDENTE — Resposta a indagações formuladas pelo Senador Maurício Corrêa.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Rejeição, pela Câmara dos Deputados, do projeto que dispõe sobre fontes de custeio para a Previdência Social. Relatório preliminar do Tribunal de Contas da União, sobre contas da Previdência Social.

SENADOR ALBANO FRANCO — 50º aniversário do Senai.

SENADOR CÉSAR DIAS — Apreensão de S. Exª com a possibilidade de o Exército venezuelano ter abatido um avião brasileiro.

SENADOR NEY MARANHÃO — Colocações sobre o relatório preliminar do Tribunal de Contas da União, relativamente às contas da Previdência Social.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN — Rejeição, pela Câmara dos Deputados, do projeto que dispõe sobre fontes de custeio para a Previdência Social e dá outras providências.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Situação de falência das prefeituras municipais de Sergipe.

SENADOR EDUARDO SUPLÍCY — Comemorações do 438º aniversário da cidade de São Paulo. Atentado sofrido por vereadores em Macapá. Rejeição, pela Câmara dos Deputados, do projeto do Governo que reajustava as contribuições da Previdência Social.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Falecimento do compositor e cantor Alfredo do Nascimento.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Restauração, pelo Governo da Bahia, do Colégio Ypiranga, na cidade de Salvador.

1.2.4 — **Ofício**

— Nº 170/92, de autoria do Sr. Ibsen Pinheiro, comunicando a rejeição do Projeto de Lei nº 2.474/92, que “dispõe sobre fontes de custeio para a Previdência Social e dá outras providências”, bem como o encerramento dos trabalhos da presente sessão legislativa extraordinária.

1.2.5 — **Comunicações da Presidência**

— Proposta de criação de uma Comissão destinada a estudar e apresentar sugestões para solucionar a crise da Previdência Social.

Aprovada

— Término da presente sessão legislativa extraordinária.

1.3 — **ENCERRAMENTO**

2 — **DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Sr. Nabor Júnior, proferido na sessão de 21-1-92.

3 — **ATOS DO PRESIDENTE**

Nº 16 a 18, de 1992.

4 — **DIRETORIA-GERAL**

— Extrato de termo de ocupação
— Edital nº 1/92

5 — **MESA DIRETORA**

6 — **LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

7 — **COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 9ª Sessão, em 23 de janeiro de 1992

3ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Alexandre Costa,
Meira Filho e Magno Bacelar*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:**

Affonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Aluizio Bezerra – Beni Veras – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Epitácio Cafeteira – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydekel Freitas – João França – João Rocha – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Richa – José Sarney – Júnia Marise – Lavoisier Maia – Levy Dias – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Mário Covas – Mauro Benevides – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Oziel Carneiro – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ruy Bacelar – Valmir Campelo – Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1992

Susta o Decreto nº 430, de 20 de janeiro de 1992, que “regulamenta o art. 4º, da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991 e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o Decreto nº 430, de 20 de janeiro de 1992, que “regulamenta o art. 4º, da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991 e dá outras providências”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A pretexto de regulamentar dispositivo da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, que “disciplina a transação nas causas de interesse da União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais, dispõe sobre a intervenção da União Federal nas causas em que figurarem como autores ou réus entes da administração indireta, regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, revoga

a Lei nº 6.825, de 22 de setembro de 1980 e dá outras providências”, exorbita, o Poder Executivo, o poder regulamentar. E o faz com a edição de diploma de caráter nitidamente inconstitucional.

1. Com efeito, ao proibir o pagamento de créditos de natureza alimentícia, devidos pela Fazenda Federal, em virtude de sentença judiciária, sem disponibilidade de recursos orçamentários ou adicionais, bem como o seu diferimento para o ano seguinte ao da decisão, o Decreto nº 430, de 20 de janeiro de 1992, nega vigência ao art. 100, da Constituição da República. E isto porque a norma constitucional excepcional, claramente, os créditos de natureza alimentícia, daqueles cujo pagamento deve ser feito, exclusivamente, na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta de verbas incluídas no orçamento de entes públicos, com destinação específica.

2. O art. 3º e parágrafo único do Decreto procura legitimar o descumprimento, por autoridade pública ou repartição, de decisão judicial. Desobedecem, assim, ao princípio da coisa julgada, estatuído pelo art. 5º, item XXXVI, da Constituição da República.

3. O caput, do art. 3º, tipifica um novo crime, contrariando o item XXXIX, do art. 5º, da Constituição, que exige lei ordinária para a definição de crime e de sua pena.

4. O art. 84, item IV, da Lei Fundamental, estabelece limites aos atos privativos do Presidente da República. A pretexto de regulamentar lei, não pode o Poder Executivo, pela estreita via do decreto, extravasar o caráter nitidamente instrumental do meio, para invadir tema próprio de lei ordinária.

5. O art. 48, item V, da Lei Maior, confere ao Congresso Nacional competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Esta a razão pela qual submetemos à apreciação de nossos pares o presente projeto de Decreto Legislativo, em cuja aprovação acreditamos, em respeito ao primado da Lei e ao ordenamento jurídico nacional.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1992. — Senador Humberto Lucena.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 430, DE 20 DE JANEIRO DE 1992

Regulamenta o art. 4º da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto nos arts. 100 e 167, inciso II, todos da Constituição, e de acordo com o art. 4º da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, decreta:

Art. 1º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, autarquias federais e fundações públicas criadas ou mantidas pela União serão realizados, exclusivamente, na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciais e à conta do respectivo crédito.

§ 1º É assegurado o direito de preferência aos credores de obrigação de natureza alimentícia, obedecida entre eles, a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciais.

§ 2º São considerados créditos de natureza alimentícia aqueles decorrentes de condenação ao pagamento de diferenças de vencimentos, proventos e pensões, de indenização por acidente do trabalho, de indenização por morte ou invalidez

fundadas na responsabilidade civil e de outros da mesma espécie.

Art. 2º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

Art. 3º Nenhuma autoridade poderá autorizar pagamentos, decorrentes de decisão judiciária, em desacordo com o estabelecido neste regulamento, sob pena de incorrer nas sanções do art. 315 do Código Penal.

Parágrafo único. A autoridade ou repartição responsável pelo cumprimento de decisão judicial, para cuja execução não haja disponibilidade de recursos orçamentários ou adicionais, se absterá de cumpri-la, disso dando ciência à autoridade judiciária e ao respectivo Ministro de Estado ou dirigente superior da entidade, para os fins do disposto no artigo anterior.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a quaisquer pagamentos ainda não realizados pelas entidades referidas no art. 2º

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, devendo a sua tramitação iniciar-se em 17 de fevereiro do corrente ano.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 8, DE 1992

Nos termos do art. 210, do Regimento Interno, requiro a transcrição nos anais do Senado Federal, do artigo “O Escândalo do Café”, publicado no jornal *O Globo*, no dia 19 de janeiro de 1992.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1992. — Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alufcio Bezerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: estava inscrito para tratar do assunto, em discussão no Congresso, das medidas legislativas em torno da situação dos aposentados e pensionistas. Ocorre, Sr. Presidente, que deverá ser sepultado, hoje, nesta capital, dentro de algumas horas, o ex-De-

putado Manoel Novaes. Devo, assim, cumprir a obrigação de Representante da Bahia de dar absoluta precedência à comunicação que faço à Casa, para salientar o que representou o Deputado Manoel Novaes na política baiana.

Embora nascido em Pernambuco, fez ele toda a carreira política na Bahia. Participou do movimento da Aliança Liberal ainda muito jovem. Com a vitória da Revolução, foi Auxiliar de Gabinete do Interventor Juracy Magalhães. Pelo trabalho que desenvolveu e diante da forma com que procedeu durante o período do governo provisório, credenciou-se à representação política. Foi, primeiramente, Deputado à Constituinte de 1934. A partir daí e até bem recentemente, foi Representante da Bahia na Câmara Federal todas as vezes em que houve eleição.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Ouço V. Ex^a, nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista — Nobre Senador Josaphat Marinho, foi com muita tristeza que recebi a notícia que V. Ex^a me deu a respeito do falecimento do Deputado Manoel Novaes. Era um homem extraordinário, um lutador. E V. Ex^a, ao dizer das funções que exerceu, sendo, em 1934, eleito Deputado Federal, nesta hora, recordo-me de S. Ex^a num episódio acontecido comigo. Estudei no Colégio Antônio Vieira, do 2º ao 4º ano do ginásio. Os padres resolveram que, devido ao fato de a turma ser muito bem comportada, não haveria 5º ano. Então, matriculei-me no Ginásio Ipiranga e, lá, numa prova parcial, sentei-me numa carteira com um colega, amigo meu de Esplanada, Hamilton Mendes de Carvalho, e começamos as provas. Um professor, que não quero declinar o nome, passa por mim — eu estava de roupa branca e tinha uma carta no meu bolso; a roupa branca se abriu um pouco, e esse professor quis meter a mão em meu bolso. Segurei o bolso e disse: “Não se mete a mão no bolso de um cavalheiro”. O professor insistiu. Nisso, Lúcio Manoel Novaes, que era fiscal federal do Colégio Ipiranga — e depois foi eleito Deputado Federal — perguntou o que havia ocorrido. O professor disse que eu estava pescando. O Deputado Manoel Novaes virou-se e disse: “Ele está com a pesca em cima da mesa?” Aí o professor disse: “Não”. — “Então, ele não estava pescando”. E salvei-me. Devido àquilo teria perdido a cadeira, perdido o ano, e não me matricularia, no ano seguinte na Faculdade de Medicina da Bahia. Fiquei devendo esse grande favor ao Deputado Manoel Novaes. Depois nos encontramos na Câmara dos Deputados. Fomos deputados durante algumas legislaturas e por ele eu tinha uma grande estima, uma grande admiração. Ele dominou aquela região do São Francisco e prestou relevantes serviços à Bahia. É com tristeza que recebo a notícia, dada por V. Ex^a, da morte de Manoel Novaes, que tinha minha estima e minha admiração.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Incorpo seu aparte, nobre Senador, ao que começava a salientar. V. Ex^a, desde logo, pôs em relevo uma das virtudes do Deputado Manoel Novaes, e o fato a que se referiu é de quando ele, ainda jovem, revelava seu espírito de solidariedade humana e seu desamor pela violência.

Deputado na Constituinte de 1934, solidário com a revolução e com o Governo baiano, permaneceu político, sendo novamente eleito Deputado Federal à legislatura que começou em 1935. Suspenso o processo político eleitoral, em 1937, continuou na Bahia, sempre solidário com o seu amigo, ex-Governador

Juracy Magalhães, a quem acompanhou no ostracismo, pela renúncia do primeiro a aderir ao Estado Novo. Reabertos os pleitos eleitorais, estava de novo ao lado dos seus antigos companheiros. Quando ocorreu na Bahia a junção de todas as forças políticas que combatiam a ditadura, o ditador, ou seja, o Estado Novo, os antigos companheiros do Sr. Juracy Magalhães e os do chamado Movimento Autonomista da Bahia juntamo-nos todos na União Democrática Nacional. Manoel Novaes foi outra vez eleito Deputado à Constituinte de 1946. Por divergências políticas ocorridas no plano nacional e refletidas na Bahia, participou depois do Partido Republicano, continuava, porém, solidário com o seu antigo chefe e amigo, tanto que eleito Juracy Magalhães, Governador da Bahia, Manoel Novaes, com o seu partido, integrou o governo. Membro — como disse — do Partido Republicano, chefiava na verdade uma parcela ponderável da política baiana; elegia uma bancada estadual e uma bancada federal.

O Sr. Epitácio Cafeteira — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Josaphat Marinho, quero, neste momento, em nome do meu partido, o Partido Democrata Cristão, associar-me às homenagens prestadas a Manoel Novaes, que conheci na Câmara dos Deputados e de quem fui companheiro por três legislaturas. Pedi o aparte quando V. Ex^a falava que, com seu prestígio, ele elegia uma grande bancada. Diria que o seu prestígio era tão grande que foi o primeiro parlamentar, no Brasil, a se eleger para o mandato de Deputado Federal e trazer também eleita a sua esposa. Foi o primeiro “casal 20” que tivemos no Congresso, dado exatamente o prestígio que Manoel Novaes disputava no Estado da Bahia. Era um defensor intransigente do rio São Francisco. Conhecido de todos nós, era um cavalheiro; lhano no trato, despido de qualquer vaidade. Acho que o Brasil perdeu um grande filho. Manoel Novaes, com toda certeza, era o orgulho não apenas da Bahia, mas também era o orgulho de todos nós que com ele convivemos. Deixou, no Congresso Nacional, de forma indelével, a marca de sua presença, da sua retidão de caráter, do seu patriotismo, do seu trabalho em prol deste País. Quero que V. Ex^a incorpore este aparte ao seu discurso com a presteza deste seu colega e que leve ao povo baiano, à família de Manoel Novaes, a mensagem de que podem se orgulhar de ter tido um homem como Manoel Novaes na história da Bahia e na história do Brasil.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O testemunho de V. Ex^a, Senador Epitácio Cafeteira, é tanto mais valioso porque foi companheiro de Manoel Novaes, como acaba de assinalar, em três legislaturas.

Então, V. Ex^a, pessoalmente, há de ter observado a capacidade de trabalho do representante do povo, o seu interesse pelo desenvolvimento da região do São Francisco, o empenho que desenvolvia, não apenas pelas verbas em favor do vale do São Francisco, mas, sobretudo, para que os recursos fossem efetivamente distribuídos.

Deputado sempre, até o seu último mandato, Manoel Novaes era, principalmente, o Deputado conquistador de recursos para as regiões a que mais se dedicava, no Estado da Bahia.

O Sr. Oziel Carneiro — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não. Ouço V. Ex^a

O Sr. Oziel Carneiro — Nobre Senador Josaphat Marinho, toda a Bahia chora o falecimento do ex-Deputado Manoel Novaes. E exatamente no instante em que V. Exª faz o necrológio daquele grande brasileiro, gostaria de apresentar os votos e sentimentos de pesar e solidariedade da Bancada do PDS nesta Casa, aos baianos que perderam esse grande homem público, e também de externar que estes sentimentos de pesar da Bancada do meu Partido nesta Casa, sejam estendidos aos familiares desse homem público, que todos nós aprendemos a admirar, que foi Manoel Novaes.

O Sr. Magno Bacelar — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com muita honra.

O Sr. Magno Bacelar — Para não atrapalhar o raciocínio de V. Exª, também como o Senador Epitácio Cafeteira tive a honra de ser companheiro de Manoel Novaes, na Câmara dos Deputados, por três legislaturas. Eu o conhecia e o admirava, sobretudo, pela sua longa folha de serviços prestados ao nosso País. Neste momento, quero me associar ao sentimento do povo baiano e, acredito que de todo o Congresso brasileiro, e em nome do meu Partido trazer a nossa solidariedade à família, ao povo baiano, lamentando, juntamente com todo o Brasil, a perda de um grande brasileiro. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Os novos testemunhos, Sr. Presidente, que acabam de ser dados por mais dois ilustres representantes, confirmam o julgamento que não só a Bahia, mas toda a Nação faz do trabalho, do esforço, do desvelo do Deputado Manoel Novaes, pelos interesses do Estado que representava. É sabido do seu esforço, mais do que o seu esforço, é sabida a bravura com que defendia as emendas que apresentava aos projetos de lei e sobretudo ao orçamento.

Lembro mesmo que houve um momento em que o Sr. Octávio Mangabeira, fazendo uma retrospectiva da política baiana, referiu-se à forma com que o Deputado Manoel Novaes — dizia o velho baiano — com os seus braços imensos e a sua grande voz, reclamava junto a cada relator o devido cuidado para com as verbas pleiteadas para a Bahia. E assim perseverou até o seu último mandato, quando era, então, o mais antigo Deputado brasileiro.

É de assinalar, entretanto, que o seu afastamento do Congresso não significou a sua retirada da vida pública. Como candidato ou sem ser candidato, continuou participando das lutas políticas da Bahia, e assim o fez nas duas últimas campanhas, a de 1986 e a de 1990. Se os correligionários em geral lhe reconhecem a participação valiosa, pessoalmente, pelo apoio que dele recebi, devo assinalar a firmeza, a solidariedade com que se manteve fiel, independentemente de qualquer interesse nos resultados da eleição.

Homem simples, como aqui já foi assinalado, já não sendo Deputado continuou morando em Brasília. Não saiu da Superquadra 106, modestamente ali morava.

Esse é um dos aspectos a ser salientado na vida do Deputado Manoel Novaes. Por algumas vezes tentaram atingi-lo, supondo-o interessado na aplicação de verbas para serviços a que dedicava o seu esforço.

No momento em que, sobretudo, deixou de ser Deputado é que se pôs devidamente em relevo sua honradez. Pobre quando Deputado, pobre continuou depois de o ser. A modestia da sua vida é a indicação mais significativa de sua qualidade de homem probó.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Ouço o nobre Senador Francisco Rollemberg.

O Sr. Francisco Rollemberg — Senador Josaphat Marinho confesso a minha emoção, ao adentrar neste plenário nesta tarde e encontrá-lo reverenciando a memória de Manoel Novaes. Manoel Novaes, eu soube da sua existência e conheci a figura humana que ele era, quando estudante de medicina ainda na Bahia. Estávamos no 3º ano, quando matriculou-se na faculdade de medicina e veio para nossa turma, um senhor já maduro de gestos tímidos, de trajes pobres que me contou a seguinte história: estou voltando à faculdade de medicina graças a uma visita de um político à minha Terra. Eu era um pequeno comerciante e fui indicado para fazer a saudação ao Deputado Manoel Novaes, e fiz. Quando terminei o meu discurso, o Deputado Manoel Novaes me procura e me diz: O senhor parece que estudou alguma coisa, elaborou um discurso muito interessante. Que grau de estudo tem o senhor? Ele lhe conta: eu fui universitário, eu estudei medicina e concluí o 2º ano. Mas a minha família era muito pobre, meus pais faleceram, tive que assumir a direção da minha família e não voltei mais a estudar, e já se vai muito tempo isso. O Manoel Novaes, então, lhe pergunta: e você gostaria de ser médico, de voltar à faculdade? Disse ele: É um sonho de longo acalentado, mas é um sonho tão-somente. Ele foi à Bahia, voltou, e, depois, disse: "Você já está rematriculado na Faculdade de Medicina" (naquela época não havia o jubileamento). "E você vai para Salvador" e meu colega demonstra que não havia possibilidade de ir para Salvador: era casado, já tinha família, não tinha do que viver. Ele disse: "Você vai porque eu vou lhe levar para Salvador". Este meu colega viveu com o pouco do que tinha e mantido por Manoel Novaes, até que, um dia, ele o empregou na Sucam. E este rapaz se formou em medicina na minha turma. Foi um gesto de extrema humanidade, de um humanismo a toda prova. E assim eu conheci Manoel Novaes. Os anos passam e, em 1971, chego a esta Casa e, por uma feliz coincidência, fui indicado para participar da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste e fui trabalhar com Manoel Novaes. Dele não mais me separei. Ao lado dele e de Leon Sampaio, de Janduir Carneiro, fiz o aprendizado na vida pública. Foram três pessoas, foram três Colegas mais velhos, a quem eu não me furto sempre de reverenciar, pelo pouco que fui capaz de captar ante a imensa sabedoria política que eles tentaram me transmitir. Manoel Novaes foi aquele homem, como diz V. Exª, lutador, obstinado, apaixonado pelo seu País e pelo seu Estado, principalmente pelo seu Estado e, de uma maneira especial, pela região pobre e miserável do vale do São Francisco. Era tido e havido como o patrono, o "pai" do Vale do São Francisco. Por isso, na Câmara dos Deputados, ele sempre pertenceu à Comissão de Orçamento, onde lutou para que seus projetos, as suas emendas fossem aprovados, para que aquelas verbas, de uma certa forma, corressem para aquela região. E Manoel Novaes voltou e parece-me que foi o recordista mundial em número de mandatos sucessivos. Pena que ele não tenha voltado nessa última eleição, mas, como diz V. Exª, ele voltou para Brasília, e ficou na SQS 106, amado, reverenciado, querido, mostrando àqueles que, não acreditando na seriedade de seus propósitos, o imaginavam com intenções diversas, quando lutava com tanta garra para a liberação de verbas para a região do São Francisco, que continuava como entrou na política: pobre, vivendo de uma aposentadoria que a Câmara dos Deputados lhe fornecia, an-

dando debaixo do prédio, reverenciado pelos seus amigos, aconselhando os mais jovens. É com muito pesar, Senador Josaphat Marinho, que me associo a V. Exª nesta hora. Gostaria de estar homenageando Manoel Novaes vivo. Como eu gostaria que ele estivesse aqui presente, numa sessão deste Senado, para homenagear aquele grande baiano, aquele grande amigo, aquele grande político que a Bahia mandou para todos nós, para os seus amigos, para o Brasil! Associo-me a V. Exª nessas homenagens que presta àquela figura humana magnífica que foi Manoel Novaes.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O aparte de V. Exª nobre Senador, é um complemento valioso às informações que trago a esta Casa a respeito da ação e do caráter do ex-Deputado Manoel Novaes. O fato a que V. Exª se refere, do auxílio por ele dado a um jovem estudante pobre, representa o mesmo estilo de procedimento que ele adotou durante toda a sua carreira política, a partir do momento em que nela ingressou, como disse de princípio, em companhia do Interventor Juracy Magalhães.

Creio que não houve outro político na Bahia que o superasse no contato direto com os chefes políticos do interior. Dizia-se mesmo que Manoel Novaes, de tal modo se dedicava à política interiorana, que nunca se projetou na Capital e, em realidade, era assim. A sua votação maciça era ao longo de todo o interior, sobretudo na região do São Francisco, a que emprestou permanente dedicação, um interesse e uma vibração singulares pelas obras, pelos serviços, pelo desenvolvimento que carregou para toda aquela região.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exª me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Ouço V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Fui surpreendido, Senador Josaphat Marinho, com o pronunciamento de V. Exª, através do qual tive conhecimento do falecimento do Deputado Manoel Novaes. Lamento profundamente essa notícia e, mesmo não tendo ouvido o início do pronunciamento de V. Exª, fui informado por colegas que V. Exª fez referência ao início da vida política de Manoel Novaes ao lado de meu pai. Eles, durante muito tempo, foram companheiros e, pessoalmente, eu tinha aquela imagem de Manoel Novaes, não tanto do início da minha vida, de quando comecei a me entender, mas do médico. Em 1937, quando — saímos da Bahia — não aceitando o Movimento de 1937 de Getúlio Vargas, meu pai afastou-se do Governo do Estado — nós fomos morar numa vila muito humilde na rua São Clemente, no Rio de Janeiro, e o meu médico era Manoel Novaes. Era quem sempre estava, a qualquer hora que eu precisasse — eu era garoto com 7 ou 8 anos de idade —, era quem me dava o atendimento médico gratuito que, naquela época, nós precisávamos. Na política, V. Exª já manifestou muito bem o que ele representou na Bahia, a sua forma de fazer política e até a maneira que tinha de falar, esquecendo-se apenas das mãos tremidas — quando ele falava, tremia com aquelas mãos —, sempre manifestando o maior entusiasmo na defesa daqueles princípios defender a região do São Francisco, que, era o seu amor eterno na política e na vida pública. Durante muitos anos, ele teve êxito, tendo levado para aquela região hospitais, escolas, serviços de energia. Muita gente o criticava quando se falava nos motores que ele levava para aquela região mas, no entanto, quanta gente precisava daquela atenção, daquele atendimento para, inclusive, poder ter um pouco de desenvol-

vimento naquele Município. Relembro Manoel Novaes com saudade. Vejo que, mesmo quando nós nos afastamos politicamente, mantínhamos o relacionamento mais cordial possível, porque, sempre que nos encontrávamos, conversávamos e ele sempre teve comigo esse carinho do médico para com seu cliente. Sinto uma emoção nesta hora, quando vejo que, apesar da idade — era pouca coisa mais moço que meu pai, deve ter morrido com 84 ou 85 anos —, parece que a morte chega de repente. É um ato que, para nós, quase sempre é inesperado, principalmente quando temos essa notícia sem termos o preparo da doença e do seu acompanhamento — ele vinha há algum tempo com essa doença, mas eu estava fora e não tive, então, o preparo natural para o recebimento de uma notícia como essa. Quero dizer que, a pedido do Senador Chagas Rodrigues, falo também em nome da Bancada do PSDB para manifestar o meu pesar neste momento. V. Exª representa bem a Bahia neste instante em que fala a respeito da morte deste grande político que foi Manoel Novaes, que representou o nosso Estado, como já disse o Senador Francisco Rollemberg, talvez batendo o recorde mundial de permanência no Congresso Nacional de mandatos sucessivos. Lamentavelmente, não voltou ao Congresso Nacional em 1986. Considero que foi um dos equívocos da Bahia, porque ele prestou tantos serviços àquele Estado que não poderia nunca, numa eleição, ser derrotado. Mas ele continuou acompanhando nossos trabalhos, tendo, várias vezes, encontrado-o aqui nos corredores. Quero apenas, neste aparte, manifestar o meu pesar, pesar que sei que hoje deve estar — se já soube da notícia — também no coração de Juracy Magalhães, e, em nome da nossa família, levar à família de Novaes as nossas saudades e a nossa solidariedade. Gostaria de manifestar que V. Exª é o representante da Bahia que, em nome do nosso Estado, fala a respeito dessa figura baiana.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Agradeço-lhe o aparte, Senador Jutahy Magalhães, sobretudo porque V. Exª dá um duplo alcance à sua manifestação: confirma o respeitoso julgamento, generalizado nesta Casa, do ponto de vista político, e dá seu testemunho pessoal da ação do médico Manoel Novaes, ainda jovem, ao perder o mandato em 1937.

É curioso assinalar, aliás, que se a política roubou à medicina o profissional, não retirou dele o espírito, o sentimento de humanidade, a solidariedade às causas da saúde.

É que, como V. Exª particularmente bem sabe, ao lado do esforço que desenvolvia em favor das regiões que representava, Manoel Novaes não recusava sua ajuda a todos os movimentos que visassem a prestigiar e auxiliar as instituições médicas ou de assistência social na Bahia. Para dar apenas um exemplo, que o seu aparte me fez recordar, lembro o que um dos maiores auxílios dados ao Hospital Aristides Maltz partiu dele.

Era assim o homem que hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deverá ser sepultado nesta Capital.

Há bem pouco, visitei-o na Bahia, já doente, no Hospital Aliança. Seguramente não me reconheceu, apesar do apelo que lhe fazia sua esposa: apenas abriu os olhos por segundo, fechou-os e baixou a cabeça. Nenhum sinal de consciência dos fatos, embora sua aparência física fosse boa. De Salvador foi trazido para esta Capital, recolhido ao Hospital Sarah Kubitschek na expectativa de reconquista da saúde. Desgraçadamente, não a alcançou. Falecido ontem à noite, é justo que antes mesmo que desça à sepultura, esta Casa, integrante do Congresso, que ele sempre honrou-lhe manifeste o voto de saudade, de respeito, de reconhecimento. É o que faço

em nome da Bahia e de seus Governos, em meu nome pessoal e no da Bancada do PFL.

Manoel Novaes é testemunho de que é possível exercer-se a vida pública por longos anos, e dela sair e morrer sem temer o pagamento dos seus concidadãos.

Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho o Sr. Mauro Benevides, Presidentes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Mesa não poderia deixar de se manifestar quando é prestada homenagem tão importante ao ex-Deputado Manoel Novaes. Fui seu colega por duas Legislaturas na Câmara Federal. Acompanhei a sua luta, o seu trabalho, em benefício da Bahia e da própria Câmara dos Deputados, onde gozava do conceito, apreço e respeito de todos os seus colegas.

Constituinte em 1934 e 1946, teve mandatos sucessivos de 1946 até o final de 1979. Acompanhou-o sua esposa como Deputada em muitas dessas Legislaturas. Era um homem simples, capaz, de grandes e reais serviços, como os que prestou à Bahia, principalmente ao vale do São Francisco.

A Mesa nada mais tem a fazer do que se associar às homenagens que o Senado Federal presta àquele ilustre homem público, que desapareceu na noite de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Albano Franco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna, neste instante, para manifestar a minha surpresa. Não sei se a expressão correta é esta, Sr. Presidente, eu diria melhor, para manifestar o meu estarecimento.

Acho que este País poderia caminhar um pouco para a seriedade. Nesse pressuposto, alguma coisa deveria acontecer. Mas estamos complementando e completando hoje um processo, pelo qual, tendo em vista determinada decisão judicial, que produziu efeitos sobre um certo número de aposentados, analisamos, por convocação do Executivo, um projeto de lei que aumenta as contribuições do Instituto Nacional de Seguridade Social. Esse projeto aumenta as contribuições nas faixas de 8, 9 e 10% para 10,5, 11,5 e 13%, e cria um adicional coletivo de 3% para toda a massa salarial, aumenta a contribuição das empresas, de 20 para 21,5% e cria contribuição para os aposentados e pensionistas. Isto tudo foi feito — inicialmente não, mas posteriormente sim — em nome da afirmativa de que o Governo não tinha dinheiro para pagar, decisões que a Justiça tomara, determinando que fossem extensíveis aos que ganhavam um pouco mais de 1.59 salários mínimos, os 147% que os demais haviam recebido.

Posteriormente, pela afirmativa de cálculos feitos, isso geraria um rombo na Previdência de 11 trilhões de cruzeiros, cerca de 10 bilhões de dólares.

Durante este tempo, nós, de certa maneira, fomos acudados por aí. Primeiro, ou resolvíamos o problema, aprovando o aumento da alíquota, ou inventava-se outra solução, ou senão, que nos responsabilizássemos pelo fato de o Governo não pagar aos aposentados. Até por que, temos hoje distintos e sérios guardiões da coisa pública, de tal maneira que não se gasta dinheiro que não se tem. E esses perdulários. Senadores e Deputados, que vivem criando despesas sem a responsabilidade das receitas, que tomem a iniciativa de, desta vez,

se querem gastar, que arrumem o dinheiro para pagar. Se acham que devem pagar os 147%, que arrumem o dinheiro.

Foi esse o argumento repetido, reiterado à saciedade, por Ministros, pelo Senhor Presidente da República, por todo mundo, documento da seriedade de quem diz: "eu não tenho culpa". A Justiça decretou que se deve pagar 147% adicionais, o Governo vai cumprir, mas ele precisa ter o dinheiro, e quem pode dar o dinheiro é o Congresso Nacional, aprovando o aumento das alíquotas.

Depois de alguma luta, finalmente chegou aqui. Isso aconteceu, pelo menos para nós, Senadores, numa reunião aqui, no Senado, das três Comissões, que trataria do mérito desse problema, convocada para que cumpríssemos a nossa tarefa, já que sequer podíamos examinar o projeto enquanto ele não saísse da Câmara. E, aí, pela primeira vez, recebemos dados numéricos, aparentemente mais elaborados, vindos do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, pelos quais havia uma planilha a respeito dos benefícios, por faixa de salário, com o cálculo estimativo dos benefícios a serem pagos em 1992, com e sem o reajuste dos 147%, os primeiros, totalizando 55.9 trilhões e o segundo, 66.7 trilhões, como necessidade da Previdência, apontando, portanto, um rombo de 11 trilhões de cruzeiros.

Recebemos também o benefício de uma espécie de cartilha associada a esse documento, de perguntas e respostas sobre o projeto de lei, feitas com caráter muito didático, de forma muito simples, da maneira que até Senadores e Deputados pudessem entender, a forma como foi calculado o gasto total com benefício do pagamento dos 147% e depois sintética e objetivamente a resposta dada pelo Governo. A primeira pergunta se subdivide em 1.1, 1.2, 1.3; vem a segunda, a terceira, até que numa delas o quanto o Governo espera arrecadar com as medidas propostas. E aí vem a relação de expectativas geradas por essas medidas.

O bom senso de cada um, o sentimento de cada um de nós, o sentimento da Nação ao ler esses números, mesmo sem uma análise mais profunda dos mesmos, contestava. Por mecanismos indiretos é possível se contestar alguns deles.

Aqui, por exemplo, eles previam que a contribuição dos aposentados seria de 7%, dos pensionistas 3,5%, e com isso eles produziram 1 trilhão e 700 bilhões. Mas sobre o que recairia essa contribuição? Sobre a receita de 66 bilhões. Ora, 66 bilhões incidindo numa taxa de 6%, que é a média de 7,5 e 3,5, entre aposentados e pensionistas, só aí teríamos quase 4 trilhões de cruzeiros contra 1.7, que era a previsão. Enfim, os raciocínios de natureza indireta, adotando dados comparativos, levavam ao sentimento de que o caminho escolhido era errado e se apoiava em estatísticas, em números, no mínimo, discutíveis.

Ontem, Sr. Presidente, tendo em vista a solicitação feita pelo Presidente da Câmara ao Tribunal de Contas da União, chegou àquela Casa do Congresso um trabalho preliminar, elaborado por técnicos do Tribunal de Contas, e é sobre ele que repousa, quando comparado com os dados do Governo, o meu estarecimento, aliás, do qual está possuída a Nação inteira. O pressuposto é que nós tenhamos um mínimo de seriedade nas instituições, nas pessoas. De repente, o Executivo diz ao Legislativo: nós precisamos de 11 trilhões de cruzeiros, conforme cálculos aqui demonstrados e, em seguida, o órgão que tem por função fiscalizar as contas do Governo vem e diz: o estudo ainda é preliminar, mas com a responsabilidade de quem sabe de que ao anunciar esse fato está criando uma determinada expectativa. O estudo, embora ainda

preliminar, leva ao seguinte resultado: se não forem dados os 147%, o INSS apresentará uma perspectiva de um superávit de 16 trilhões, e na hipótese de ser aplicado os 147%, apresentará um superávit, ainda assim, de 4 trilhões.

Meu Deus, não se trata de dizer que precisava de 11, mas, sim, 10 ou, ao contrário dos 11, são 12. Trata-se de dizer o seguinte: o Governo anunciava que precisava de 11 e de repente vem um órgão, faz cálculos e diz que não faltarão 11 e sim sobrarão 4, ainda que o Governo faça — o que já demonstrou que não pretende fazer — o pagamento dos 147% a todos os aposentados e ao mesmo tempo, temos um projeto criando essa multiplicidade de alíquotas.

Não assisti ao debate que hoje se travou na Comissão de Economia da Câmara, mas soube por contato com alguns deputados que lá estiveram — acho que a reunião ainda não terminou —, que os técnicos que fizeram esse levantamento reafirmam a qualidade dos números. É evidente que projeções de natureza econômica têm que tomar como base de consideração algum tipo de cenário ou de expectativa de cenário: como se comportarão as variáveis de natureza econômica, salário, emprego, taxa de juros, enfim, inflação. Mas o que dizem os técnicos? Usamos o cenário que nos foi fornecido pelo Ministério da Economia, e o que diz o Governo? Mais ou menos, que não é bem assim, aquele não é o cenário para valer — isso não é o Governo que diz e sim eu. Não sei se esse foi o cenário apresentado ao organismo internacional, portanto, se é propriamente para valer.

Mas, Sr. Presidente, é uma questão de estarrecer. Como em um país, onde se supõe que a relação entre poder e povo fosse normal, o Executivo afirma que precisa de 11 trilhões de cruzeiros e um órgão de fiscalização diga que não, pois sobram 4 trilhões de cruzeiros. Não se trata de uma diferença razoável, não se trata de um erro de projeção mínimo; trata-se de uma diferença contundente, absurda, que inverte o sentido da curva.

Se fôssemos um país sério, este fato não poderia acontecer impunemente, Sr. Presidente. Eu, pessoalmente, tiro disso conclusões. Não darei, daqui para frente, nenhum crédito de confiança a qualquer elemento ou qualquer número que receber desse Governo. É absolutamente impraticável que o faça, a não ser que amanhã encontre uma afirmativa feita pelo Tribunal, já que o estudo é preliminar, de que o relatório apresentado estava errado e que, a rigor, quem tem razão são os técnicos do Executivo.

Mas, em torno disso, Sr. Presidente, caem Ministros, substituem-se Ministros, ocorrência que afinal não tem nada a ver com o processo em si; muda-se a estrutura do governo, coloca-se o Legislativo na parede, transferindo, debitando-se a ele a responsabilidade de pagar ou não; reanima-se, revive-se a época ditatorial, na qual o decreto é feito para deixar de cumprir a decisão da Justiça e em cima disso tudo vem o Tribunal de Contas, através de um trabalho preliminar, reitero, e o recebo como tal, que diz não, a rigor há sobra, não há falta.

E aí começamos a recolher alguma coisa em torno desse trabalho. A primeira delas são as coincidências numéricas apreciáveis, o cálculo do Tribunal para a despesa prevista com a aplicação dos 147% é exatamente igual ao valor do cálculo do Governo para pagamento sem a aplicação desse percentual: 55 trilhões de cruzeiros seriam gastos com benefícios apresentados pelo Governo sem os 147%, 55 trilhões de cruzeiros, em números redondos, são os gastos do Governo,

da Previdência, apresentados pelos técnicos do Tribunal com a aplicação dos 147%.

O levantamento mostra que, no ano passado, dos 63 bilhões de cruzeiros que deveriam ter sido repassados do Tesouro para o Ministério da Previdência, 55 bilhões não foram repassados. Dos 8 bilhões repassados para o Ministério da Previdência, o INSS não recebeu nada.

E a pergunta se coloca novamente: quem tem a segurança de que o volume adicional de recursos não tenha o mesmo destino?

Houve déficit de caixa. O Ministro dizia outro dia aqui na Comissão que o INSS fechou o ano devendo 220 bilhões de cruzeiros ao Banco do Brasil, com a conta em aberto. No entanto, naquele instante, havia um volume de recursos recolhidos pelo Governo...

Não se trata daquele velho critério pelo qual a Previdência era financiada por três fontes distintas: trabalhadores com 7%, as empresas com 7% e o Governo com 7%. Já vai longe o tempo em que o Governo contribuía com alguma coisa. Mas, hoje, ele arrecada parte das contribuições e teria que repassá-la à Previdência. Não o fez nessa quantia, o dinheiro foi usado para outros objetivos; repetindo, aliás, o que já tinha sido feito no ano passado conforme tinha declarado, neste Congresso, a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello; repete-se isso agora. Quem garante ou quem garantiria que na hipótese de se fornecer esses recursos eles teriam o direcionamento correto e devido pela lei?

Mas tudo isso, Sr. Presidente, eram cogitações feitas antes de o pedido endereçado pelo Presidente da Câmara ao Tribunal de Contas da União obter a resposta. Agora, num estudo preliminar há essa contradição numérica que demandará uma tremenda discussão teórica. O Governo dirá que os técnicos trabalharam com um cenário em desacordo os técnicos dirão: “não, trabalhamos com o cenário que está no Ministério”. E o Ministério dirá: “não! Esse cenário não era para valer, foi obtido junto a setores de terceiro escalão do Ministério”; e não era para valer, portanto a contradição nasce daí. E a Nação assiste estarrecida essa pendência entre dois órgãos governamentais um dos quais diz: “precisamos de mais 11 trilhões da sociedade”, e o outro responde: “não precisa! Estão sobrando 4 trilhões da sociedade para a Previdência e, mais do que isso, essa sobra ainda permite atender ao aumento dos 147%”.

Sr. Presidente, é uma coisa inacreditável, é uma coisa impensável! Se estivéssemos na Inglaterra, se estivéssemos num país com algum nível de organização de relação de poder, seria absolutamente impensável uma pendência desse tipo, seria absolutamente inimaginável que o Governo pedisse 11 trilhões e que o órgão, que, por direito, tem como função fiscalizar as contas do Governo, dissesse que não é isso o necessário e que sobriam 4 trilhões.

O que pensa o aposentado que tem a receber? O que estará pensando, onde quer que esteja, o aposentado que morreu na fila? O que pensa aquele que, outro dia em Curitiba, se jogou na rua para impedir que a polícia cometesse alguma violência e não permitisse o protesto dos aposentados? O que eles pensam em relação a essa pendência? Como é que esta Nação reage quando se pede à empresa que pague 1.5% adicional sobre a folha de salários?

Os trabalhadores, ao final, esses não são seguramente sonegadores, porque o do trabalhador é descontado sempre — pode não chegar ao INSS, mas dele é descontado, ele paga sempre.

O que pensa esse trabalhador a quem se pede que a sua contribuição passe de 8, 9 ou 10% para, respectivamente, 10, 11,5 ou 13%? O que pensa o aposentado que está pedindo para que lhe paguem o que a ele é devido, quando ao mesmo tempo a ele pedem que passe a contribuir com 7% do que recebe, quando, para sua aposentadoria, já contribuiu a vida inteira? O que pensa o pensionista que não tem nada a ver com isso — ele já é o segundo na escala de benefícios — no instante em que é convocado agora, para ser um contribuinte da Previdência? É uma coisa estarrecedora, inaceitável! Inaceitável que uma pendência desse tipo se estabeleça.

As regras para exame de contas são previamente definidas. O estudo está lá. Obteve dados nas fontes da Dataprev e nas fontes do INSS. Portanto, não são dados contestáveis.

O que é contestável? O cenário de ajustamento? Mas, o cenário de ajustamento nasce do Ministério. Se o Ministério fabrica um cenário para cada hipótese, um cenário para cada objetivo, um cenário para cada cliente, um cenário para cada freguês, um cenário para cada brasileiro, a Nação não tem culpa disso.

É incrível que isso aconteça!

Se terminarmos esse episódio, sem desdobramentos, realmente temos pouco a reivindicar. Não podemos terminar esse episódio sem que a opinião pública conheça o resultado da pendência. Sendo o projeto aprovado ou rejeitado como espero, a opinião pública precisa de uma satisfação, no mínimo que lhe conduza a ter a expectativa de que esse tipo de coisa não vai se repetir.

Sr. Presidente, as vezes não temos nem idéia da dimensão da coisa; mas, aqueles que tiveram a felicidade de receber, ao contrário de outros, receberam, na melhor das hipóteses, o equivalente a cinco pagamentos — setembro, outubro, novembro, dezembro e décimo terceiro, na proporção de 0,55 do que ganhavam naquele instante. Como são cinco, multiplica-se 5 por 0,6 que dá 3 vezes o salário que recebiam naquele tempo, de benefícios. Em cima disso é que se está fazendo esse problema. Não importa muito, realmente, se é muito ou pouco para quem recebe, se o recurso não houvesse. Há que responder pelo recurso. Um simples ato de legitimidade parlamentar nos obriga à seriedade de apresentar o recurso lá onde existe a despesa. É disso que fomos acusados esse tempo todo. Perdulários nós somos. Somos aqueles que criam as despesas, fazem os benefícios e que não têm a responsabilidade de dar o recurso.

Mas o projeto que permitiu que se rolassem 58 bilhões de dólares de dívidas dos Estados e Municípios, teve sua origem no Executivo e, nesse instante, não teve o mesmo sentimento, a mesma necessidade de casar recurso e despesa. Simplesmente transferiu-se isso. Foram 58 bilhões de dólares, uma quantia bastante apreciável.

Sr. Presidente, não sei qual será o desdobramento disso, mas acho que a Nação tem o direito de exigir que alguma coisa ocorra. Não é possível ela se ver confrontada com dois números tão antagonísticos, que geram consequências tão diversas, com o Governo remetendo para o ano que vem o pagamento do que deve, e, ao mesmo tempo, tomar conhecimento de que se ele pagasse, ainda assim, haveria uma sobra de 4 trilhões de cruzeiros. Meu Deus! É uma coisa de estarrecer.

A "Babel" deste País não é privilégio deste Governo, mas tem dado uma boa contribuição; tem colaborado de forma decisiva; pior neste Governo, porque as coisas são colocadas de maneira peremptória. Há uma semana, era aquilo: são 11 trilhões e acabou a conversa — ou vem o recurso

ou não tem pagamento. O dramático desta convocação é a responsabilidade que o Governo avoca para si, como se todos nós fôssemos absolutamente irresponsáveis em relação a esse problema e, depois, há uma verificação ou, pelo menos, o anúncio de um resultado tão contraditório. É alguma coisa que deixa cada um de nós absolutamente surpreso. Não é possível que aconteça uma coisa dessa e, daí nos desdobramos o resto da vida em discussões sobre os méritos de cada número. Uma coisa desse tipo é absolutamente impensável!

Hoje, Sr. Presidente, tenho uma posição firmada. Embora tenha feito a minha oposição, sempre tenho tido a consideração — até comigo próprio — de analisar com isenção, dando sempre, pelo menos, o crédito da seriedade às medidas que chegam aqui. Não o farei mais, Sr. Presidente! Para mim, daqui para a frente, cada número apresentado terá que ser objeto de profunda verificação, porque uma coisa desse tipo leva ao descrédito, a desacreditar sobre qualquer afirmativa feita.

O Ministro Jarbas Passarinho, homem desta Casa, no começo deste processo respondia à imprensa com uma expressão forte, quando perguntado sobre a validade dos números. Certamente, S. Ex.^a não tem nada a ver com esses cálculos. Chegar a dois resultados tão díspares como estes é um acinte, é uma violência, é jogar a confusão na cabeça de cada brasileiro, dizendo que ele não tem em quem se apoiar, que ele não tem em quem acreditar, que ele não tem como apostar e confiar que o que lhe está sendo dito tem fundo e foro de realidade.

Por isso, Sr. Presidente, muito mais do que manifestar essa estupefação, quero fazer neste instante uma declaração de natureza pessoal. No que se refere a mim, receberei qualquer notícia, qualquer iniciativa, qualquer demanda deste governo, daqui para a frente, com a reserva de quem não pode confiar a priori na informação fornecida. Duvidarei da validade, qualidade, legitimidades propriedade e procedência de qualquer número que for apresentado.

É inaceitável isso, Sr. Presidente. Nós, como Congresso, temos que demandar. Este é um Poder desarmado e, portanto, vale pelo volume de demanda que faz; e a demanda é sempre de natureza verbal.

Temos de insistir permanentemente até que, deste imbróglio que está aí, apareça alguma luz. E devemos exigir que, ao final, se apurem responsabilidades, de tal maneira que a Nação possa separar o joio do trigo.

É uma reiteração, uma repetição tão constante desses fatos, que realmente eles acabam se derramando sobre todos nós. Não tenho dúvida de que, na medida em que o poder público, enquanto poder público, tome esse tipo de atitude, os ônus daí decorrentes se distribuem igualmente por todos nós. E o descrédito se derrama sobre as pessoas, sobre as instituições, sobre todos nós. Mas o pior, na realidade, é esta profunda confusão, este desânimo, este abatimento que vai tomando conta da Nação.

Parece que estamos todos anestesiados — a Nação inteira — ante os fatos presentes. É preciso alertar, Sr. Presidente, começamos a sentir a Nação cansada, começamos a sentir a Nação esgotada, da farsa, do teatro, dos lances, dos números que não se compatibilizam com a realidade, das afirmativas que, afinal, não encontram respaldo na verdade, enfim, desta imensa e triste comédia.

Sr. Presidente, em nome dos votos que recebi, à delegação que me trouxe aqui eu devia esse esclarecimento.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MÁRIO COVAS — Ouço V. Ex^a, com muito prazer, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Mário Covas, quero partilhar do sentimento de indignação com que V. Ex^a registra o fato de o Governo Federal ter enviado um projeto de lei ao Congresso Nacional, apresentando cálculos que agora se mostram inadequados e incorretos. O demonstrativo do Tribunal de Contas da União vem acompanhado de inúmeros anexos procurando mostrar como é que foram feitos os cálculos. Em alguns dos anexos do relatório do Tribunal de Contas estão registrados, por exemplo, que durante o levantamento feito chegou-se a pedir por telefone ao Departamento da Receita Federal alguns dados, que comparados aos do Sistema Integrado da Administração Financeira da União — SIAFI, não eram os mesmos. Então, o Tribunal de Contas da União resolveu utilizar os dados oficiais do SIAFI referentes às contribuições e repasses que a Loteria Federal encaminhou ao INSS em menor quantidade do que o devido. Na semana passada, Senador Mário Covas, nós aqui assinalamos o recebimento de 31 volumes, cada um com cerca de 500 páginas, cada uma das páginas contendo cerca de 10 nomes de devedores da Previdência Social. Ainda ontem liguei para o Sr. José Arnaldo Rossi, Presidente do INSS, pedindo a consolidação de dados, a correção monetária, a lista dos maiores devedores. E S. S^a me prometeu apenas para amanhã esses dados. Mas o que observo, Senador Mário Covas, é que, dentre os anexos que V. Ex^a vem examinando, está justamente o demonstrativo do débito tanto do setor público quanto do setor privado. Gostaria de enfatizar a importância desses débitos. Por exemplo, o débito em cobrança administrativa no setor público, compreendendo entidades federais, estaduais e prefeituras municipais, soma 470 bilhões de cruzeiros não pagos; no setor privado, 4 trilhões, 733 bilhões, 620 milhões de cruzeiros; débito em cobrança judicial do setor público, 2 trilhões, 117 bilhões, 818 milhões; débito em cobrança judicial do setor privado, 4 trilhões e 398 bilhões. A soma de todos estes débitos equivale a 11 trilhões, 250 bilhões de cruzeiros. A desatenção do Governo com o Congresso Nacional é o outro lado da medalha da desatenção que o mesmo está tendo, na verdade, com os contribuintes, aqueles que cumpriram com os seus deveres durante tantos anos e agora se vêem nas filas dos bancos tentando obter a sua devida pensão. Agora sabemos, não por intermédio do Governo Federal, que já deveria ter fornecido esta informação, mas através do trabalho do Tribunal de Contas da União, que finalmente obtivemos a informação sobre o total desse débito, daquilo que é preciso ser cobrado. Gostaria de assinalar a importância do Congresso Nacional, que já deu os instrumentos ao Governo para melhor cobrar de quem deve e reforçar essa solicitação para que o Governo, antes de tentar cobrar alíquotas maiores dos que contribuem responsabilmente, dê prioridade à cobrança daqueles que estão em dívida com as obrigações da Previdência Social. Compartilho do sentimento de V. Ex^a com respeito à falta de credibilidade nos números que o Governo nos apresenta no projeto, que não veio com a devida demonstração de como se chegou a tais números.

O SR. MÁRIO COVAS — Agradeço a V. Ex^a Desejo salientar só um fato. O dado que V. Ex^a acabou de citar quanto aos débitos previdenciários que atingem, entre empresas públicas e privadas, 11 trilhões e 250 bilhões de cruzeiros, foi atualizado pela última vez em primeiro de março de 1991. Temos quase um ano de atualização, o que deve significar,

na pior das hipóteses, o dobro desse valor. Na pior das hipóteses. Agora, salta aos olhos, pelo menos aqueles que estão em fase de cobrança administrativa admitiriam uma solução bastante rápida e os que estão em fase de cobrança judicial pressupõe-se que cumpriram a fase administrativa.

O Secretário da Receita admitiu aqui algo em torno de 24 a 28 bilhões de dólares. São dívidas passadas, que se foram acumulando ao longo do tempo e que, segundo ele, não são cobráveis por parte do Governo junto à Previdência. É óbvio que isso vai acontecer. Mas não há muita autoridade moral a um Governo que pede o aumento da alíquota e que não atua, nesse instante, em dia. Ora a conta é de 31 de dezembro e nessa data havia um débito não saldado. Foram 64 bilhões recolhidos e não repassados. Não se trata de débito. Trata-se de dinheiro recolhido e não repassado à Previdência. É um absurdo. Mas tudo isso é pouco; é pouco em face desse fato: o Governo anuncia uma necessidade de 11 trilhões de cruzeiros, e um órgão, que foi criado por lei com o objetivo de verificar as contas do Governo, afirma que não precisa de 11, mas que sobrem 4 trilhões. E diz mais: isso não levou em conta a dívida do ano passado; não levou em conta o débito existente, levou em conta o cenário econômico de que se vale o Governo no Ministério da Economia, ou pelo menos, o cenário econômico existente no Ministério da Economia como projeção para 1992.

É uma coisa tão estarrecedora que só se admite que possa ocorrer, e ocorrer impunemente, num país como o Brasil.

Sr. Presidente, o relatório do tribunal consta de um levantamento preliminar, um levantamento que ainda detém a responsabilidade dos funcionários que o fizeram, mas embora tangidos pelo tempo — a solicitação foi feita para 10 dias — eles têm absoluta consciência das repercussões do anúncio de um resultado deste tipo. É inconcebível que o Governo fale que precisa de 11 trilhões e que se chegue à conclusão de que se o Governo gastar o dinheiro pagando os 147% ainda assim sobrem 4 trilhões! A diferença, portanto, entre as contas do Governo e as do Tribunal é de 15 trilhões! É algo impensável: para um total de receita de 50 trilhões, isto significa uma diferença de 30%. É impensável isto! Se fosse uma empresa privada, se fosse uma universidade, se fosse uma escola, se fosse um escritório de advocacia, certamente, o contador já estaria na rua. Provavelmente, o tesoureiro também. Não é possível uma contradição deste tipo. Devemos nos aprofundar no exame de como resolver o problema, com base em dados cujo nível de contradição atinge esse parâmetro.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COVAS — Com muito prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador, V. Ex^a, mais uma vez, com o seu elevado espírito público, defende o dinheiro do povo, defende uma administração moralizada e competente que lamentavelmente não temos hoje. Estou certo de que as palavras de V. Ex^a traduzem os sentimentos da imensa maioria da Nação brasileira, dos nossos concidadãos do extremo sul ao extremo norte. Por isso o discurso de V. Ex^a foi ouvido com particular atenção. Estou de pleno acordo com as palavras de V. Ex^a. Se V. Ex^a me permitir, quero deixar claro apenas o seguinte: realmente, trata-se de um relatório preliminar da inspeção dos técnicos do Tribunal, mas é preciso que se diga que essas contas foram assinadas por sete auditores e pelo Inspetor Geral, José Carlos Nascimento; isso está nos jornais de hoje e especialmente no *Correio Braziliense*.

Além disso, o Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União já se permitiu afirmar o seguinte: "Este assunto é como uma grande caixa d'água cheia de furos. Pensaram em resolver a questão colocando mais água e não tapando os buracos". Finalmente, afirmou S. Ex^a: "A auditoria é que vai dizer o porquê da diferença dos números do Governo e do TCU". A diferença portanto existe, queremos agora saber a causa. Essas palavras do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União constituem um aval, porque S. Ex^a conhece os seus técnicos. Não se realizou a auditoria por falta de tempo, mas se fez uma inspeção com homens da maior competência e todos nós estamos certos de que a auditoria, além de confirmar isso, ainda vai dizer o porquê das diferenças. Receba, portanto, V. Ex^a as nossas congratulações. Isso é tão grave, como disse V. Ex^a, que necessariamente tem de produzir consequências, e a Nação precisa cobrá-las. Hoje, o Congresso Nacional, diante disso, não tem condições de ordem técnica, científica ou moral, pra aprovar este projeto que aumenta as alíquotas e cria novas alíquotas que seriam pagas por pensionistas e por aposentados. Receba, mais uma vez, as nossas congratulações.

O SR. MÁRIO COVAS — Agradeço muito, Senador Chagas Rodrigues. Desde o início, embora com intuito de analisá-lo em profundidade, sempre achei que esse projeto tinha outro objetivo. O objetivo era meramente para canalizar recursos num ano eleitoral, recursos que, afinal, em grande parte foram obtidos por ajustes fiscais; recursos que ninguém garante que permaneceriam na Previdência, e, por fim os números que agora se obtém do Tribunal de Contas apontam muito nessa direção.

A contradição é mais do que evidente. V. Ex^a tem razão, Senador Chagas Rodrigues. É impossível, é inimaginável. Pior do que aconteceu será o fato ficar sem consequências; pior do que a contradição vista será, em cima disso, ficar o dito por não dito.

Muito provavelmente, a Câmara rejeitará o projeto hoje, e a partir daí o Governo, que baixou um decreto, deixa de pagar os 147%, até que um fato novo — e sem dúvida nenhuma se há uma coisa na qual esse Governo é competente, é para a criação de fatos novos —, repito, até que um fato novo, mais ou menos nos mesmos moldes, venha tumultuar outra vez a vida política nacional. É impensável que coisas desse tipo aconteçam; é inaceitável.

Aqui estiveram anteontem quatro ministros; aqui estiveram auxiliares do primeiro escalão; aqui estiveram todos nos convencendo de que a Nação precisava de recursos da ordem de 13 trilhões para atender a uma demanda de natureza judicial que envolve três a quatro milhões de aposentados.

Pois bem, já agora o Tribunal de Contas nos traz algo completamente diferente, e só há uma coisa pior do que essa contradição: se daí não nascerem, se não forem geradas consequências saneadoras, é impensável que qualquer pessoa que exerça qualquer atividade, mantidas as proporções, na medida em que enfrente uma situação como essa, não tome alguma posição ou alguma providência de natureza drástica.

Volto a insistir, Sr. Presidente. Pessoalmente, daqui para a frente passo a não dar crédito a qualquer informação preliminar vinda do Executivo que envolva números, cifras e valores.

Não quer dizer que necessariamente deva discordar delas, mas não aceitarei as afirmativas apriorísticas e elas dependerão sempre, no meu caso específico, para sua aceitação, da comprovação específica da mesma. Fora isso, Sr. Presidente, esta-

rei aqui cobrando que o fato como esse não se esgote na mera contradição, no seu anúncio, bem como na sua multiplicação. Estarei aqui cobrando que este fato não se esgote sem que consequências e desdobramentos saneadores, a partir daí, venham a ocorrer.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos — Amazonino Mendes — Antônio Mariz — Carlos De'Carli — César Dias — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Flaviano Melo — Guilherme Palmeira — Hugo Napoleão — José Paulo Bisol — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Marco Maciel — Maurício Corrêa — Meira Filho — Onofre Quinan.

Durante o discurso do Sr. Mário Covas o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, depois de tudo o que já foi dito nesta Casa a propósito do Projeto de Lei do Executivo que aumenta as alíquotas de contribuição para a Previdência Social, é pouco provável que eu venha a dizer aqui alguma novidade, mas eu não poderia deixar de expor também, com a franqueza e a simplicidade de sempre, o meu ponto de vista sobre o assunto. Ponto de vista, aliás, que é o do meu Partido e o da maioria dos Partidos com assento no Congresso Nacional.

E começo dizendo que o referido Projeto é, sob todas as formas, inaceitável. É inaceitável porque, sobre ser inoportuno é oportunista; sobre ser oportunista é arbitrário; sobre ser arbitrário é inconstitucional, e sobre tudo isso é inócuo. E, por tantos e tais motivos, só poderia ter um destino: a rejeição.

Sr. Presidente, ninguém hoje, no Brasil, a não ser o Governo Federal, nega o direito dos aposentados aos 147,06% de reajuste dos seus benefícios, já concedidos pela justiça, em primeira e segunda instâncias. Mas todo mundo sabe, e o Governo Federal também não ignora, que a palavra final sobre esse reajuste ainda será dada pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que o próprio Governo decidiu que vai até à última instância para impedir ou retardar o seu pagamento. Ora, essa palavra final, que estenderia, em definitivo, o reajuste a todos os aposentados do País, embora seja previsível, não é, contudo, uma certeza, porque ainda não foi dada. Portanto, convocar extraordinariamente o Congresso Nacional para votar uma Lei sobre fonte de custeio de uma despesa hipotética, por quanto ainda pendente de decisão judicial em última instância, foi uma atitude, no mínimo, intempestiva. O Governo colocou o carro na frente dos bois.

Mas, além de inoportuno, o Projeto do Executivo revela a face maquiavelicamente oportunista de seus autores. Enviando ao Congresso Nacional, sem consultar previamente a sociedade e a classe política, um projeto de lei altamente polêmico, de cuja aprovação, mais polêmica ainda, dependeria a sobrevivência do sistema previdenciário brasileiro, na hipótese do reajuste dos 147,06%, o Governo tentou matar dois coelhos com uma cajadada, ou, na pior das hipóteses, pelo menos um deles. Se fosse aprovado, estaria garantido por algum tempo o Caixa do Governo. Se fosse rejeitado,

deixaria em situação difícil a Suprema Corte do País, em cujas mãos estaria então o destino da Previdência Social, sendo politicamente coagida a decidir contra o reajuste dos aposentados. Aliás, o conceito que este Governo tem do Poder Judiciário fica, mais uma vez, manifesto na Mensagem Presidencial que acompanha o projeto de lei, quando diz que as decisões judiciais até aqui prolatadas sobre o assunto carecem de "racionalidade econômica", como se os Magistrados devessem julgar de acordo com os humores da economia e não segundo as leis e a sua consciência.

Sr. Presidente, salta aos olhos, neste episódio, a preocupação da equipe econômica em não desagradar ao FMI, mesmo que desagrade aos nossos milhões de aposentados. A insistência do Governo em aumentar as alíquotas da Previdência, e a sua resistência em remanejar recursos do próprio Orçamento para uma solução de curto prazo, revelam o medo de que a rejeição do projeto venha a prejudicar o fechamento do acordo com o FMI. Pouco se lhes dá que esse acordo se faça, mais uma vez, às custas do sacrifício do povo brasileiro.

Por fim, Sr. Presidente, o novo aumento das alíquotas da Previdência é uma medida oportunista, porque é mais cômodo investir contra os bons pagadores da Previdência do que exigir a dívida dos inadimplentes e sonegadores. É mais cômodo aumentar a contribuição dos trabalhadores, que não podem sonegar, e dos empregadores que pagam em dia seus encargos sociais, do que ir atrás dos muitos e grandes devedores, entre os quais situa-se o próprio Governo — União, Estados e Municípios — que devem ao sistema previdenciário perto de 12 bilhões de dólares, soma bastante para a quitação dos 147,06%. É mais cômodo para o Governo do Presidente Collor dizer que não há recursos e aumentar as alíquotas de contribuição, exatamente como fez o seu antecessor, que ele criticou tão duramente na campanha eleitoral e nas suas famosas Diretrizes de Governo, em que uma das prioridades era aumentar a receita de contribuição em 25%, por meio da diminuição da evasão, de maior eficiência na cobrança da dívida ativa e da reciclagem patrimonial.

Ao invés disso, uma violenta redução da massa salarial, causada pela política recessiva de seu Governo, só tem feito diminuir a receita previdenciária. E o prometido rigor na cobrança dos débitos com o sistema acaba de gorar com a rolagem universal das dívidas dos Estados e Municípios, sem que os segurados, os verdadeiros credores e principais interessados, fossem ouvidos.

Mas, além de importuno e oportunista, o projeto de lei é também arbitrário. Arbitrário, porque se fundamenta numa absoluta e inelutável necessidade de cobrir uma despesa extra de 11 trilhões de cruzeiros, gerada pelo pagamento dos 147,06%, número do qual nem os técnicos do Governo têm certeza e do qual, até agora, não conseguiram convencer os Congressistas nem ninguém de fora do Executivo. Arbitrário, porque, segundo o seu art. 7º, a partir de junho deste ano, o Governo deixará de pagar os 147,06%, uma vez que, então, os benefícios serão reajustados, pelo INPC, "deduzidas as variações que já tenham ocorrido" a partir de março de 1991, mesmo que tenham resultado de decisões judiciais. Nesse caso, a despesa extra de 11 trilhões, motivo do projeto de lei, cairia para menos de 5 trilhões. Portanto, aprovado o art. 7º do Projeto, paradoxalmente cai por terra a base de cálculo das novas alíquotas que são a essência da proposição.

Mas, além de inoportuno, oportunista e arbitrário, o Projeto é flagrantemente inconstitucional. Primeiro, porque é inconstitucional o adicional de 3% previsto no seu artigo pri-

meiro. Incidindo sobre a remuneração percebida pelos empregados a qualquer título, caracteriza verdadeiro tributo, sob a modalidade de imposto, por ser uma alíquota uniforme e geral com que a União pretende cobrir, em parte, as atuais insuficiências financeiras da Previdência, de acordo com a Lei Orçamentária Anual. Ora, consoante o art. 154 da Lei Maior, a criação de um novo imposto deve atender a três requisitos: ser instituído por meio de Lei Complementar, não ser cumulativo, e ter base de cálculo e fator gerador diversos dos discriminados na Constituição. Mas o adicional de 3% pretende ser criado por Lei Ordinária, é cumulativo, e sua base de cálculo e fator gerador são os mesmos do imposto de renda, ou seja, os rendimentos do trabalhador. E, por ser um novo tributo sobre a renda, fere ainda vários outros princípios constitucionais porque: não grava indistintamente os ganhos de qualquer natureza; deixa de estabelecer alíquotas diferenciadas em razão da capacidade contributiva de cada faixa econômica; é confiscatório em relação ao assalariado de menor renda, é cobrado no mesmo exercício financeiro da publicação da lei que o institui; reduz o piso salarial, garantido pela Constituição para quem recebe o salário mínimo; além de estar vinculado a despesa específica.

O Projeto é inconstitucional também quando institui a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas. A alíquota de 7% que lhes seria cobrada fere a Constituição porque atinge o ato jurídico perfeito e o direito adquirido dos aposentados e pensionistas, cria um novo tipo de contribuinte direto, não previsto na Lei Maior, reduz o valor de seus benefícios e viola a isenção limitada do imposto sobre a renda, garantida às aposentadorias e pensões.

Mas não é só. O projeto é ainda gritantemente inconstitucional quando pretende, na primeira data-base de reajuste dos benefícios, deduzir as variações já ocorridas, anulando não só os direitos adquiridos, mas também os ganhos resultantes de decisões judiciais, definitivas ou não.

Além disso, a escolha arbitrária dos meses de julho e janeiro como datas para reajuste dos benefícios dificilmente garantirá a preservação do seu valor real, assegurada pela Constituição.

Por sua vez, o art. 4º do Projeto está eivado de inconstitucionalidade quando sujeita os pagamentos decorrentes de condenação judicial à ordem cronológica da apresentação dos precatórios, porque os benefícios previdenciários têm, claramente, natureza "alimentícia", na medida em que se destinam a prover a subsistência básica da pessoa, não podendo o seu pagamento ser protelado indefinidamente. Não é por outra razão que a nossa Lei Maior sabiamente exime da regra geral dos precatórios os "créditos de natureza alimentícia", devendo a sua quitação ser imediata e contemporânea à decisão judicial.

Em suma, a Mensagem Presidencial que afirma carecerem de "racionalidade econômica" as decisões judiciais dos 147,06%, acabou encaminhando ao Congresso um projeto de lei carente de racionalidade jurídica.

Mas, além de ser inoportuno, oportunista, arbitrário e inconstitucional, o projeto de lei do Executivo é também inócuo. Sr. Presidente, mesmo que o Projeto não fosse tão ruim, como provamos que é, mesmo que fosse aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, ainda assim não passaria de um "quebra-galho", um paliativo, um "remendo novo em roupa velha", que absolutamente não resolveria os problemas estruturais da Previdência Social. E sabemos que, sem uma profunda reforma estrutural e administrativa no setor, dentro

de pouco tempo o Governo estará enviando ao Congresso novo projeto aumentando, de novo, as alíquotas. Porque a nossa Previdência Social, da forma como existe e funciona, é um verdadeiro "saco-furado" ou "buraco sem fundo", segundo expressões populares, mas realistas, de alguns Parlamentares. Porque a bagunça gerencial do sistema previdenciário continuaria a mesma, continuariam as fraudes, a inadimplência e a sonegação. Até os governos da União, dos Estados e Municípios continuariam devendo à Previdência tudo que devem hoje, ou até mais.

E é contra esse estado de coisas que se levanta hoje o Congresso Nacional e toda a sociedade brasileira. Mesmo que o Projeto do Executivo não fosse tão ruim, dificilmente seria aprovado da forma como chegou ao Legislativo. Chega de tapar buracos que amanhã serão reabertos, de cobrir rombos financeiros que amanhã estarão ainda maiores, e sempre às custas dos contribuintes, que já não suportam o peso de tantos tributos. Chega de aumentar alíquotas para continuar jogando recursos num sistema de Previdência que tem primado pela imprevidência, irresponsabilidade e incompetência.

Sr. Presidente, tenho para mim que a ineficiência da estrutura previdenciária é mais desalentadora que os defeitos do projeto de lei que estamos rejeitando, e está pesando mais nesta reação maciça e vigorosa do Congresso Nacional. Aliás, em boa hora, essa discussão acabou gerando no meio político duas unanimidades: que o problema da Previdência não se resolve com aumento de alíquotas e que ela não pode continuar do jeito que está. É hora de uma profunda reforma estrutural. É hora de executar, com seriedade, tudo o que a nossa Constituição determina para o bom funcionamento da Seguridade Social no Brasil. É hora de integrar racionalmente as ações dos diversos Ministérios encarregados da Saúde, da Assistência e da Previdência Social. É hora de moralizar e democratizar a gestão dos recursos da Previdência. É hora, finalmente, de redirecionar para as áreas-fins da Saúde, Assistência e Previdência os recursos desviados do Finsocial.

Sr. Presidente, é hora de encontrarmos alternativas e saídas emergenciais que viabilizem o pagamento dos 147,06%, mas é também o momento de nos debruçarmos sobre um projeto sério e inteligente de reestruturação de todo o sistema previdenciário brasileiro. Um projeto de reforma que, dentro da linha de modernidade apregoada pelo atual Governo, torne a Previdência mais dos segurados e menos do Estado. Um projeto que, segundo os mandamentos constitucionais, dê à Previdência Social uma administração transparente, da qual participem efetivamente os principais interessados: o trabalhador, o empregador e o aposentado. Antes de privatizá-la, é preciso desestatizá-la.

Além disso, um sistema previdenciário auto-sustentado, como é o desejo de todos, não pode mais ter como base de cálculo das contribuições tão somente a folha de pagamento das empresas, quando se sabe que o mercado informal atinge hoje cerca de 60% da população economicamente ativa e gera entre 25% e 30% do Produto Interno Bruto nacional, segundo os dados mais recentes do IBGE. O absurdo e a injustiça desse sistema de contribuição torna-se patente quando se constata, por exemplo, que uma grande empresa, como a IBM do Brasil, gasta 6% do seu faturamento com encargos sociais, enquanto as microempresas gastam, em média, 40%.

É por essas e outras distorções que a nossa Previdência está falida. É por essas e outras razões que nós, Congressistas, temos o grave dever de, auscultando a sociedade brasileira, desenhar um novo sistema de seguridade social que possa

garantir saúde, assistência e dignidade a todos os brasileiros, tanto na sua vida produtiva quanto na sua aposentadoria. O Brasil inteiro se volta para o Congresso Nacional, neste momento, esperando de nós uma resposta coerente e uma solução duradoura.

Mas, hoje, Sr. Presidente, é um dia de muitas novidades. Estamos sabendo, pelas informações de políticos e Parlamentares, que mudanças estão sendo feitas no Governo.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer alguns comentários finais a respeito dessas mudanças e de entendê-las.

Vejo que o Governo cria uma nova Secretaria, nome ou um político representativo, como o ex-Senador Jorge Bornhausen, pelo que anunciam as televisões. Pergunto eu, Sr. Presidente: como é que alguém vai exercer uma Secretaria do Governo, com funções políticas de coordenação com o Congresso, se existe um outro coordenador, que é o Ministro da Justiça? Como é que os dois vão conseguir conciliar esse trabalho?

Francamente, não entendo. Não vejo condições de se pensar numa coordenação dupla, e, principalmente, com temperamentos tão diferentes como desses dois políticos militantes, o Senador Jarbas Passarinho e o ex-Senador Jorge Bornhausen.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo, fala-se que vai ser criada novamente a Secretaria de Planejamento. Mesmo ausente, como tenho estado, estes dias, do País, tenho lido comentários de que o Governo estaria muito satisfeito com os resultados da política econômica porque estaria sendo agora anunciado que o combate à inflação estava tendo resultados positivos. Se for verdade, então como é que nesta hora, em que o Ministro Márcio Marques Moreira, segundo o Governo, está atendendo aquilo que se pretende, está alcançando resultados positivos, cria-se uma nova Secretaria de Planejamento e vai-se colocar no lugar o Sr. Antônio Kandir, que é de outra equipe, com outro pensamento, sem que isto vá reduzir a influência e a força do Ministro da Economia?

Então, é preciso entender e só vejo uma razão para isso: estamos vendo a ascensão do PFL ao Governo Federal, mas, de uma tal maneira, que eu fiquei surpreso, porque pensei que ia encontrar aqui a Bancada do PFL no Senado entusiasmada; pensei que ia encontrar a Bancada do PFL aqui no plenário defendendo o Governo. Ontem e hoje, assisti a discursos contra o Governo e não vi ninguém defendendo. Estou procurando ainda um defensor do Governo que seja do PFL. Quando conversei com os Senadores do PFL, não senti esse entusiasmo por parte de ninguém. Então, não é suficiente.

Fala-se em trazer para o Governo o ex-Deputado Nelson Marchezan. Fala-se em atender a uma das facções do PFL, afastando definitivamente do Governo o ex-Senador Carlos Chiarelli.

Nós, então, estamos vendo uma reformulação da atitude política deste Governo, que dizia que não aceitaria uma política do tipo "é dando que se recebe".

Espero que, para o bem do País, nós não tenhamos esse tipo de política, porque, no momento em que o País precisa, não de aumento de tributação mas de austeridade na execução orçamentária, não é possível se pensar em eleições em 1992 com gastos exorbitantes. Por isso, fico muito preocupado com esse noticiário de hoje, porque vejo que há um desvio total da linha de conduta desse Governo. Não que o Governo estivesse certo mas, pelo menos, num ponto ainda estava resistindo. De todos os erros que vinha cometendo, pelo menos num

ponto ele resistia, que era este. Agora, além de todos os erros que vinha cometendo, pratica mais este.

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não. Ouço, com todo o prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Ronaldo Aragão — Nobre Senador Jutahy Magalhães, ouvi, com atenção, uma parte do seu pronunciamento — porque cheguei depois que V. Exª já o havia iniciado —, principalmente quando V. Exª se referiu ao pagamento dos 147%. Parece-me que o Governo não tem mais nenhuma explicação, depois que o Tribunal de Contas da União tornou público, ele tem caixa para pagar. O Tribunal não seria irresponsável de tornar pública a sua análise, segundo a qual o Governo ainda teria um superávit. Então, não há mais razão para essa celeuma sobre os 147%. Quanto à nomeação de ministros, veja V. Exª a incoerência do Governo: no início, fez uma reforma administrativa com a intenção, segundo ele próprio, de diminuir a máquina e as possíveis corrupções que existiam. O que nós vemos é que a corrupção aumentou e que, agora, o Governo está desmanchando aquilo que fez, aquilo que era verdade, na época, agora não é mais. O Governo, agora, está criando ministérios: ministérios extraordinários, ordinários, etc. É o samba do crioulo doido. Para onde vamos? O Governo disse que ia fazer a reforma para enxugar; agora, a reforma que ele alardeou aos quatro cantos do País não tem mais valor e novos ministérios são criados para acalmar os ânimos daqueles que estavam exaltados, porque não participavam efetivamente do Governo. O que o Governo V. Exª quando se referia ao chamado “é dando que se recebe”, que era a única coisa a que o Governo estava resistindo. Agora, como diz o ditado popular: “Vai rolar água morro abaixo”. E aí é que a coisa vai piorar. Quero, com este breve aparte, parabenizar V. Exª quando faz essas indagações: Para onde vai o Governo? Quando contempla uma ala que estava descontente, dando-lhe um ministério, descontenta o resto. Não as oposições, mas os blocos, os partidos que o apoiavam. Então, Senador Jutahy Magalhães, não sabemos mais para onde o Governo quer ir, qual é a sua posição, porque todo dia tem uma, e acaba não tendo posição alguma. Estamos vendo a inflação galopando e o Governo querendo desviar a atenção do povo, criando ministério, negando os 147%. Agradeço a V. Exª pela paciência de ouvir o meu aparte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª tem toda razão quando compara essa situação àquele samba do falecido Stanislaw Ponte Preta, se não me engano, porque, na realidade, é um vaivém de intenções. No início, faz-se uma reforma administrativa, vamos enxugar o Ministério, reduzir o número de Pastas, e depois vai-se, aos poucos, aumentando novamente essas mesmas Pastas, retornando e fazendo um trabalho que, na realidade, não foi completado, ficando apenas em palavras e promessas. É mais uma das diretrizes que não é atendida pela ação do Governo.

Se V. Exª tomar o cuidado de ler aquelas diretrizes do Governo, vai ver quantas foram abandonadas durante esse período de menos de dois anos. Mesmo aquela promessa — até certo ponto ridícula — quando o Presidente eleito, Fernando Collor de Mello, anunciava um Ministro e dizia: “Vai até o final do meu Governo”.

Eu já tive vontade de trazer aqui um retrato ampliado do primeiro Ministério, para ficar anunciando aqui: Bernardo Cabral, risca, não está mais; Antônio Rogério Magri, risca,

não está mais; Margarida Procópio, risca, não está mais; Zélia Cardoso, risca, não está mais; Carlos Chiarelli, risca, não está mais; Joaquim Roriz, risca, não está mais. Estava sobrando o Alcení Guerra, e estou sabendo que o estão demitindo hoje. Era o único civil que estava resistindo ainda àquela promessa de que todos iriam até o final do seu Governo.

Era ridícula aquela declaração, porque nenhum Presidente pode dizer que qualquer Ministro vai até o final do seu Governo, antes do exercício do mandato. Mas disse, declarou.

Então, hoje, é só pegar as fotografias e ir riscando um por um, não resta mais nenhum.

E, como isso, as promessas de campanha, as diretrizes de campanha.

A questão dos aposentados é uma vergonha. O que estão fazendo com os aposentados brasileiros. Nenhum país pode admitir que isso possa ocorrer por parte da Presidência.

V. Exª pode ter certeza como declarou o Senador Mário Covas em seu pronunciamento, e S. Exª foi aparteado pelo Senador Eduardo Suplicy, de que o que está ocorrendo nesse Governo é um episódio que ninguém pode admitir que um Governo sério permita que ocorra. Vem a área econômica e anuncia que está precisando de 11 trilhões para cobrir um débito. Vão cobri-lo da maneira mais errada possível, mas querem cobri-lo. O Tribunal de Contas da União faz uma auditoria e diz que não precisa disso, porque estão sobrando 4 trilhões e tanto.

Ora, Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, este País deveria ter um Governo sério! Considero o Ministro Marcelo Marques Moreira um Ministro sério. Agora, não posso admitir que as contas estejam tão erradas. Será que não se sabe fazer conta neste Governo?

Tenho um episódio, Sr. Presidente, para encerrar, que mostra até onde isso pode chegar. Não é uma inverdade, é um absurdo, porque ocorre.

Sr. Presidente, tenho o testemunho de uma pessoa amiga, que respeito e considero, que sei, não me contaria uma inverdade. Quando o Dr. Sobral Pinto morreu, procurou-se na área Executiva saber se poderia ou não fazer os três dias de luto oficial. Não tinham o conhecimento de que poderiam ver isso através de um decreto, que existe do próprio Governo Federal. Era apenas acionar o botãozinho do computador que saberiam do decreto e leriam o seu texto. Nem isso tinham conhecimento à época.

Outro episódio foi o de que precisaram de um *vade mecum* no Poder Executivo. Na hora, o pessoal, que estava auxiliando, o Executivo procurava saber o que era *vade mecum*, e não se chegava a uma conclusão. Resolveram, então, consultar um diplomata, fulano de tal, porque falava russo; talvez, por isso, soubesse o que fosse essa palavra. Na ideia deles, *vade mecum* era uma palavra russa. Veja, V. Exª, não estou contando uma piada. É sério. Como é que podemos admitir que se chegue a contas como o Senador Mário Covas deseja? Não pode. Não há condições de eles acertarem. Erram no valor de 16 trilhões de cruzeiros. O Senador Mário Covas é engenheiro, já fez os cálculos de 30 e tantos por cento.

Sr. Presidente, estamos num dia de mudanças muito sérias e importantes. Infelizmente não são mudanças que, pelo menos, tragam tranqüilidade e novas esperanças. Pelo contrário, trazem preocupações de que no único ponto em que o Governo está acertando, ele também venha a errar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Com a palavra o nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, tive o prazer de ir a Campinas, no Estado de São Paulo — V. Ex^a, Sr. Presidente Magno Bacelar, esteve também lá — por ocasião do ingresso do eminente Líder Jacó Bittar, no PDT. Na sede do Centro de Convenção daquela cidade assistimos a uma festa democrática, extremamente saudável. Todos sabemos que Jacó Bittar é um operário e foi um dos fundadores, junto com Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, o PT, e que hoje ingressou no Partido Democrático Trabalhista.

Sr. Presidente, há dias, o eminente Senador Eduardo Suplicy encaminhou ao Procurador-Geral da República uma representação que envolve a administração do Sr. Jacó Bittar, ilustre Prefeito de Campinas, no Estado de São Paulo. Inclusive, como sói acontecer nos gestos do Senador Eduardo Suplicy, S. Ex^a encaminhou uma carta ao Prefeito Jacó Bittar.

Hoje, recebo cópia da carta que o Prefeito encaminhou ao Senador Eduardo Suplicy. Como essa matéria é relativa a possível envolvimento em irregularidades na Prefeitura e foi do conhecimento público, os jornais deram grande destaque a essa representação, o Prefeito encaminhou-me a cópia da carta que dirigiu ao Senador Eduardo Suplicy. Por ser um documento público, vou lê-la:

“PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

23 de janeiro de 1992

Of. Gab. Prefeito nº 31/92

Excelentíssimo Senhor Senador:

Acuso recebimento de seu ofício via fax nº 31-3269, em que me comunica apresentação ao digníssimo Procurador-Geral da República da representação permitida pela Constituição Federal tendente a apurar responsabilidade do Ministério da Ação Social da Caixa Econômica Federal e da Prefeitura Municipal de Campinas na contratação das obras e serviços de construção relativos à implantação do sistema de esgotamento sanitário da bacia do Ribeirão Anhumas, em realização nesta cidade, de forma ali apontada como irregular. Agradeço-lhe a cortesia do envio.

Na qualidade de dirigente máximo do órgão municipal citado e responsável pelos atos que nele se praticam, quero de antemão, antes mesmo de qualquer manifestação do Sr. Chefe do Ministério Público Federal, colocar à disposição de Vossa Excelência, como um dos autores da representação, todos os documentos relativos à apontada contratação, por ter certeza de que, em nenhum dos atos que a compõem, existe a menor irregularidade ou vício que comprometa a moralidade administrativa.

Fica, assim, Vossa Excelência convidado a vir à Prefeitura Municipal de Campinas, em data que fica a seu cargo designar, para analisar a documentação existente em seus registros referente ao objeto de sua denúncia.

Atenciosamente, — Jacó Bittar, Prefeito Municipal.”

Como sabemos da posição sempre atenta do Senador Eduardo Suplicy — e eu particularmente, com o respeito que lhe tenho, diria da amizade que muito me honra — S. Ex^a está convidado, portanto, a comparecer à Prefeitura de Cam-

pinas, caso tenha condições, e examinar a documentação referente a essa apontada irregularidade, para firmar o seu juízo, a fim de que se convença que está tudo bem, ou se achar que ainda parem dúvidas, que prossiga no seu papel de defensor dos interesses públicos, como tem feito aqui, de maneira sempre ativa e independente.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy — Nobre Senador Maurício Corrêa, V. Ex^a certamente há de compreender a preocupação que tive, juntamente com o Deputado José Dirceu e com o Vice-Prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, ao subscrever essa representação, em função dos laços históricos e pessoais que tenho com o Prefeito Jacó Bittar, de Campinas. Já conhecia Jacó Bittar desde os tempos da sua liderança sindical como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo da região de Paulínea e Campinas. Acompanhei de perto os seus esforços para a fundação do PT, ele que, então, foi Vice-Presidente do Partido desde a sua fundação e por muitos anos enquanto Lula era o Presidente. Em toda a minha convivência com Jacó Bittar, desde o início da história do PT até a sua saída, mais recentemente, no ano passado, tivemos um excelente relacionamento, tanto é que fui companheiro de Jacó Bittar, por exemplo, quando em 1982 ele foi candidato ao Senado, Lula a Governador, e eu a Deputado Federal. Fizemos inúmeros comícios juntos. Em 1986, conditei-me a Governador e Jacó Bittar ao Senado, juntamente com o hoje Deputado Hélio Bicudo. E quantas vezes viajamos juntos fazendo campanha, comícios e sempre fazendo as refeições, conversando. Portanto, considero-me amigo de Jacó Bittar. Participei, também, de sua campanha para Prefeito de Campinas e foi com tristeza que vi o desenrolar de desentendimentos entre companheiros do PT e o Prefeito eleito por nosso Partido, bem como o ocorrido entre Antônio da Costa Santos e ele. Antônio da Costa Santos, um arquiteto, relatou-me das dificuldades que teve para obter algumas informações, mas quando ele me mostrou toda essa documentação eu pedi à minha assessoria que examinasse quanto custariam obras de natureza semelhante no Município de São Paulo junto à Secretaria de Vias Públicas. Ficou constatado que, de fato, a Prefeitura Municipal de São Paulo está conseguindo realizar obras semelhantes a preços menores. Daí chegamos à conclusão de que essa obra, embora muito importante e cuja prioridade social reconheço e reitero na representação, está sendo construída por um preço digamos de 100, quando poderia ser cobrado algo em torno de 60 ou 70. Isso, poder-se-ia verificar melhor. E eu transmiti ontem, em ofício, ao Prefeito Jacó Bittar que o único propósito dessa representação era o de resguardar a própria municipalidade com respeito à ação de empresas que, construtoras de obras civis, muitas vezes conseguem realizá-las, tentando cobrar preços mais altos do que os justificáveis. Não se trata de caso isolado. Há poucos meses representação de teor semelhante, o Deputado José Dirceu e eu apresentamos à Procuradoria-Geral relativamente ao caso de Jundiá e dispúnhamos de menor número de documentos do que neste caso. Situação semelhante houve no caso de Rio Claro onde recebemos inúmeras documentações, provenientes de lá, que a Câmara de Vereadores nos enviou; nesse caso de Rio Claro, o Prefeito Azil Brochini, hoje sem Partido, tendo visto que duas obras de drenagem, orçadas em 6,2 bilhões de dólares, poderiam ser realizadas por 4,4 bilhões de dólares por comparação de

preços que elaboramos, o Prefeito Azil Brochini, repito, resolveu sustar aquela licitação. O nosso cuidado é com a administração dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recursos que são dos trabalhadores. Estamos sendo alertados para esta ação de empresas, e não me move nenhum propósito de citar as empresas A, B ou C mas a ação delas é muito forte, como em alguns municípios da Bahia. V. Ex^a sabe que no ano passado o empresário Antônio de Castro Paixão, aqui esteve relatando práticas que, de alguma forma, mostravam a ação das grandes empresas desde o momento de elaborar editais.

Então, para concluir, prezado Senador Maurício Corrêa, e até para mostrar o apreço e respeito que tenho pelo Partido de V. Ex^a gostaria de ter a sua permissão para ler o ofício que estou encaminhando, nesta tarde, ao Exm^o Sr. Leonel de Moura Brizola, DD. Governador do Estado do Rio de Janeiro, como Presidente do Partido Democrático Trabalhista, a respeito do assunto.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Não faço oposição a que V. Ex^a leia. Estou sendo advertido pela Mesa, mas fica a leitura a critério de V. Ex^a

O Sr. Eduardo Suplicy — Eu gostaria de fazer a leitura rapidamente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Nobre Líder Maurício Corrêa, a advertência da Mesa é no sentido de que existem inúmeros outros Senadores para falar, mas a Mesa será tolerante e aguardará a leitura do ofício do Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Passa a ler o ofício:
OFÍCIO Nº 8/92

Brasília, 23 de janeiro de 1992

“Senhor Governador,

Venho assinalar e agradecer a Vossa Excelência, na condição de Presidente, o empenho de excepcional valia dado pelo PDT para a aprovação do projeto de lei que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, através do Imposto de Renda Negativo, em 16 de dezembro último pelo Senado Federal.

Em especial, o Líder do PDT no Senado, Senador Maurício Corrêa fez um parecer na Comissão de Assuntos Econômicos muito bem fundamentado, o qual contribuiu significativamente para que os demais Senadores votassem a favor. Também o Senador Nelson Wedekin na referida Comissão e no Plenário foi entusiasta defensor da proposição. O projeto será agora apreciado pela Câmara dos Deputados.

Por oportuno, encaminho a Vossa Excelência cópia de representação à Procuradoria-Geral da República relativa à Prefeitura Municipal de Campinas, o Ministério da Ação Social e à Caixa Econômica Federal, solicitando sejam apurados os indícios de sobrepreço em obra pública de saneamento básico. Esclareço tratar-se de medida em defesa da municipalidade e da gestão adequada do FGTS, que ante o que foi constatado, tal como em outros municípios onde estamos acompanhando problemas semelhantes, poderá resultar em firme ação da Prefeitura no sentido de renegociar os preços cobrados, senão suspender a licitação para obra de saneamento cuja prioridade social é evidente. Ressalto não haver nesta representação qualquer propósito político ou pessoal.

Respeitosamente, — Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Ao

Excelentíssimo Senhor
Leonel de Moura Brizola

DD. Governador do Estado do Rio de Janeiro
Presidente do Partido Democrático Trabalhista
Palácio da Guanabara
Rio de Janeiro — RJ.”

Assim, Senador Maurício Corrêa, saliento que vou aceitar, sim, o que me propõe o Prefeito Jacó Bittar; vou marcar uma data, nos próximos dias, e conversar com membros da Secretaria de Vias Públicas de São Paulo para solicitar que um dos técnicos possa acompanhar-me para que possamos mostrar ao Prefeito Jacó Bittar essa disparidade de preços que foi constatada por minha assessoria; assim, mais de perto, constatando com os meus próprios olhos, devido ao respeito e a amizade que tenho pelo Prefeito Jacó Bittar, espero desvendar, colaborando, dessa forma, mais de perto, com o Ministério Público para que todas as dúvidas sejam explicitadas, sanadas. Ressalto, inclusive, que o próprio Presidente da CP-PO, empresa que está realizando essa obra, o Sr. Aloísio Rebelo de Araújo, procurou-me, dizendo que gostaria de encontrar-me. Já marquei, segunda-feira próxima, cedo, em São Paulo, um encontro para tratar também dos casos de Rio Claro, Jundiaí e Campinas.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Muito obrigado a V. Ex^a pelas referências feitas na carta que enviou ao Presidente do meu Partido e Governador do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola.

Entendo perfeitamente, Senador Eduardo Suplicy, o papel que V. Ex^a desenvolve nesta Casa e, particularmente, na defesa dos superiores interesses do Estado que representa, o Estado de São Paulo.

Mas, Sr. Presidente, no caso específico da Prefeitura de Campinas, todos sabem que o Sr. Antônio da Costa Santos mantém um contraditório com o Prefeito Jacó Bittar há muito tempo, desde o início, praticamente, da instalação do seu governo na Prefeitura daquela próspera cidade de Campinas.

O Sr. Jacó Bittar é homem de vida pública ilibada, é digno, honrado; sempre pertenceu ao PT, nunca recebeu qualquer tipo de acusação, mesmo porque toda sua vida foi dedicada ao sindicalismo, à defesa dos interesses dos trabalhadores; abre, por conseguinte, a Prefeitura, para que o nobre Senador Eduardo Suplicy, enfim, faça a fiscalização que deseja. O que trago aqui é a afirmação do Sr. Jacó Bittar de que as portas da prefeitura de Campinas estão escancaradas para que o nobre Senador Eduardo Suplicy possa fazer a fiscalização que bem desejar.

Temos a consciência tranqüila de que, realmente, a concorrência foi feita com absoluta lisura, os recursos estão sendo aplicados perfeitamente dentro do cronograma, — portanto, sem nenhum tipo de questionamento para dar margem a irregularidades.

Sr. Presidente, antes de encerrar essas rápidas palavras, gostaria de trazer à colação um dado que me tem preocupado.

Quando estávamos encerrando a Sessão Legislativa do ano passado, submetemos ao conhecimento desta Casa o pleito dos servidores do Senado Federal, no que tange ao direito líquido e certo à percepção da chamada URP.

Ora, o Tribunal de Contas da União acaba de fazer esta auditoria e determinar que a Previdência Social tem os recursos para pagar os 147%; este mesmo Tribunal de Contas da União já pagou, há muito tempo, a todos os funcionários daquela corte, os direitos no que tange à URP, que na verdade,

é um atrasado que os servidores têm, em virtude desses planos que surgiram. É um direito líquido e certo. O Superior Tribunal de Justiça também já pagou a URP aos seus funcionários, assim como todos Tribunais Superiores do Brasil, com exceção do Supremo Tribunal Federal, que entendeu que o pagamento deveria ser menor; mas essa competência nem é do Supremo Tribunal Federal. Em tese, porque, sendo uma matéria de Direito, a questão estava jungida à competência, portanto, do próprio Tribunal Superior de Justiça.

Os Tribunais Regionais do Trabalho de todo o Brasil já pagaram, assim como todos os Tribunais Regionais Federais.

Aqui, no Senado, inclusive para dar cobertura à Mesa, por sugestão minha, solicitei que encaminhasse o pleito à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que se examinasse a questão à luz do Direito.

Pois bem, foi encaminhado o processo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, se não me falha a memória, por um ou dois votos de abstenção, o Plenário daquela Comissão entendeu a liquidez do direito dos servidores desta Casa em receber a chamada URP. Indago: por que não pagar? No ano passado, a explicação era de que o orçamento não comportaria. Já iniciamos 1992 e os servidores têm esse pagamento como líquido e certo. Muitos estão vivendo um desespero.

Ora, Sr. Presidente, nós nos convencemos de que esse é um direito líquido e certo dos funcionários do Senado. Se a Câmara entendeu, através da Mesa, por quatro a três, que não deve ser paga a URP, esse é um procedimento da Câmara dos Deputados; mas o Senado Federal, através da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já entendeu que os servidores do Senado têm direito.

Particularmente, Sr. Presidente, modesto advogado, com vivência no fórum, entendo que esse direito é líquido e certo, não há qualquer perigo de exploração por parte da Imprensa. Houve uma proposta da Mesa de que iria pagar em uma ou duas vezes, tudo bem! A verdade é que há servidores em desespero. Fala-se que o funcionário do Senado ganha muito. Não é verdade! Atravessamos dificuldades. O Poder Executivo é que paga pouco, mas os servidores estão vivendo dificuldades terríveis, já colocaram a URP em seus orçamentos; estão contando com ela como um direito líquido e certo, como algo que já deveria ter sido pago; muitos já fizeram compromissos em decorrência dessa URP. Por que não pagar? Por que não dar uma definição a respeito disso?

Portanto, Sr. Presidente, essas palavras que trago neste instante a V. Ex^a são mais no sentido de solicitar uma informação à Mesa que, tendo recebido a petição encaminhada pelo nobre Presidente do Sindilegis, Sr. Mauro Dantas, e tendo depois submetido a proposição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e esta se pronunciado favoravelmente, o que lhe falta para pagar? A Mesa vai indeferir? Não quer acatar o que decidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania? Que indefira, então, para que os servidores possam tomar uma atitude; mas esse é um direito líquido e certo que esperamos sinceramente, que seja liquidado no menor espaço de tempo.

No ano passado, o nobre Senador Mauro Benevides nos comunicou que não havia orçamento — S. Ex^a está chegando ao plenário neste momento e tenho certeza que nos dará uma boa informação sobre o assunto. Gostaria de ouvir do próprio Presidente palavras que tranquilizassem os funcionários do Senado Federal. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Maurício Corrêa, o Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, ao reassumir os trabalhos até aqui, exemplarmente presididos pelo nobre Senador Magno Bacelar, em consequência do pronunciamento feito agora, neste plenário, pelo nobre Senador Maurício Corrêa, sente-se no dever de prestar esclarecimentos à Casa com relação ao pagamento da URP aos servidores do Senado Federal e, obviamente, aos Srs. Senadores, porquanto, se estendida a medida, ela alcançaria também os membros deste plenário; não apenas aqueles que exerceram mandato até 1990 como também aos que, neste exato momento, sem estarem no exercício de mandato eletivo, porque findo o mandato respectivo, farão jus à percepção da URP.

Diria aos Srs. Senadores e, através deles, à própria Casa, que aguardo ansioso a decisão da Mesa e que, em nenhum momento, a direção da Casa se mostrou insensível às postulações dos servidores. Tanto isso é verdade que tudo o que a lei lhes assegura, no mês de dezembro, por exemplo, o Senado ofereceu aos seus servidores: o pagamento do 13º salário, a antecipação das férias e, rigorosamente no exercício, o vencimento mensal a que fazem jus.

A Presidência já adotou providências relacionadas com o levantamento do dispêndio representado pelo pagamento da URP e tem mantido contato permanente com a Câmara dos Deputados, objetivando uma solução comum, a exemplo do que sempre ocorreu no Congresso brasileiro. As vantagens auferidas pelos servidores do Senado Federal habitualmente também o são por aqueles que compõem o corpo de servidores da Câmara dos Deputados.

Ainda ontem, como Presidente do Senado, mantive um longo entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, objetivando alcançar uma solução comum que pudesse favorecer ainda este mês os servidores do Senado e os servidores da Câmara dos Deputados. Até a quantificação desse dispêndio já foi procedida pela Mesa Diretora através dos órgãos competentes da Casa. Evidentemente, a Mesa ouviu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que pudesse melhor embasar a sua decisão, já que o Supremo Tribunal Federal que até este momento tem servido de parâmetro para a fixação de vencimentos e outras vantagens do Poder Legislativo, decidira pagar apenas 7/30 dessa vantagem agora mui merecidamente reivindicada pelos servidores do Senado Federal.

Posso tranquilizar os servidores de que todas as gestões estão sendo levadas a efeito nesses últimos sessenta dias. A Mesa do Senado avalia uma decisão recente, adotada no âmbito da Câmara dos Deputados que, de certa forma, se contraria a uma decisão imediata, como deseja a Mesa, dessa matéria no âmbito do Senado Federal.

Não creio que nenhuma Mesa desta Casa — todas elas conduzidas com exemplar seriedade pelos nossos antecessores — tenha dedicado tanta atenção aos servidores do Senado Federal. Faremos tudo para que esta justa postulação possa, no menor espaço de tempo possível, representar uma decisão. Se, em dezembro, a Mesa, fundamentada no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não promoveu o pagamento, é porque o desembolso, naquele mês, ultrapassaria, em muito, as possibilidades orçamentárias do Senado Federal. Algumas instituições, inclusive tribunais, que decidiram o pagamento da URP, viram os seus servidores passar

o Natal sem perceber os vencimentos alusivos ao mês de dezembro, pagamento que só ocorreu, salvo engano, no dia 10 de janeiro. Adotamos exatamente aquela posição de pagar os vencimentos e as vantagens adicionais dos servidores e aguardar uma oportunidade orçamentária mais compatível para o pagamento da URP aos nossos servidores.

Portanto era a explicação que neste momento, inopinadamente, competia-me transmitir ao nobre Líder do PDT Maurício Corrêa e, naturalmente, por extensão, a todos os Srs. Senadores, que, pressurosos, desejam conhecer manifestação conclusiva e definitiva da Mesa em torno do pagamento dessa vantagem ao quadro de servidores, indiscutivelmente qualificado e competente, do Senado Federal.

Eram os esclarecimentos que à Mesa cabia transmitir diante da manifestação, do nobre Líder do PDT.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como Líder, concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente inicialmente desejo, mais uma vez, congratular-me com V. Ex^a pela maneira firme, correta e competente como vem conduzindo não só os trabalhos legislativos mas também administrativos do Senado Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não gostaria que esta semana se encerrasse sem que eu, como Líder do PMDB, colocasse nos Anais uma retificação que minha consciência política exige.

Os jornais divulgaram amplamente, no decorrer desses últimos dias, a propósito da edição pelo Senhor Presidente da República, do famigerado decreto que regulamentou a lei sobre precatórios judiciais com o intuito de protelar para 1992 o pagamento do reajuste dos 147% devidos aos aposentados e pensionistas por força de várias decisões judiciais, que ele seria semelhante a um decreto assinado pelo então Governador Orestes Quércia, de São Paulo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, procurei fazer uma investigação a respeito do assunto, para que pudesse trazer ao Senado e à Nação os devidos esclarecimentos. O que houve em São Paulo foi inteiramente diferente. A Constituição Estadual, ao tempo do Governador Orestes Quércia, estabelecia nas suas Disposições Transitórias que o Estado teria que pagar de imediato uma volumosa quantia à guisa de indenizações a vários empregados que haviam sido dispensados de empresas que foram encampadas pelo Governo bem assim a particulares, por conta de desapropriações de interesse público.

Já aí temos a diferença. O decreto do Governador Orestes Quércia, nada teve a ver com créditos alimentícios, como no caso das aposentadorias e pensões da Previdência Social. Tampouco para pagar aquelas indenizações, não havia no Orçamento do Estado dotações orçamentárias a serem liberadas a tempo e a hora. Diversamente, a Previdência Social dispõe de dotações próprias no Orçamento deste exercício financeiro, que poderão, a qualquer momento, ser suplementadas através de projeto de lei do Senhor Presidente da República ao Congresso para reforçar o seu caixa e, portanto permitir o pagamento em dia de todos os seus beneficiários.

Creio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que assim fica esclarecido o que houve em São Paulo com relação ao Governador Orestes Quércia e o que acontece, agora, com referência ao decreto do Senhor Presidente da República, que, infeliz-

mente, adiou para 1993 o pagamento do reajuste dos 147% dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Antes de terminar, desejo lamentar, profundamente, que estejamos praticamente encerrando a convocação extraordinária do Congresso Nacional, sem a solução desse problema.

A Câmara dos Deputados pelo seu Plenário, acaba de rejeitar o projeto de lei do Senhor Presidente da República que dispunha sobre novas fontes de custeio para a Previdência Social. Nós, do PMDB e dos demais Partidos de Oposição, desdobramo-nos, através de nossas Lideranças no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, no sentido, como disse ontem, de encontrar alternativas que correspondessem a suprir o Governo de pelo menos alguns trilhões, para pagar, por alguns meses, os 147% devidos aos aposentados e pensionistas.

Infelizmente, o Governo tornou-se intransigente, mantendo o seu projeto, embora sabendo que não tinha apoio no Congresso Nacional, porque nenhum partido iria concorrer para o aumento das contribuições sociais sobre salários de trabalhadores e sobre folhas de pagamentos das empresas, nem também para reinstituir contribuições sobre os proventos dos aposentados e pensionistas, o que teria uma repercussão negativa na economia, inclusive o possível aumento do índice inflacionário com grave reflexos no campo Social.

Sr. Presidente, Sr. Senadores, se todos esses argumentos não valessem — e eu os repisei ontem no meu pronunciamento — gostaria apenas de lembrar, para que não deixasse de ser registrado nos nossos Anais, que hoje teríamos um argumento final para sermos contrários ao projeto do Senhor Presidente da República, ou seja, o resultado da inspeção preliminar feita nas contas da Previdência a requerimento do Partido dos Trabalhadores pelo Tribunal de Contas da União que nos deu a informação, ao contrário do que anunciava o Governo, de que a Previdência Social teria, este ano, um superávit da ordem de Cr\$17 trilhões, e se pagasse, como deveria pagar os 147% concedidos pela Justiça aos aposentados e pensionistas, ainda assim sobrariam Cr\$4,7 trilhões.

Isso significa que o Governo não tinha razão ao dizer que havia um rombo na Previdência e que precisava de Cr\$11 trilhões até o final do ano para pagar o citado reajuste. Preferimos, Sr. Presidente, por enquanto, sem que isso represente um demérito ao Poder Executivo, ficar com a palavra do Tribunal de Contas da União.

Digo a V. Ex^a e ao Senado, neste momento, que o Sr. Presidente da República, através do seu Governo, sobretudo daqueles ministros que atuam na área econômica e na área da previdência social, tem a obrigação moral e política de se explicar perante o Tribunal de Contas da União, o Congresso Nacional e a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. César Dias — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma breve comunicação na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai conceder a palavra ao Senador Albano Franco, que veio há poucos instantes à Mesa fazer idêntica solicitação. Logo depois, ao nobre Senador César Dias.

O Sr. César Dias — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece que também estão inscritos os nobres Senadores Ney Maranhão e Esperidião Amin.

Com a palavra, o Senhor Albano Franco.

O SR. ALBANO FRANCO (PRN — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no meio de tanta crise, é gratificante poder anunciar nesta Tribuna que o SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — comemorou ontem os seus 50 anos de bons serviços prestados ao povo desta Nação. Foram 14 milhões de brasileiros treinados nas mais variadas profissões e que subiram na vida à custa de sua competência.

A Confederação Nacional da Indústria orgulha-se disso. O SENAI é sua menina dos olhos. Como todos sabem, essa bela obra é mantida pela iniciativa privada, dentro dos mais rigorosos padrões de eficiência pedagógica e austeridade econômica.

No SENAI não há desperdício; não há empreguismo; não há esbanjamento. Sua filosofia de trabalho é a da simplicidade. Os instrutores são professores e conselheiros de seus alunos. O adolescente sai do SENAI não só com uma boa profissão, mas, sobretudo, com uma formação harmônica no campo dos valores, da moral e do respeito pelo seu semelhante. O SENAI não é uma fábrica de profissionais. É uma fonte de caráter.

Prezados Senadores: cada um dos presentes sabe reconhecer o extraordinário valor de uma instituição dessas, num país que mal consegue alfabetizar seu povo. Imaginem o que é manter boas oficinas, com instrutores dedicados e equipamento moderno.

Tudo isso é feito pelos industriais brasileiros. Temos um grande orgulho disso; muito grande mesmo! Cuidamos do SENAI com a mais preciosa parte de nosso patrimônio cultural. E assim continuará, pois a iniciativa privada já deu provas cabais de que sabe administrar, sabe organizar, sabe realizar e sabe avaliar — tudo de modo simples e eficaz.

A fama do SENAI já corre o mundo. O SENAI tem sido copiado pelos países de toda a América Latina, e também por vários países da África. São quase um milhão e meio de pessoas treinadas a cada ano aqui no Brasil, e muito mais no resto do mundo — por inspiração do SENAI — essa escola de escolas — *Made in Brazil*. O Sumo Pontífice, Papa João Paulo II, em visita a Salvador, em 20 de outubro do ano passado, nos deu a satisfação de seu abalizado reconhecimento pelo SENAI, ao dizer: “o SENAI é a perfeita contribuição da indústria brasileira para a capacitação profissional dos jovens”.

Nesses 50 anos de atividades, construímos mais de 800 escolas. Ensinaamos muito e aprendemos uma enormidade. Uma das lições mais caras que tiramos desse meio século é que construir escola é fácil — muito fácil. O difícil é mantê-la em boas condições, com pessoal preparado, com professores carinhosos, com gente entusiasmada que ama o que faz e acredita no que ensina.

Ensinar é, acima de tudo, um apostulado. O SENAI é imensamente grato aos seus funcionários e instrutores nesta data. São eles que têm levado a missão de educar com a necessária dedicação ao adolescente e ao trabalhador adulto.

O SENAI é uma das entidades mais flexíveis no campo do ensino profissional. Além de suas 800 escolas fixas, ele possui quase 300 unidades móveis. Não se pode esperar que todos os alunos cheguem à escola. Neste país-continente, muitas vezes a escola tem que ir ao aluno a fim de atender a clientela mais carente — a que vive nas periferias, nos sertões isolados, na beira dos rios, etc. Para essa gente, ter uma profissão passa a ser um prêmio que lhes permite galgar vários

pontos na escala social. Do contrário, morreriam como nasceram.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBANO FRANCO — Com muito prazer, nobre Colega e amigo.

O Sr. Francisco Rollemberg — Senador Albano Franco, felicito V. Ex^a por vir esta tarde registrar o cinquentenário do SENAI. Como seu conterrâneo, como sergipano, aprendi a conhecer o SENAI na minha infância, aquele SENAI que recebia o estudante pobre de Aracaju, o filho do operário, o filho do trabalhador comum que não podia ou não tinha esperança de obter um diploma de nível superior, já que na época da nossa mocidade Sergipe não tinha universidade, e dava-lhe uma profissão. Conheci, no SENAI, inúmeros rapazes da minha geração que foram aprender mecânica de motores, eletricidade, profissões como a de torneiro mecânico e outras. E vejo hoje, Sr. Senador, que o SENAI, em Sergipe não é mais aquele SENAI das pequenas profissões: já apresenta uma capacidade de qualificação profissional pela qualidade dos seus cursos de alto nível, não só em sergipe, mas também no Brasil inteiro. E o SENAI, caminhando a passos largos, possui hoje no Rio de Janeiro um organismo que prepara jovens em nível superior para engenharia industrial e engenharia mecânica; e essa entidade que o SENAI mantém é hoje uma das mais procuradas do País. Sei de jovens que lá começaram os seus estudos e que hoje estão no exterior aperfeiçoando-se; sei de jovens que lá estudaram, e que estão contribuindo com o que há de melhor na engenharia industrial deste País. Ora, Sr. Senador Albano Franco, V. Ex^a é o Presidente da Confederação Nacional da Indústria e, conseqüentemente, aquele de uma maneira mais direta orienta a formação desses jovens que vão para o SENAI. Queira V. Ex^a receber minhas felicitações por sua atuação frente àquele Órgão. Queira transmiti-las também ao Professor Arivaldo Fontes, ao Professor Pio, ao Professor Estefânio Farias, que, na sua equipe, tudo tem feito para que o SENAI cresça, não somente no conceito do brasileiro, mas no conceito internacional, e possa continuar merecendo, como mereceu do Papa João Paulo II, os elogios que recebeu quando da sua visita à Bahia. O SENAI é um celeiro de profissões; o SENAI é uma saída para a Ciência e para Tecnologia média no País; o SENAI tem propiciado ao jovem brasileiro o atendimento aos seus desejos, às suas aspirações na formação e na obtenção de uma profissão. Apenas o SENAI com o seu esforço, com a sua capacidade de trabalho, com os seus investimentos e a sua crença profunda no desenvolvimento do Brasil, é capaz de oferecer a esses jovens ensino de tamanha qualificação. Assim, quero juntar-me ao registro que faz V. Ex^a e apresentar-lhe minhas congratulações, que peço, mais uma vez, estenda a todos os que, com V. Ex^a, fazem o SENAI no Brasil.

O SR. ALBANO FRANCO — Nobre Senador Francisco Rollemberg, agradeço profundamente a V. Ex^a o aparte que vem engrandecer e valorizar o nosso pronunciamento na tarde de hoje, quando registramos o cinquentenário do SENAI, ocorrido no dia de ontem, principalmente por partir de um Parlamentar como V. Ex^a que, como médico e advogado, conhece como poucos, neste País, a realidade social de Sergipe, do Nordeste e do Brasil.

V. Ex^a foi feliz ao dizer que aqueles jovens carentes, aqueles jovens, muitas vezes filhos dos operários, têm oportu-

nidade, através do SENAI, de obter o seu certificado, o seu diploma para atingir o que é mais sagrado: o direito a um trabalho onde tenha realmente melhores condições de renda, melhores vencimentos e melhores condições de vida.

Agradeço-lhe nobre Senador Francisco Rollemberg.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o SENAI tem sido um dos maiores propulsores de mobilidade social neste País. Seus egressos conseguem os melhores empregos, alcançam os mais altos salários, têm pouca rotatividade e, em pouco tempo, chegam ao topo de sua carreira profissional.

Isso é o SENAI. Esse é o fruto da garra da iniciativa privada. O que seria deste País sem o SENAI? Onde a indústria iria buscar a mão-de-obra treinada? Como poderia o Brasil acompanhar o avanço tecnológico?

O SENAI proporciona tudo isso com seriedade e eficiência. Hoje, suas escolas se adiantam à modernização do Parque Industrial. Em muitos casos, elas dispõem de máquinas e processos que ainda não chegaram à indústria — mas vão chegar.

Como seria possível manter esse dinamismo, não fora a administração leve da iniciativa privada? Não fora a interação constante entre instrutores e empresários, não fora a agilidade do SENAI e o intercâmbio internacional que permitem acompanhar o que está sendo criado nas universidades e nas indústrias estrangeiras?

Fazer 50 anos é fácil. Difícil é apresentar uma boa folha corrida, uma lista de 14 milhões de formados, um rol de mais de mil unidades de ensino atualizadas e em plena operação.

O SENAI é exemplo de tudo isso. São 50 anos de bons serviços prestados à Nação — sem contestação, sem reparos, sem retrocessos. Na verdade, o SENAI construiu em 50 anos o que muitos sistemas não conseguiram fazer em um século.

Desculpe-me, Sr. Presidente, pelo entusiasmo. Mas o SENAI, para nós industriais, é fruto de amor. Os resultados alcançados não vêm por acaso. Eles decorrem de muito trabalho. É preciso ficar atento. É fundamental manter-se alerta. É absolutamente essencial conservar-se simples.

Essa é a ética de trabalho de todos os que labutam no SENAI. Essa é a cultura SENAI. Nós, empresários, estamos felizes por poder ajudar tantos brasileiros. Os industriais deste País se manterão unidos para, com a ajuda de Deus, preservar e fazer crescer cada vez mais essa obra que, acima de tudo, é do trabalhador brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Albano Franco, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Senador Albano Franco, a Presidência também se congratula com o SENAI e reconhece os relevantes serviços prestados por esse órgão ao longo desses 50 anos. Transmito, através de V. Ex^a, as congratulações da Mesa, aos industriais.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias, nos termos requeridos.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB — RR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na quinta-feira da semana passada, dia 16 de janeiro, segundo informações, o Exército venezuelano abateu, com rajadas de metralhadora, um avião civil CESNA, prefixo PT-DMW. O Exército venezuelano tem constantemente molestado os brasileiros na divisa de Roraima com a Venezuela. Ocorre que existem dúvidas se realmente a pessoa está no Brasil ou na Venezuela, naquela região, devido à distância dos marcos geodésicos. Em consequência, alguns brasileiros

que trabalham com serviço de garimpagem na região, às vezes são surpreendidos violentamente pelo Exército venezuelano.

Sabe-se que esse avião foi metralhado, e em consequência houve duas mortes: a de José Xavier de Mendonça, ornitólogo do Estado de São Paulo e Moisés da Silva, garimpeiro do Estado de Roraima. A sociedade de Roraima chora copiosamente por este problema.

Não queremos adentrar na Venezuela, mas esses problemas ocorrem, porque ainda não foi feita a divisão de fronteiras por marcos geodésicos e existe essa dupla interpretação se estamos ou não na Venezuela. Por isso o Exército venezuelano não pode fazer uso da força contra os pobres dos garimpeiros que trabalham na região.

Hoje chegaram a Boa Vista dois sobreviventes desse episódio: o Francisco Rodrigues e José dos Santos Oliveira. Eles estão feridos, e nenhuma autoridade, tanto os políticos de Roraima quanto entidades da OAB ou o Sindicato dos Garimpeiros puderam aproximar-se desses sobreviventes, que foram transportados para Manaus. Amanhã, pessoalmente, eu gostaria de ouvir o depoimento desses garimpeiros. Enviamos expediente ao Ministro do Exército, ao Ministro da Aeronáutica e ao Ministério das Relações Exteriores, no sentido de que esses fatos sejam apurados.

Os roraimenses que convivem diretamente com os venezuelanos — pois temos um relacionamento de irmãos — recebem turistas venezuelanos todo o tempo em Roraima; são tratados bem, e agora, por irresponsabilidade da Força Aérea venezuelana, esses episódios têm-se repetido, não é o primeiro avião a ser metralhado. Desta vez, a imprensa está no local. A TV. Globo está tentando filmar o avião metralhado na floresta para que nossas autoridades venham apurar as responsabilidades. O que eu coloco em dúvida é que ao Governo brasileiro não interessa, de forma alguma, resolver os problemas do garimpeiro. Já solicitamos uma área para o serviço de garimpagem, uma área que não contenha índios e cujo subsolo seja rico. O Governo brasileiro não se interessa pelo problema e está colocando em ridículo uma classe sofrida de garimpeiros naquela região.

Sr. Presidente, gostaria de informar a este Senado que estamos vigilantes neste fato e vamos cobrar da Força Aérea Brasileira e de nosso Exército uma atitude, assim como uma maior ação do Itamarati, porque, pelo que se vê, está inerte, está anestesiado o Ministério das Relações Exteriores.

Existem, segundo informações, mais ou menos 350 brasileiros presos na Venezuela, onde são maltratados; e a embaixada brasileira não tem tomado providências nesse sentido.

Recentemente, José Altino Machado, líder sindical, tentou entrar em contato com os presos, tentou visitar o presídio, para ver o que poderia fazer ou qual a alternativa para resolver o problema desses garimpeiros, mas foi barrado. Existe muito suspense com relação a isso, e gostaríamos, efetivamente, de encaminhar esse fato lamentável ao conhecimento do Presidente do Congresso Nacional, porque gostaríamos que não acontecesse mais, pois a Venezuela é nossa coirmã.

O Sr. Eduardo Suplicy — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Nobre Senador Eduardo Suplicy, a Mesa adverte que o nosso Regimento Interno veda apartes em breve Comunicações.

A Presidência se solidariza com V. Ex^a, Senador César Dias, e seus conterrâneos e estará atenta às providências que deverão ser tomadas pelo Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho, aqui em mãos, uma reportagem de **O Estado de S. Paulo**, com a seguinte manchete: "Previdência pode pagar os 147%, diz o Tribunal de Contas da União".

Dentro do jornal, nesta reportagem, consta o seguinte:

"O Presidente do Tribunal de Contas, Carlos Átila, afirmou ontem que a Previdência Social tem dinheiro para pagar o reajuste de 147% aos aposentados. Mesmo pagando o reajuste, o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS ainda teria um superávit de Cr\$4.2 trilhões este ano, revelou Carlos Átila. Os números constam de relatório preliminar — e chamo a atenção da Casa para isso — da auditoria que está sendo realizada nas contas do INSS, a pedido do Presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro."

E, mais embaixo:

"O resultado da auditoria é surpreendente, comentou Átila, que informou também que a Previdência teria este ano um superávit ainda maior, correspondente a 16,7 trilhões, caso não pagasse o reajuste de 147%."

Diz ainda a reportagem:

"Átila comparou a situação da Previdência à de uma caixa-d'água cheia de furos: "Ao invés de tapar os buracos, querem resolver o problema aumentando a quantidade de água que entra na caixa. Ele conta que só as dívidas do Governo Federal, estadual e municipal com a Previdência é de Cr\$2,5 trilhões. Somando-se a esse valor a sonegação de empresas e multas devidas, esse número se eleva para Cr\$11,2 trilhões. O Presidente do TCU lembra que a auditoria não considerou os recursos do Finsocial, recolhidos pelo Tesouro e depois repassados à Previdência."

Sr. Presidente, em primeiro lugar, se o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União deu realmente essa notícia, quando está sendo feita auditoria que não foi ainda concluída, S. Exª praticou uma irresponsabilidade.

Não entra na cabeça de ninguém que o Presidente da República negue aos aposentados esse dinheiro que o Supremo Tribunal e a Justiça mandaram pagar.

S. Exª o Ministro do Tribunal de Contas, que foi porta-voz de um Presidente da República, devia saber — e devia, inclusive, ter influenciado o Presidente, quando era porta-voz, para que esse problema tivesse sido resolvido naquela época; S. Exª cita os Cr\$2,5 trilhões de que a Previdência é credora dos Estados e Municípios, que agora, somente agora, neste Governo, através da Resolução nº 58 do Senado, oriunda de uma lei de autoria deste Senador, o Governo está cobrando às Prefeituras, aos Estados, que não receberão um tostão do Governo Federal a não ser depois de regularizarem as suas contas. Para isto, para que liquidem as contas do INSS, Sr. Presidente, o Governo concedeu 20 anos de prazo às Prefeituras e aos Governos.

Não acredito de maneira alguma que o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União tenha dito, textualmente, que o Governo tem um superávit de 16 trilhões e que não pagou as contas da Previdência, não concedeu o aumento

aos aposentados, porque não quis. No meu entender esta informação é uma irresponsabilidade, caso o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Carlos Átila, tenha realmente dito isto através da imprensa.

O Sr. Oziel Carneiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Pois não. Ouço com atenção o aparte de V. Exª

O Sr. Oziel Carneiro — Nobre Senador Ney Maranhão, estou ouvindo o pronunciamento de V. Exª, o que vem aumentar a minha preocupação e a minha perplexidade diante dos fatos que estão ocorrendo neste País. O Governo, através do Executivo, apresentou os números referentes ao déficit da Previdência Social para poder fazer face aos 147% que a Justiça tem concedido em suas sentenças aos aposentados. Hoje, fiquei surpreendido com o noticiário da imprensa, com um relatório, eu diria, a título precário, porque é a expressão usada pelo Tribunal de Contas da União. A minha preocupação nasce, exatamente, porque aquela instituição, o Tribunal de Contas da União, ao divulgar esses números — mesmo com as ressalvas feitas pelo seu Presidente em razão do cenário dos pressupostos que os seus técnicos adotaram para chegar a um superávit, ao contrário do Governo que chegou a um déficit — dá margem a uma polêmica. Quando voltarmos aos trabalhos legislativos normais Deus queira que o grande debate não seja exatamente a controvérsia entre os números do Executivo e os números do Tribunal de Contas da União. O próprio Presidente do Tribunal de Contas da União, pessoa que estimo e admiro, ressalva que vai fazer uma auditoria para confirmar esses dados que lhe foram fornecidos.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas, Senador Oziel Carneiro, o que a imprensa informa é o que foi dito textualmente, mas não acredito — como já disse — que S. Exª, o Presidente do Tribunal de Contas da União, tenha dito textualmente que o Governo tem dinheiro para pagar. Isso não entra na cabeça de ninguém.

O Sr. Oziel Carneiro — Para concluir o aparte que dou a V. Exª, a minha preocupação é que, em meados de fevereiro ou início de março — conferidos os números do Tribunal de Contas da União, se eles não forem confirmados — estaremos diante de um problema tão grave, ou mais grave do que o déficit e as dificuldades da Previdência Social. Porque aquela Instituição, que merece o nosso respeito pelo seu passado, pela sua tradição e pela sua competência, poderá ter incorrido em erro muito grande, por precipitação, ao liberar esses números, considerados ainda precários.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Oziel Carneiro, neste momento, em nome da Liderança do Governo, agradeço a V. Exª por esse alerta que V. Exª está acrescentando ao meu discurso. Tudo isso é muito grave, por isso concordo inteiramente com V. Exª. O Tribunal de Contas da União é um Alto Poder que examina as contas do Governo Federal, enfim, aquilo que se gasta neste País; tem que ter seriedade, tem que ter consciência. Todos torcemos para que esses números, e isto que está saindo na imprensa que, infelizmente, envolve o nome do Presidente do Tribunal de Contas, não sejam verdade.

Não posso entender e não acredito nesses dados. O Presidente da República trava longa batalha, acompanhada passo a passo pela população brasileira, essa luta que o Congresso deve solucionar da melhor maneira possível, para cumprir a determinação das Altas Cortes do País.

O Presidente convocou o Congresso, depois de uma decisão do Supremo Tribunal Federal — decisão da Justiça não se discute, é para ser cumprida — mandou um projeto para o Congresso e, depois de acirrados debates na Câmara dos Deputados, ela decide hoje derrotar o projeto do Governo.

Mas, com essa posição, com esse decreto que foi acatado em parte pelo Supremo Tribunal Federal, o Governo Federal susta o pagamento dos velhinhos, dessa gente que trabalhou neste País por longos anos, que deu o seu suor e o seu sangue, e está esperando melhor remuneração.

Tenho orgulho de dizer que fui o primeiro Senador a apoiar o Presidente da República, pois acredito nas suas propostas, as quais, hoje, vemos ser realizadas depois de longos debates e da luta titânica que Sua Excelência tem tido, desde o primeiro dia do seu Governo.

A opinião pública mundial, a classe econômica e financeira do Planeta mostram o Brasil como uma segunda opção de investimento. Não se negará aos aposentados deste País as migalhas e tostões que esperam receber.

Não aceito, de maneira nenhuma, essa posição do Tribunal de Contas da União. Se isso aconteceu, queira Deus que tenha sido uma decisão apressada. Consta, na própria entrevista, que nada foi conclusivo. Mas uma reportagem dessa, quando toda a imprensa nacional comenta, de qualquer maneira, prejudica a credibilidade do Congresso, do Executivo e, talvez, a da Justiça.

Assim sendo, Sr. Presidente, torço para que em fevereiro, quando o Congresso se reunirá novamente, possa esclarecer e tornar transparentes os fatos, o que o povo brasileiro hoje exige. E o Tribunal de Contas da União terá a obrigação de dar essa satisfação ao povo brasileiro, porque todos — a essa altura dos acontecimentos — estamos perplexos com uma notícia dessa natureza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e está encerrada — virtualmente encerrada — a sessão extraordinária para a qual fomos convocados, em decorrência do encaminhamento pelo Executivo do Projeto de Lei nº 2.474/92, já devidamente rejeitado pela Câmara dos Deputados na tarde de hoje, portanto, o objeto da nossa convocação se extinguiu.

Muitas foram as reflexões aqui feitas. Desejo colocar dois dados à consideração, e também para registro, nesta oportunidade.

Primeiro, a Câmara dos Deputados, frustrada — como nós também como instituição nos sentimos — pelo fato de conhecer a crise da Previdência, saber da sua profundidade e ter a convicção de que a simples rejeição do projeto não completa o serviço que devemos ao País, a Câmara dos Deputados, repito, houve por bem criar, constituir uma Comissão, com prazo de 90 dias; ao que estou informado, integra-a um representante de cada um dos 17 Partidos, com assento naquela Casa, para estudar, ao longo desse prazo, a questão da Previdência, em caráter permanente, num esforço profundo, em conjunto com os órgãos do Governo Federal, com as entidades de classe, com a sociedade tanto quanto possível representada, pretendendo, desta forma, tornar patente e concreto o seu objetivo de prosseguir a missão que não pôde concluir. De sorte que a minha primeira colocação é no sentido convergente ao esforço da Câmara dos Deputados.

Entendo que, dentro do possível, talvez até à semelhança da Câmara, um representante de cada Partido ou seguindo a regra da proposição usual, prevista no Regimento, devemos também constituir uma comissão para acompanhar o esforço que, a sociedade sabe, é exigido para fazer face aos problemas não superados da Previdência Social.

A rejeição do Projeto nº 2.474 era devida. Ontem ainda, num aparte ao Senador Mário Covas, eu dizia: Se esse projeto vier à votação, a minha consciência impõe que eu vote contra. Mas isso não esgota o assunto.

Por isso, quero abordar rapidamente o seguinte tópico, qual seja, o referente à sociedade brasileira, e como iremos encontrá-la em fevereiro próximo.

O Decreto nº 430, do Presidente da República, que, repito, porque ontem disse isso, é iníquo e inoportuno. Iníquo porque surpreendeu nas filas, nas portas dos bancos, aposentados e pensionistas por esse Brasil afora, frustrando o seu intento de perceber a diferença dos 147% Iníquo e inoportuno; não me parece, porém, ilegal ou inconstitucional. E ele é socorrido, sim, pelo Decreto nº 24.963, de autoria do Governo do Estado de São Paulo, que tem absoluta semelhança jurídica, queiram ou não, com o decreto editado pelo Presidente Fernando Collor.

Não pretendo estabelecer semelhança política ou social, mas há semelhança jurídica. Não me parece possível derrubar este decreto. E ele vai postergar para o ano de 1993 a percepção de diferença de aposentadoria, de pensão.

Por isto, é muito provável que no 15 de fevereiro, quando aqui estivermos retornando, venhamos a nos defrontar com o problema no mesmo estágio em o encontramos hoje.

O que é uma informação inconclusa? É a inconclusa. É a do Tribunal de Contas da União. Um relatório preliminar que pode ser alterado na essência dos seus números, alterando, por conseguinte, o veio do nosso juízo e da nossa decisão. Estas duas advertências, a Constituição de uma Comissão para aprofundar a questão da Previdência, e o dilema que nós estamos enfrentando, e com o qual iremos nos deparar no dia 15 de fevereiro, são resumos das minhas ponderações, que eu julguei e julgo do meu dever, fazer presentes aos meus companheiros, aos meus pares, nos extertores desta sessão extraordinária que se encerra, eu repito, com um pano de fundo de frustração para todos nós. Porque deliberando pela negativa que era devida, sabemos que resta toda a tarefa por fazer, que é efetivamente lancetar o temor que encerra os inúmeros e antigos vícios da administração da Previdência no Brasil.

Era essas as colocações que gostaria de fazer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que, dentro de instantes, o Senador Mauro Benevides estará presente para encerramento da 30ª sessão extraordinária da 40ª Sessão Legislativa, e ainda se encontram inscritos os Senadores Francisco Rollemberg e Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: recebi do Governador do meu Estado um convite para participar, ontem, de uma reunião com os Srs. Prefeitos Municipais.

Não soube o Sr. Governador, naquele instante, explicitar, de uma maneira que pudesse clarear os motivos daquela reu-

nião, o que lá deveria ocorrer, haja vista que se tratava de um encontro no qual os Srs. Prefeitos Municipais deveriam levar-lhe um documento com algumas reivindicações.

Ora, estávamos todos aqui convocados para participar de uma decisão das mais importantes, ou seja, a aprovação ou não da proposta do Governo em não conceder os 147% aos aposentados.

Hoje pela manhã, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao abrir o *Correio Braziliense* defrontei-me com uma matéria com o seguinte título: "Prefeituras de Sergipe sob ameaça de falência".

Chegando ao Senado, de imediato, contatei com o Sr. Governador que me disse o que realmente havia ocorrido e se apressou em enviar-me recortes dos jornais do meu Estado que enfocavam a matéria da reunião de ontem.

Um deles, por exemplo, diz o seguinte: "Prefeitos decidem as reivindicações". E descreve o que desejam. Isso num cabeçalho inexpressivo.

"Prefeitos não querem pagar as dívidas da prefeitura". Eu diria que isso também não é bem assim. Os prefeitos querem pagar as dívidas das prefeituras, mas não têm como efetuar esse pagamento.

O Sr. Prefeito de "Aracaju diz: Aracaju poderá perder 500 milhões com ICMS". Outro jornal disse: "João recebe um pedido de ajuda dos Srs. Prefeitos". E por aí vão as notícias.

O que ocorre realmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que as prefeituras de todo o País estão ameaçadas de falência. A redução do Fundo de Participação dos Municípios em 44% leva ao desespero os governantes municipais de vez que esse Fundo tem sido a tábua de salvação para muitas das prefeituras de pequeno porte, notadamente as que se situam nos Estados do Norte e do Nordeste; a maioria, inclusive, vive, conforme editorial também do *Jornal da Cidade*, e de acordo com afirmação do Sr. Governador do meu Estado, "de pires na mão".

"Sr. Presidente, Srs. Senadores, dos 74 municípios de Sergipe, 52 compareceram ontem ao Palácio Olímpio Campos, para entregar ao Governador de Estado o memorial, onde além de expor os seus problemas, agravados com o novo salário mínimo, e suas reivindicações para superar a grave crise, os prefeitos fizeram ver que estados de emergência e de calamidade geraram o estado de falência."

E isso foi assunto de dois pronunciamentos nossos, nessa semana, quando procuramos analisar a situação da seca do Nordeste e o estado de calamidade e de miséria que atravessam aquela região e, por consequência, o meu Estado de Sergipe, incluído na Região do Polígono da Seca.

O ICMS sofre reduções, pela diminuição no poder de compra e de contratação de serviços. O Fundo de Participação dos Municípios, verba que vem do Governo Federal, produto do rateio de arrecadações da receita como o IPI, o IRRF, entre outros, também entra em declínio, em função da redução de produção; vale dizer que a arrecadação dos cofres federais cai. Ao contrário, sob a folha salarial a níveis insuportáveis, quer pelo acréscimo em si da ordem de quase 130%, quer pelos encargos sociais que recaem sobre os salários. E, ao seu lado, também seguem subindo as taxas de serviços públicos, como energia elétrica e água que as prefeituras também consomem.

Com a leitura desse editorial, eu sintetizaria tudo o que poderia dizer; usarei esse editorial como o núcleo, o cerne do pronunciamento que vou fazer e concluirei com as sugestões do Sr. Governador e que são minhas também; as propostas nele contidas são a meu ver uma espécie de tábua de salvação

para a economia dos pequenos municípios brasileiros. Diz o editorial:

"Os prefeitos querem que o Governador do Estado seja intermediário de reivindicações ao Governo Federal, como uma revisão do repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; renegociação das dívidas com a Previdência Social e Caixa Econômica Federal e liberação de recursos para os setores prioritários como saúde e educação. Do Governo do Estado, pleiteiam antecipação de recursos por conta das arrecadações futuras de ICMS, renegociação das dívidas com Energia, Telergipe e Deso, que são as entidades que fornecem energia, telefonia, água e esgoto e o reescalonamento dos débitos com IPES, o que por certo vai levar o Instituto de Previdência do Estado do Sergipe à falência, impossibilita-lo de atender não só na parte de assistência médica como na Previdência propriamente dita, haja vista que esse Instituto sobrevive com a contribuição de 10% dos funcionários públicos e com a contribuição de 14% do seu total do Governo do Estado que está impossibilitado de fazê-lo no momento.

O governador determinou a formação de uma comissão, que estudará as reivindicações.

De outro lado os prefeitos realçaram um dado que já fora destacado anteriormente por outras pessoas envolvidas no problema: o novo salário mínimo, de 96 mil cruzeiros, continua sendo pequeno para quem recebe, mas é grande, muito grande, para quem paga, nas circunstâncias especiais do Nordeste e, no contexto desta região, na falta de recursos dos municípios, que, inclusive, não têm como aumentar suas arrecadações, porque estão com suas receitas presas a processos que os prefeitos não controlam, como a arrecadação de ICMS, que só cresce se crescer o intercâmbio comercial, e o Fundo de Participação dos Municípios, que é um repasse do Governo Federal, proporcional ao tamanho de cada município. E dentro de uma realidade que é a arrecadação federal de recursos, que também têm como fatos geradores ações que têm parâmetros limitados, em um momento de crise e recessão. Em síntese, as prefeituras estão à beira de um processo de falência. Como não são balcão de negócios, onde possam ser promovidos liquidações, e feita uma caixa que permita socorrer as dificuldades, precisam se socorrer nos governos estaduais e federal."

Daí por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em conversa hoje com o Sr. Governador João Alves Filho, decidimos sugerir ao Governo Federal o seguinte:

1) Descontingenciar no Orçamento da União, parte referente aos Estados do Nordeste, enquanto durar o período de seca. Assim, a cada mês (inclusive janeiro) seriam descontingenciadas as verbas — na proporção de 1/12 por mês — previstas para o Estado de Sergipe, relativas a todos os Ministérios do Governo. Tal procedimento, evidentemente, seria seguido para aquelas verbas cujas liberações foram previstas para serem aplicadas diretamente pelos Estados e municípios, contidos no mesmo Orçamento, aprovado pelo Congresso.

O que solicito para Sergipe, evidentemente, faço-o para toda a região nordestina que se encontra na mesmíssima situação.

2) Promover a liberação imediata, e de uma só vez, dos recursos do PIN/Proterra correspondentes a 1991.

3) Promover a antecipação dos recursos correspondentes a aproximadamente 50% da verba do PIN/Proterra, referente ao exercício de 1992.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou sendo informado que em vários Estados da Federação já há um movimento dos Srs. Prefeitos municipais para, de uma certa forma, entregarem os municípios aos Srs. Governadores ou ao Executivo Central para que eles encontrem uma solução, porque já estão incapacitados de continuar a gerir seus destinos.

Ora, num momento como este, as propostas que faço, pela sua singeleza e pela sua praticidade, merecem ser ouvidas e analisadas pelo Governo para que possam, o quanto antes, ser atendidas, e os nossos municípios, alicerce, base e célula da nossa nacionalidade, possam existir e desenvolver-se para que o nosso País continue a crescer e a ser uma Nação forte, como todos desejamos, num futuro muito breve.

Eram essas as palavras, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que gostaria de trazer, nesta tarde, a este plenário, não como uma reivindicação de um nordestino, mas de um municipalista brasileiro que está preocupado com os nossos municípios como um todo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

SUGESTÕES DO GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO PARA A COMISSÃO DA SECA

Em 23-1-91, AJU(SE)

1 — Descontingenciar o Orçamento da União, parte referente aos Estados do Nordeste, enquanto durar o período de seca. Assim, a cada mês (inclusive janeiro) seriam descontingenciadas as verbas — na proporção de 1/12 por mês previstas para o Estado de Sergipe, relativas a todos os Ministérios do Governo. Tal procedimento, evidentemente, seria seguido para aquelas verbas cujas liberações foram previstas para serem aplicadas diretamente pelos Estados e Municípios, contidas no mesmo Orçamento, aprovado pelo Congresso.

2 — Promover a liberação imediata, e de uma só vez, dos recursos do PIN/Proterra correspondentes a 1991.

3 — Promover a antecipação dos recursos correspondentes a aproximadamente 50% da verba do PIN/Proterra, referente ao exercício de 1992.

GAZETA DE SERGIPE 23/01/1992

PÁGINA 03

Prefeitos não querem pagar as dívidas das prefeituras

Uma ajuda financeira imediata, do Governo do Estado às prefeituras, para os setores de saúde e educação dos municípios; renegociação das dívidas das prefeituras com a Energipe e Deso; intermediação do governador João Alves Filho junto ao INPS para uma renegociação da dívida das prefeituras com a Previdência Social; prorrogação do vencimento das dívidas das prefeituras junto a CEF; como não pagar o que devem ao Ipea ou renegociar a dívida, além da redistribuição das alíquotas do ICMS são algumas das reivindicações dos prefeitos sergipanos ao governador João Alves Filho, que prometeu estudá-las, através de um grupo de trabalho já

constituído e dá uma resposta, depois da conclusão dos estudos do grupo.

Todos os prefeitos foram unânimes em dizer que haverá dificuldades para o pagamento do novo salário mínimo de Cr\$ 96.037,33, sobretudo, com a queda do Fundo de Participação dos Municípios em 44%.

LOURIVAL

O senador Lourival Baptista disse aos prefeitos que está solidário com o movimento e como bem disse Wellington Paixão, prefeito de Aracaju, esse é um grito de angústia

dos administradores municipais de Sergipe.

Lourival Baptista disse que, sob o comando do governador João Alves Filho, baterá em todas as portas dos ministérios e se houver necessidade irá até o presidente da República, porque todos devem ter a certeza de que as lideranças políticas sergipanas não faltarão aos prefeitos, nessa hora de angústia.

O senador lembrou que de todos os cargos que já ocupou na vida pública, o que mais lhe comove e orgulha é justamente o de prefeito, por isso entender o sofrimento de quem tem a responsabilidade de administrar o município.

Prefeitos decidem as reivindicações

Em reunião realizada ontem, às 10 horas, no auditório do Senado, localizado na Avenida Desembargador Meyer, 42, os prefeitos dos municípios sargentos decidiram não entrar em greve contra a redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 42%, pelo Governo Federal. Participaram da reunião, que durou uma hora, 36 prefeitos dentre os quais os de Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Brejo Grande, Aquidauã, Cedro de São João, Camandó do São Francisco, Aracaju, Branca, Neópolis, Riachão do Dantas, Aracaju, Itabirama, Itabirama, Santo Amaro, Ribeirópolis, Muriboca, Pedra Branca

e União. Ao chegarem a conclusão de que a greve não seria a saída, os prefeitos discutiram soluções para impedir a inviabilização de administrar os municípios com a redução do FPM e o aumento da despesa, a exclusão de recursos do estado e o aumento em 120% das despesas sociais na mesma proporção, da energia elétrica e combustível.

Assim, decidiram que iriam solicitar ao governador João Alvim Filho que fosse o representante deles junto ao Governo Federal movendo que a situação das prefeituras é desesperadora e de necessidade de

não reduzir o Fundo de Participação dos Municípios em decorrência do erro. Estabeleceram também que reivindicariam a João Alvim recursos para pagar a folha de pagamento do funcionalismo e a manutenção das Prefeituras no que diz respeito a pagamentos inadimplidos com combustíveis, medicamentos, peças de veículos, materiais elétricos e coleta de lixo.

Caso o Governo Federal mantenha a redução do Fundo de Participação dos Municípios e o Governo Estadual não tenha condições de liberar recursos para os municípios os prefeitos en-

tenderam que a solução é pedir prazo para pagar, ao Estado, as dívidas contradas junto ao Dese, Energias e Ipes. "Mesmo assim vamos atrear o pagamento do funcionalismo público municipal, ficar em débito com alguns fornecedores e não ter dinheiro para realizar qualquer obra", afirmou o prefeito de Itabí e presidente da Associação dos Municípios do Bico São Francisco, Antônio Valdivino de Sá.

PAIXÃO: GINÁSTICA

O prefeito de Aracaju, Wellington Paizão, por exemplo, disse que fará uma "ginástica" para pagar um salário mínimo



Os prefeitos se reuniram e depois foram ao Palácio. Foto: Antônio Mendes

de Cr\$ 300,000 ao funcionalismo, ainda considerando um reajuste de 40% conforme acordo feito com o sindicato da categoria e realizar obras. Disse que pagará o piso nacional de salário é um dever de todo empregador e que, portanto, com muito sacrifício irá pagá-lo. Já o prefeito de São Cristóvão, Laura Rocha, declarou que em uma comissão estudando, o assunto do mínimo, para saber se será condições de pagá-lo, tendo em vista que a folha subiu para 140 milhões de cruzeiros. "Se for inviável o pagamento do Cr\$ 96.000,00 pagarei com atraso de até três meses ao servidor", afirmou.

Após a reunião, que terminou às 11 horas, os 36 prefeitos se dirigiram ao Palácio do Governo e firm de entregar ao governador João Alvim um documento contendo o que ficou acordado e assinado pelos prefeitos, para ser o intermediador entre eles e o Governo Federal e ajudá-los com a liberação de recursos para os municípios.

GRANDE DA MANHÃ 23/01/1992

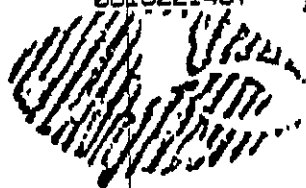
0613221407

BIRO DE COMUNICAÇÃO

598 P01

JAN 23 '92 08:57

Pag: 1



biro
de comunicação

CORREIO BRAZILIENSE

Prefeituras de Sergipe sob ameaça de falência

Aracaju (Do correspondente) — Prefeitos de 52 dos 74 municípios do Estado de Sergipe reuniram-se ontem pela manhã com o governador do estado, João Alves Filho, para debater a grave situação das cidades, com a queda nas arrecadações e aumento nas despesas. Os prefeitos garantem que estão em situação falimentar, se não obtiverem ajuda do governo do estado e, por intermédio deste, do Governo Federal.

Com as arrecadações de ICMS caindo, em função da queda do poder de compra, e com o repasse do FPM — Fundo de Participação dos Municípios — sofrendo declínio real de 65 por cento, este mês, os prefeitos sergipanos asseguraram que não têm como arcar com o ônus do novo salário mínimo, majorado cerca de 130 por cento. Até o prefeito da capital sergipana, Wellington Paixão, admitiu, pela primeira vez, que Aracaju não terá como honrar a folha de pessoal. Paixão classificou o encontro, assistido pelo senador Lourival Baptista, por deputados federais e

Os prefeitos querem, do governo do estado, recursos imediatos para bancar despesas nas áreas de Educação, e antecipação de receitas do ICMS. Além disso, esperam lidar com as concessionárias dos públicos — energia elétrica, água e esgoto — e com o IPES — Instituto de Previdência do Estado de Sergipe. Com o Governo Federal, querem condições de renegociar as dívidas com o INSS e com a Caixa Econômica Federal, bem como uma revisão urgente dos critérios de repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Tudo para evitar que, com os novos salários mínimos, sejam obrigados a admitir a falência da prefeitura.

O governador João Alves determinou a formação de uma comissão, composta por secretários de Estado, deputados estaduais e prefeitos, para analisar os pleitos e estudar possíveis saídas para a grave crise das prefeituras sergipanas. A comissão,

estaduais, e por lideranças políticas e comunitárias de todas as regiões do estado, como "o grito de angústia dos prefeitos sergipanos".

são, presidida pelo secretário-geral de Governo, José Alves do Nascimento, começou ontem mesmo seu trabalho.

GAZETA DE SERGIPE 23/01/1992

PÁGINA 03

Aracaju poderá perder 500 milhões com ICMS

Reunidos ontem pela manhã no auditório do Banese, os prefeitos sergipanos, entre eles Wellington Paixão, decidiram pedir o ar do Governo do Estado e dos deputados federais e senadores para solucionar a crise, que está impedindo até pagamento dos salários dos servidores com o novo mínimo.

Os prefeitos estiveram com o governador João Alves Filho que, após ouvir as reivindicações contidas num documento lido por Valdir Sê, Itabi, determinou a formação de uma comissão presidida pelo secretário geral de Governo, José Alves do Nascimento, e composta pelo secretário de Planejamento, Antônio Carlos Borges Freire, e de Admi-

nistração, Antônio Esmeraldo Neto, e mais dois prefeitos e um deputado estadual.

Entre algumas reivindicações, os prefeitos querem a redistribuição do ICMS, para que os municípios mais pobres possam ter mais recursos, compensando a queda no FPM, que este mês foi de 44%. Esta reivindicação não é aceita por Wellington Paixão (Aracaju), pois representa, de imediato, uma perda de Cr\$ 500 milhões para Aracaju.

Paixão disse que em 81 perdeu 50% do FPM e já começou o ano de 82 com uma redução de 44%. O prefeito de Aracaju disse que a angústia é muito grande e a

reunião foi o grito de desespero, objetivando uma solução para a crise, que se agravou com a inflação, diminuição dos recursos, aumento dos salários e das obrigações sociais, pagamentos das dívidas junto ao Governo Federal, que diminui os recursos, mas não deixa de cobrar dos débitos com juros e correção. Ele defendeu também a renegociação das dívidas para com o Estado nos casos de Energia e Dase.

Paixão lembrou também que os prefeitos não são responsáveis pela inflação, que é uma consequência da política econômica do Governo, entretanto, têm que pagar por essas coisas.

JORNAL DA MANHÃ 23/01/1992

1ª PÁGINA

João recebe um pedido de ajuda dos prefeitos

Um documento reivindicatório subscrito por 52 prefeitos municipais, inclusive o de Aracaju, foi entregue ontem ao governador João Alves Filho, no Palácio Olímpio Campos, como forma de amenizar a crise financeira por que passam as prefeituras, principalmente depois da queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No documento, os prefeitos pedem ao governador João Alves Filho para que seja o porta-voz de suas reivindicações junto ao governo federal, bem como a sua intermediação junto ao INSS na renegociação da dívida das prefeituras com a Previdência Social, além de intermediar a prorrogação do vencimento da dívida dos municípios jun-

to à CEF. Após receber o documento, o governador disse que também já foi prefeito e sabe da angústia e do sofrimento que os prefeitos estão passando, e que tudo fará para amenizar a grave situação das prefeituras municipais, enfatizando: "todos nós vamos juntar forças para que possamos vencer esta batalha". (Página 3).

GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria Especial de Comunicação Social

De: Heitor Augusto/Secom-Sergipe
FAX: 079.2242563
Para: Senador Francisco Rollemberg
FAX: 061.2258515
Em: 23-1-92

Segue material solicitado: recortes das principais informações dos jornais de hoje sobre encontro de prefeitos com o Governador do Estado e sugestões do Governador João Alves para a Comissão da Seca.

Agradecendo a atenção. — Heitor Augusto de L. Guimarães, Assistente.

JORNAL DA CIDADE 23/01/1992
PÁGINA 02

Municípios em falência

As prefeituras de todo o país estão ameaçadas de falência. A redução do Fundo de Participação dos Municípios em 44% para este mês leva ao desespero os governantes municipais. O FPM tem sido a tábua de salvação para muitas prefeituras de pequeno porte, notadamente as que se situam nos Estados do Norte e Nordeste do Brasil. A grande maioria, inclusive, vive praticamente de 'pires na mão', como bem afirma o governador João Alves Filho, recebendo as pequenas fatias do Fundo de Participação para atender, até mesmo, a folha de pagamento do funcionalismo municipal.

Em Sergipe, os prefeitos dos pequenos municípios, a exemplo de Telha, Nossa Senhora Aparecida, Monte Alegre, Poço Redondo, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Itabi, Santa Luzia do Itanhy, Barra dos Coqueiros, Marum, Areia Branca, Neópolis, Canhoba, Propriá, São Francisco, Cedro de São João, Pacatuba, Arauá, Brejo Grande, Ilha das Flores, Pirambu, Riachuelo, Santa Rosa de Lima, Cristinápolis, Muribeca, Frei Paulo, Macambira, Ribéirópolis, Divina Pastora, Malhador, Carira, entre outras, poderão decretar a própria falência, se confirmada a redução dos 44 por cento.

O governador João Alves Filho tem sido o mediador político-administrativo do impasse sur-

tido, desde a semana passada, entre os chefes de executivos municipais e os gestores do Fundo de Participação dos Municípios. Os prefeitos ameaçam, na semana passada, a desagração de uma guerra fria, objetivando o recuo do governo federal, na sua decisão penalizadora aos municípios brasileiros. E Sergipe encabeçaria o movimento. A intermediação do governador João Alves Filho foi decisiva para acalmar os ânimos. Ontem, os prefeitos se reuniram com o governador de Sergipe, a quem entregaram documento, relatando o estado de penúria que se encontram os municípios sergipanos.

Os prefeitos de Sergipe não descartaram, ainda, a mobilização, a nível nacional, para uma passeata, em Brasília, visando sensibilizar o presidente da república, que já governou Alagoas e bem sabe o grau de dificuldade financeira pelo qual passa uma prefeitura no Nordeste. Essa pretensão tem sido cobetida pelo governador, que espera poder solucionar o impasse, através dos canais diplomáticos, junto ao governo federal. 'Se o trabalho do governador João Alves Filho não surtir efeito, todas as prefeituras de Sergipe serão forçadas a uma paralisação total, na sua administração', foi o que afirmou o prefeito de Neópolis, José Teixeira Alves Filho.

JORNAL DA MANHÃ 23/01/1992 PÁGINA 02

Prefeituras em crise

Dos 74 municípios sergipanos, 52 compareceram ontem ao Palácio Olímpio Campos, para entregar ao governador do Estado um memorial, onde expõem seus problemas, agravados com o novo salário-mínimo, e suas reivindicações para superar a grave crise. Os prefeitos fizeram ver que, passando pelos estados de emergência e de calamidade, beiram o estado de falência. Não têm como conciliar receitas - decrescentes - com despesas - crescentes. O ICMS sofre reduções, pela redução no poder de compra ou de contratação de serviços. O FPM - Fundo de Participação dos Municípios -, verba que vem do Governo Federal, produto do rateio de arrecadações como IPI e IRRF, entre outros, também entra em declínio, em função da redução na produção, vale dizer na arrecadação aos cofres federais. Ao contrário, sobe a folha salarial, a níveis insuportáveis, quer pelo acréscimo em si, da ordem de quase 130 por cento, quer pelos encargos sociais que recaem sobre os salários. E, a seu lado, também seguem subindo os serviços públicos, como energia elétrica e água. Que as Prefeituras também consomem.

Os prefeitos querem que o governador do Estado seja intermediário de reivindicações ao Governo Federal, como uma revisão no repasse dos recursos do FPM, renegociação das dívidas com Previdência Social e Caixa Econômica Federal, e liberação de recursos para setores prioritários, como Educação e Saúde. Do Governo do Estado, pleiteiam antecipação de recursos por conta das arrecadações futuras de ICMS, renegociação das dívidas com Energipe, Telergipe e Daso, e reescalonamento dos débitos com o IPES. O governador determinou a formação de uma comissão, que estudará as reivindicações e apresentará soluções para os pedidos. A comissão é formada por secretários de Estado, deputados estaduais e prefeitos. Seu primeiro trabalho é definir urgentemente saídas

para a crise dos municípios. Que demonstram claramente que não têm como pagar o novo salário-mínimo, mesmo que cortem todas as despesas de custeio e investimento, não fazendo uma obra que seja.

Os prefeitos realçaram um dado que já fora destacado anteriormente por outras pessoas envolvidas no problema: o novo salário-mínimo, de 96 mil cruzeiros, continua sendo pequeno para quem recebe, mas é grande, muito grande, para quem paga, nas circunstâncias especiais do Nordeste e, no contexto desta região, na falta de recursos dos municípios. Que, inclusive, não têm como aumentar suas arrecadações, porque estão com suas receitas presas a processos que os prefeitos não controlam, como a arrecadação de ICMS, que só cresce se crescer o intercâmbio comercial, e o Fundo de Participação dos Municípios, que é um repasse do Governo Federal, proporcional ao tamanho de cada município. E dentro de uma realidade que é a arrecadação federal de recursos, que também têm como fatos geradores ações que têm parâmetros limitados, em um momento de crise e recessão. Em síntese, as prefeituras estão à beira de um processo de falência. Como não são balcão de negócios, onde possam ser promovidas liquidações, e feita uma caixa que permita socorrer as dificuldades, precisam se socorrer nos governos estadual e federal.

O problema, porém, é que o Governo do Estado também está em péssima situação, enfrentando também uma crise nacional e estadual, e sem ter conseguido até hoje passar por cima da situação em que recebeu os cofres públicos. Difícil, muito difícil, saber qual será a saída. Mesmo confiando na capacidade de trabalho, na disposição de luta e na criatividade dos administradores sergipanos. Porque esta é a verdade: as prefeituras estão em processo falimentar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero registrar algo de importância histórica, que vai ocorrer por ocasião da Comemoração dos 438 anos da cidade de São Paulo, originada da fundação da Vila de São Paulo de Piratininga, que surgiu no planalto da região Sudeste do Brasil, em 25 de janeiro de 1554.

Ao comemorar, no próximo sábado, o aniversário de São Paulo, a Prefeita Luiza Erundina de Sousa, por sugestão do Aché Ilê Obá vai inaugurar o “Acervo da Memória do Viver Afro-brasileiro”, que vai falar do passado e do presente, colocando, em especial, os aspectos positivos do negro na sociedade brasileira e sua contribuição na construção da riqueza deste País, trabalhando em posições de destaque, e, em especial, com a finalidade de mostrar que os negros são seres humanos e como, ao lado de todas as agruras por que passaram na História, há, em especial, o lado da felicidade e do trabalho.

Passo a ler o texto do Seminário de candomblé do Brasil:

“Há exatos 438 anos, nascia no planalto da região sudeste do Brasil, a Vila de São Paulo de Piratininga. Aquela época sua população se constituía de muitos índios da nação Tupi-Guarany, alguns europeus divididos entre religiosos e “militares”, e uma pequena multidão de escravos negros.

Daí para diante, índios foram catequizados, negros batizados numa conversão ao Catolicismo Cristão, e os domínios do colonizador começaram a ganhar outras fronteiras que não aquelas circundantes às suas fortificações.

Iniciaram-se algumas tímidas culturas agrícolas onde a mão escrava era a índia e a negra; a especulação por terras mais ricas levou às Entradas e Bandeiras onde o escravo garimpava ou pedras preciosas; multiplicação, aí, já das lavouras de cana-de-açúcar e café; aos Quilombos pelo recrudescimento do “tratamento” dispensado; ao temido “herói” Domingos Jorge Velho.

Depois vieram os Barões do Café e a Avenida Paulista, saída daquelas plantações. Finalmente, veio a “emancipação”, a última das Américas. Aos “Emancipados” realmente nada foi concedido. Passou-se mais de um século e, o sonho da democracia plena também aqui aportou, atrasado — como a maioria das coisas que aqui vêm.

Os “emancipados” nunca haviam deixado de ter esses sonhos, pois, afinal, nas sociedades de origem de seus ancestrais, sempre houve um sistema organizacional de orientação democrática.

Por tudo isto, na comemoração deste 438º aniversário da cidade, dentre alguns sinais de democratização que se fazem notar, um é digno de nota, principalmente para os descendentes daqueles africanos. É que se está inaugurando o Acervo da Memória e do viver Afro-brasileiro que, a partir de uma proposta do Aché Ilê Obá e da Prefeitura de São Paulo, está sendo instalado no antigo Centro Cultural Jabaquara e Casa do Sítio da Ressaca.

A Srª Prefeita Luiza Erundina estará lançando a pedra fundamental do monumento de 6 metros ao Orixá da Justiça, Xango, às 15 horas, na presença de autoridades, religiosos e diplomatas africanos.

Para o entretenimento dos presentes contaremos com segmentos da música, teatro, dança, capoeira etc.”

Sr. Presidente, gostaria também de registrar cópia do ofício que estou enviando ao Sr. Ministro Jarbas Passarinho, já encaminhado ao governador, nos seguintes termos:

“Senhor Governador,

Conforme relato do Deputado Federal Lourival Freitas, foram sequestrados e sofreram atentado à bala na noite de ontem, 22-1-92, os vereadores da cidade de Macapá, Pery Arquilau e Luiz Banha, encontrando-se o primeiro em perigo de vida. A polícia acionada imediatamente conseguiu prender os três suspeitos do crime, que confessaram estar sob as ordens do Senhor Sérgio Barcelos, Deputado Federal. Dois dos presos trabalham como seguranças da presidenta da Câmara Municipal, Vereadora Helena Guerra. Fato grave é que quando ocorreu a detenção os mesmos dirigiam um carro pertencente à Fundação São Francisco de Assis, cujo dono é o Deputado Federal Sérgio Barcelos. Desejo externar repúdio ante tal violência, solicitando o maior empenho possível de Vossa Excelência com vistas a total elucidação do caso e garantia de que tais fatos serão rigorosamente coibidos.

Respeitosamente, — Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.”

Informou-me o ex-Presidente, Senador José Sarney, que também solicitou ao Ministro Jarbas Passarinho as devidas providências no sentido da apuração total desses fatos.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, gostaria de externar a minha preocupação com o encerramento desta sessão legislativa extraordinária. Fomos convocados para examinar o Projeto de Lei para resolver o problema da Previdência Social, que foi rejeitado há pouco com a presença de mais de 430 Srs. Deputados Federais. Essa rejeição ocorreu, praticamente, de forma unânime, diante do fato de o Tribunal de Contas da União ter mostrado que, na verdade, não havia o déficit propalado pelo Governo.

Ora, esse procedimento acabou saindo muito caro para todos nós. Portanto, sinto, como os demais Srs. Senadores, e particularmente o Senador Esperidião Amin, a responsabilidade de o Congresso Nacional voltar-se para o estudo responsável desta matéria a fim de darmos nossa contribuição.

Gostaria de ressaltar a posição do Partido dos Trabalhadores no sentido de procurar chegar a uma solução de maior equidade, em termos de cidadania, para todos os brasileiros. Talvez uma decisão corajosa seria, para compatibilizar recursos e despesas, atentarmos para a maior igualdade do direito à aposentadoria entre todos os brasileiros, não importa se magistrados, parlamentares, pessoas que ocupam os mais altos cargos, servidores civis ou trabalhadores de qualquer setor da economia.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, faleceu, há poucos dias, no Rio de Janeiro, aos 83 anos de idade, Alfredo do Nascimento, o popular Zé do Norte, grande astro da música popular brasileira, como compositor e cantor dos mais talentosos e atuantes.

Zé do Norte foi sepultado no Cemitério da Saudade, no Rio, na presença de inúmeros amigos e fãs, entre os quais o também cajazeirense e paraibano, Nestor Rolim Lacerda, acompanhado da atriz Vanja Orico que participou do filme “O Cangaceiro”, um dos maiores sucessos do cinema nacional.

Como compositor, o inesquecível Zé do Norte foi extraordinário, sobretudo no que tange à música regional do Nor-

deste. O seu amor telúrico foi a grande fonte de inspiração de suas letras e melodias, entre as quais quero salientar "Mulher Rendeira", "Sodade de Meu Bem, Sodade", "Lua Bonita", e "Retirantes", todas integrantes do seu melhor LP, intitulado "Mulher Rendeira".

Zé do Norte, na sua autenticidade, costumava dizer ter-se "criado de fazenda em fazenda, de casa em casa, como Deus criou batata, sem pai e sem mãe".

Ele trabalhou na "Rádio Clube do Brasil, na Rádio Guanabara", na "Rádio Tupi" e na "Rádio Tamoyo", como diretor de programa, animador, ator e declamante. Foi de sua lavra o livre "Brasil Sertanejo", cuja publicação o aproximou do cineasta Lima Barreto, que lhe abriu o caminho para integrar o elenco do filme "O Cangaceiro", por recomendação do escritor paraibano Simeão Leal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com estas palavras, ao registrar nos Anais do Senado, o desaparecimento de Zé do Norte, desejo transmitir o meu sentimento de profundo pesar a sua família e a todos aqueles que fazem a música popular brasileira e, bem assim, deixar consignada a nossa sincera homenagem à memória de um dos melhores e mais inspirados compositores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a escola, como instituição educativa, exerce uma função extraordinariamente importante e transcendental na história das civilizações, no desenvolvimento dos povos, na formação das gerações e no preparo dos jovens para o trabalho, para a convivência social e para o exercício da cidadania, o que contribui, fundamentalmente para o engrandecimento do seu próprio país.

Em todos os tempos, em todo o mundo, e especificamente aqui no Brasil, nos diversos estados, várias instituições escolares têm deixado seu nome gravado na história educacional brasileira e na gratidão das comunidades a que serviram como um templo do saber dedicado à formação dos jovens e ao processo de promoção social e aperfeiçoamento da própria sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, um célebre pensador e estadista, do qual não me recordo o nome, afirmou certa ocasião de que "a humanidade caminha pelos pés das crianças e dos jovens", e é justamente a escola que tanto pode direcionar esta caminhada quanto iluminar melhor estes caminhos.

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que isto é verdade.

Li com imensa saudade e alegria a notícia de que o Governo do Estado da Bahia já iniciou a recuperação do histórico prédio, construído no século XVIII, localizado na Rua do Sodré 43, na Capital do Estado, onde funcionou ininterruptamente, por 70 anos, até 1984, o tradicional Colégio Ypiranga, fundado em 1904, pelo insigne professor Alexandre Porphirio de Almeida Sampaio, e posteriormente adquirido pelo educador Isaias Alves de Almeida, que o transferiu para esse prédio denominado, na ocasião, "Solar do Sodré".

Em artigo publicado em *A Tarde*, edição de 29 de dezembro último, comentam-se as dificuldades que vinham ocorrendo para a preservação desse patrimônio da história da Bahia, sujeito à corrosão do tempo e à ação de vândalos que aos poucos iam deteriorando o referido casario, palco de dias gloriosos e cenas marcantes de várias gerações.

Neste prédio, onde funcionaram, ao longo de sua existência, várias entidades, também educacionais, morreu, como sabemos ainda muito jovem, o genial poeta Castro Alves.

Já está previsto, que em 1992, neste ano letivo, o antigo prédio do Colégio Ypiranga abrigará 2.600 estudantes da rede pública do Estado, que voltará a dar vida e brilho ao recinto, outra tão pujante.

Também, com satisfação, neste artigo a que me refiro, vi meu nome relacionado, por atenciosa lembrança do seu autor, entre os nomes ilustres que lá estudaram, como os governadores Landulfo Alves, Bahia; José Varela, Rio Grande do Norte; o economista Rômulo de Almeida; os Deputados Rafael Cincurá; Nestor Duarte e Clemente Mariani, além do ilustre empresário Norberto Odebrecht, e mais recentemente, famosos artistas como a cantora Simone, o ator Antonio Pitanga e Maria Creusa.

E pelos corredores de secular casario, também circularam pessoas como Jorge Amado, Adonias Filho e Carlos Eduardo Novais.

Iniciei meu curso ginásial em Salvador, no Colégio Antônio Vieira, no Portão da Piedade, onde cursei do 1º ao 4º ano, depois transfiri-me para o Ginásio Ypiranga, onde fiz o 5º e o 6º ano ginásial; de lá, após o preparatório, ingressei no Bacharelato de Ciências e Letras da Faculdade de Direito da Bahia.

Grande foi a contribuição dessa antiga e tradicional escola para a minha formação acadêmica, moral e espiritual. Lá fiz grandes amizades com colegas e professores, amizades sinceras para a vida inteira. Entre os mestres destaco os Professores Manoel Peixoto, Nogueira Passos, Sabino Fiúza, Antônio Dias e Pedro Tenório de Albuquerque; e entre eles atuava o emérito Fiscal Federal, do Ministério da Educação, o saudoso Deputado Manoel Novaes.

Ao refletir sobre os benefícios extraordinários que as escolas, como o Ginásio Ypiranga, trazem aos jovens, abrindo-lhes e iluminando-lhes os caminhos do futuro, fico profundamente consternado quando leio na imprensa que, apesar do imenso esforço dos governos, federal, estadual e municipal, milhões de crianças, a cada ano, no Brasil, ainda ficam fora das escolas, aprofundando ainda mais a crise social com que temos lutado, para conter.

Congratulo-me com o Governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, pela iniciativa meritória, que veio ao encontro de reiteradas esperanças de setores expressivos da sociedade baiana, de reabrir os generosos portões do inesquecível "Solar do Sodré", para receber na rede estadual de ensino mais 2.600 jovens que precisam estudar para progredir e ajudar na construção do futuro da Bahia e do País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando vejo em Sergipe ou na Bahia, por onde passo frequentemente, ou pelas ruas de Brasília, ou de outras Capitais do País, a face sofrida e já marcada pelo desamparo dessa nossa infância abandonada, fenômeno que tem crescido além do esforço do governo para contê-lo, lembro-me de ter lido uma afirmação de que é melhor erguer hoje escolas para os meninos do que patíbulos amanhã para os homens; assim evitaremos, em nossas fronteiras, que a humanidade que deveria ter milênios de experiência em maturidade civilizada, retorne, pouco a pouco, à infância a cada geração.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, qualquer esforço do Governo para colocar os jovens nas escolas deve ter o nosso merecido aplauso.

Desta forma, Sr. Presidente, parablenzo o Governador Antonio Carlos Magalhães e, finalizando, solicito a transcrição do artigo a que me referi, publicado em *A Tarde*, edição de 29 de dezembro de 1991, intitulado "Ypiranga vai ser recuperado e abrigará 2.600 estudantes".

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A TARDE • Domingo • 29/12/1991

Ypiranga vai ser recuperado e abrigará 2.600 estudantes

O prédio do tradicional e histórico Colégio Ypiranga, localizado na Rua do Sodré, 43, Centro, finalmente começa a ser recuperado e, já no próximo ano letivo, vai oferecer 2.600 novas vagas para alunos de 1ª e 2ª graus. As verbas, para a Secretaria da Educação e Cultura tocar a obra, foram conseguidas graças a um convênio firmado entre o governo do estado e o Ministério da Educação, num valor global de Cr\$400 milhões. Desativado em 1984, por atravessar uma séria crise financeira, o Ypiranga é, hoje, o retrato do que ocorreu com o ensino público, na Bahia, nos últimos anos.

Nestes sete anos, a ação do tempo e as investidas de vândalos concorreram para destruir, praticamente, as dependências do velho casarão, construído no século XVIII. O imóvel, que faz parte da história da Bahia, não só por ter abrigado um dos mais importantes estabelecimentos de ensino do estado, está em ruínas. Durante a reforma, conforme estudos técnicos feitos por engenheiros, apenas os pilares de concreto e algumas paredes serão aproveitados. A depredação alcançou níveis alarmantes, e comprometeu seriamente as instalações do secular casarão.

Para o colégio voltar a funcionar, o prédio será praticamente reconstruído, conforme declarou o engenheiro Antônio Fernando Andrade Lima, diretor do Serviço de Construções Escolares (Conesc), da SEC. Os serviços deverão ser concluídos no menor espaço de tempo, cumprindo, à risca, o cronograma estabelecido. "No máximo a obra levará cinco meses", garantiu o diretor, ressaltando que todo o trabalho será acompanhado por técnicos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC).

Este acompanhamento se faz necessário, por ser o casarão tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através de decreto do então presidente Costa e Silva, assinado no ano de 1968. Será feito um criterioso registro fotográfico de todas as dependências do imóvel, especialmente, da fachada, de forma a garantir a manutenção das características originais da construção.

DESAPROPRIAÇÃO

Fundado em 4 de fevereiro de 1904, pelo professor Alexandre Porfírio de Almeida Sampaio, funcionando então no Corredor da Vitória, o Colégio Ypiranga foi comprado, em junho de 1911, pelo educador Isaías Alves de Almeida, que três anos depois o transferiu para o antigo "Solar do Sodré", adquirido na época por 30 contos de réis. Lá funcionou, ininterruptamente, durante 70 anos, quando em 1984 tiveram início as discussões em

torno da desapropriação, por parte do governo do estado.

Em 3 de abril de 1988, a 8ª Vara da Fazenda Pública expediu a emissão provisória de posse em favor do Estado. A ação suscitou polêmicas, especialmente por causa do valor da desapropriação, considerado, até hoje, irrisório pelos expropriados. "Em abril de 1989 fomos informados que o governo pagou Cr\$110 mil. Atualmente, este valor beira a casa dos Cr\$40 milhões, o que julgamos muito pouco. Isto porque o imóvel está avaliado em cerca de Cr\$200 milhões", afirma o professor Ângelo Lyrio de Almeida, ex-diretor do Ypiranga, e integrante da família expropriada.

Segundo ele, a família não aceitou o valor pago pela desapropriação e recorreu junto à Justiça. "Hoje, o processo se encontra no Tribunal de Justiça, em grau de apelação". Mesmo estando numa "batalha judicial" com o Estado, Ângelo Lyrio se mostrou contente com o início das obras de recuperação do Colégio Ypiranga. "Estão resgatando a história da educação na Bahia. Sem falar no valor arquitetônico do casarão, que é testemunho de uma época", lembra, saudoso.

ALUNOS ILUSTRES

Enquanto o velho sobrado era carcomido pelo tempo e ação de vândalos, surgiram promessas de total recuperação. Que não chegaram a sair do papel. Em 18 de maio de 1988, a então secretária da Educação, Maria Augusta Rocha, visitou o imóvel e prometeu mover esforços para que as obras fossem iniciadas,

o que não aconteceu. Um ano e dois meses depois da visita de Maria Augusta Rocha, foi a vez do, também secretário, Joir Brasileiro, discutir, no local, prometendo reformar o casarão, onde, em 6 de junho de 1871, morreu o poeta Castro Alves.

Em seus 80 anos de funcionamento (10 anos no antigo endereço), o Colégio Ypiranga conseguiu reunir uma invejável lista de ex-alunos famosos. Estudantes que alcançaram o "podium" do sucesso profissional, até mesmo fora do Brasil, revelando a qualidade do ensino do colégio. Pelos corredores do secular casarão (onde também funcionaram os colégios Sebrão, Alemão, Florêncio e Antônio Vieira) circularam pessoas como os escritores Jorge Amado, Carlos Eduardo Novaes e Adonias Filho.

Também foram alunos do Ypiranga a internacionalmente conhecida Simone Bittencourt de Oliveira (a cantora Simone), o ator Antônio Pitanga, e a também cantora Maria Creusa. Os governadores Landulpho Alves (Bahia), Lourival Baptista (Sergipe) e José Varela (Rio Grande do Norte). Figuram ainda na lista dos alunos ilustres, o economista Rômulo Almeida e os deputados Rafael Cincurá, Nestor Duarte e Clemente Mariani, além do empresário Norberto Odebrecht.

O Colégio Ypiranga, segundo informações de Ângelo Lyrio, alcançou destaque na educação baiana graças ao espírito arrojado e pioneiro do seu pai, o educador Isaías Alves. "O Ypiranga sempre inovou, para melhor, no campo pedagógico. O resultado foi o melhor possível", fez questão de lembrar.

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista, o Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Meira Filho, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista o Sr. Meira Filho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

SGMP/P nº 170/92

Excelentíssimo Senhor

Senador Mauro Benevides

M.D. Presidente do Senado Federal

Nesta

Brasília, 23 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para comunicar que, em sessão plenária de hoje, a Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei nº 2.474, de 1992, que “dispõe sobre fontes de custeio para a Previdência Social e dá outras providências”.

Sendo esse projeto o único item constante da convocação extraordinária do Congresso Nacional, promovida pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 11/92, declarei encerrados, na mesma sessão, por esgotamento da pauta, os trabalhos da Câmara dos Deputados, na presente sessão legislativa extraordinária.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Senadores, a Presidência, antes de reportar-se ao expediente lido pelo Sr. Primeiro Secretário, Senador Meira Filho, deseja consultar a Casa se concordaria com o ato da Presidência, constituindo uma Comissão de Srs. Senadores para que, no prazo de 45 dias, a exemplo do que fez a Câmara dos Deputados, estudasse aprofundadamente o problema da Previdência Social brasileira e oferecesse após esse prazo uma solução para que o próprio Congresso brasileiro não ficasse à margem de uma questão que interessa tão de perto a milhões de brasileiros.

Se houver, realmente, anuência explícita do Plenário — o que recolhemos pela manifestação de assentimento, assim, tão clara —, a Presidência anunciaria a composição dessa Comissão, que teria onze membros e funcionaria no prazo de 45 dias para elaborar um documento conclusivo sobre essa importante matéria.

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra não apenas para louvar a iniciativa de V. Ex^a, que vem ao encontro de uma proposição que modestamente apresentei há poucos minutos, mas também para obter o seguinte esclarecimento: pelo que estou informado, na Câmara foi constituída uma Comissão — e foi a razão da minha manifestação há poucos minutos — com um Representante de cada Partido,

ou seja, não seguindo a regra regimental tradicional, da proporcionalidade, e com prazo de três meses — foi a informação que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Mas o Senado, como V. Ex^a sabe, às vezes funciona mais rapidamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — V. Ex^a, na extrama-unção desta sessão legislativa está devastador.

Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Então, seriam 45 dias. Tanto poderíamos manter o número exato de Lideranças como — e habitualmente o fazemos — designar onze representantes, o que seria apenas um a mais do que o número de Partidos, que a Mesa se proporia a indicar, obviamente para que esse trabalho se fizesse com a celeridade possível e, ao final dos 45 dias, tivéssemos aqui um trabalho bem elaborado por essa Comissão a ser agora constituída com o assentimento do Plenário.

Srs. Senadores, tendo em vista a comunicação do Sr. Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, que agora foi lida pelo Sr. Primeiro Secretário, Senador Meira Filho, encontra-se praticamente esgotada a pauta exclusiva de convocação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República.

Não tendo a matéria sido acolhida pela Câmara dos Deputados, obviamente dispensa-se o Senado da sua apreciação.

Em razão disso, cabe-me neste instante ressaltar a assiduidade dos Srs. Senadores aos trabalhos desta Casa. Durante todos os dias realizamos sessões com pronunciamentos oportunos, como sempre brilhantes, dos Srs. Senadores, fazendo com que o Senado trouxesse à discussão temas relacionados com a vida política, econômica e social do País.

Apenas cabe-me, ao lado deste agradecimento a todos os Srs. Senadores e funcionários da Casa, que foram realmente extremamente dedicados nas suas tarefas funcionais, anunciar neste instante que encerra-se a convocação extraordinária do Congresso Nacional, o que deveria ocorrer apenas, nos termos do ato convocatório, no dia 31 de janeiro. Como inexistiu a razão que determinou a convocação, que foi a apreciação do projeto dispondo sobre fontes e custeio para a Previdência, a Presidência, neste instante, declara encerrados os trabalhos desta convocação extraordinária do Congresso Nacional. Comunica, também, que a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que durante o recesso tem a incumbência constitucional das atribuições expressadas pela Resolução nº 3, de 1990-CN, continuará a reunir-se como já foi decidido, todas as quartas-feiras.

Na próxima quarta-feira, portanto, dia 29, às 11h30min, teremos reunião da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Declaro encerrada a sessão e, com ela, a Convocação Extraordinária do Congresso Nacional.

(Levanta-se a sessão às 18h9min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. NABOR JÚNIOR NA SESSÃO DE 21-1-92 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o jornal *Correio Braziliense*, na edição de hoje, publica matéria da maior gravidade para o prestígio do Congresso Nacional, sujei-

tando-o à ameaça de novo e danoso conflito com a opinião pública brasileira e pondo em posições antagônicas alguns Parlamentares e a Comissão Mista de Orçamento — pois àqueles não se deu oportunidade de ver aprovadas emendas que haviam oferecido à Proposta Orçamentária que, posteriormente, transformou-se na Lei de Meios para o exercício de 1992.

A matéria a que me refiro tem como título “Nove Deputados ficam com 30% do Orçamento”. E diz o seguinte:

O Orçamento Geral da União para o corrente ano é de Cr\$51 trilhões e 309 bilhões, mas a Comissão Mista do Orçamento do Congresso, depois de aumentar a receita e multiplicar por nove os valores enviados no ano passado pelo Governo, apropriou-se de Cr\$25 trilhões e 500 bilhões, um fato inédito. Tão anormal é o Orçamento de 1992 que o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal se recusou a fechá-lo e até agora ele não foi remetido ao Planalto para a sanção presidencial.

Do total de Cr\$25 trilhões e 500 bilhões, o ex-relator-geral da Comissão Mista, Deputado Ricardo Fiuza (PFL—PE), hoje ministro da Ação Social, reservou Cr\$15 trilhões e 900 bilhões para atender a si próprio e a mais oito deputados. Os restantes Cr\$9 trilhões e 600 bilhões distribuiu com emendas a 532 parlamentares, ficando de fora 18 deputados e senadores, que tiveram suas emendas rejeitadas e outros 32 parlamentares que não apresentaram nenhuma emenda ao Orçamento.

O ex-relator-geral retirou a mais Cr\$370 bilhões dos CIAC, em valores corrigidos e, ao seu parecer de 18 de dezembro último, proibiu o Presidente da República de adequar a execução de despesas fixadas ao ingresso da receita, de abrir créditos suplementares durante o ano baseado em excesso de arrecadação, de remanejar as dotações destinadas ao financiamento de custeio e do investimento agropecuário, de propor outro índice de reajustamento dos valores da receita e da despesa diferente do fixado no substitutivo.

As emendas foram aprovadas na Comissão Mista e no Congresso, pelo grupo dos nove deputados, através de acordo com os partidos de oposição — PMDB, PTB, PDS, PSDB, PT, PDT, PDC, PL, PSD, PCB e PC do B. Mesmo sabendo que não havia número para deliberação em uma única reunião da comissão em do plenário do Congresso, nenhum dos partidos que a compõem pediu, em momento algum, verificação de quorum, votando não apenas o PT para “constar”, segundo alegou seu líder, Deputado José Genoíno, na sessão do Congresso que votou o parecer final, quando elogiou o relator-geral pela forma como fez a partilha.

Nos quadros a seguir, estão os valores das emendas aprovadas — e que irão à sanção do Presidente da República — conhecidas como corpo estranho introduzido na proposta orçamentária de 1992, visto que nela o Governo já havia contemplado, com valores reais, a cada um dos estados, atendendo as reivindicações de todos eles. Todos os quadros foram obtidos pelo *Correio Braziliense* no Prodasen.

Depois de montado todo o Orçamento e proclamado o resultado, cujas emendas aprovadas estão nos quadros anexos, para elaboração dos autógrafos a serem enviados ao Presidente Fernando Collor, o Deputado Ricardo Fiuza endereçou ao Prodasen mais de 500 emendas convulsionando o serviço.

Conforme a imprensa registrou na ocasião, o Prodasen não tinha de onde tirar recursos para atender à exigência, a não ser subtraindo-os do próprio Governo, mas, ainda assim, faltava-lhe autoridade para fazer tais alterações.

Além disso, todo o trabalho já realizado teria que ser desmontado e (refeito) precisando de mais 20 dias para concluí-lo, isto se houvesse solução para o problema, pois as sugestões apontadas para obtenção de recursos não podiam ser aceitas, porque prejudicavam órgãos dos poderes públicos, o que acabaria ocorrendo, segundo os técnicos. O grupo dos nove deputados, porém, insistia em que o Prodasen fizesse essa “conta de chegar”, sob a alegação de que não houvera número para aprovar nada, nem na Comissão Mista e nem no plenário do Congresso, onde tudo fora feito em acordo de lideranças.

Enquanto não se resolve o impasse, o Orçamento Geral da União para 1992 continua no prelo, com a recusa do Prodasen em fechá-lo.

Como se vê, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o *Correio Braziliense*, com a responsabilidade de ser o jornal de maior tiragem da Capital da República e sua larga tradição na imprensa brasileira, denuncia um caso da maior gravidade, fundado em subsídios fornecidos pelo próprio Prodasen, que é o órgão responsável pelo trabalho de consolidação de todas as emendas apresentadas ao Orçamento para o corrente ano. A reportagem evidencia fato da maior gravidade: os Deputados Ricardo Fiuza, de Pernambuco; Hélio Rosas, de São Paulo; Paulo Hartung, do Espírito Santo; Geraldo Tinoco, da Bahia; José Luiz Maia, do Piauí; José Carlos Vasconcelos, Sérgio Guerra e Nilson Gibson, de Pernambuco; e Eduardo Jorge, de São Paulo — esses nove Deputados conseguiram aprovar 15 trilhões, 901 bilhões, 130 milhões e 736 mil cruzeiros em emendas ao Orçamento de 1992. Todavia, enquanto esses poucos tinham tanto, 532 outros Parlamentares, ou seja, os demais Senadores e Deputados, conseguiram aprovar apenas 9 trilhões e 600 bilhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, por ocasião da discussão e votação do Orçamento Geral da União para 1992, tive a oportunidade de procurar o Líder do meu Partido, Senador Humberto Lucena, para reivindicar que a distribuição de dotações por meio de emendas se procedesse de forma equitativa e justa; já previa, então, o risco de que determinados Parlamentares fossem favorecidos, como efetivamente aconteceu e o *Correio Braziliense* denuncia.

Os números e as provas são irrefutáveis; a relação de emendas aprovadas, seus autores e os montantes são conclusivos, expondo casos como o do Senador Cid Sabóia de Carvalho, um dos mais ilustres membros desta Casa, que teve todas as suas emendas rejeitadas. Representantes importantes de Estados destacados, como os Senadores paulistas Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, também não viram a aprovação de suas propostas, enquanto um único Deputado, o Líder Ricardo Fiuza, sozinho, aprovou Cr\$ 10 trilhões e 752 bilhões de cruzeiros em emendas, todas, evidentemente, beneficiando seu Estado, em detrimento dos demais.

Valho-me dos números para, mais uma vez, denunciar a absoluta falta de critérios na destinação dos recursos orçamentários. O meu Estado, o Acre, tem o dobro da população do Amapá e de Roraima, mas foi contemplado com menos dotações para suas necessidades, não por falta de emendas propostas, que foram inúmeras — mas por simples discriminação, que não aceitamos!

Desde já — faltando alguns dias para a instalação da Sessão Legislativa ordinária, a meses do início do processo orçamentário voltado para o exercício de 1993 —, devemos exigir critérios mais lógicos e equânime na formulação da futura Lei de Meios. Não se trata de fisionomia na regis-

lismo, mas de exigência decorrente do próprio mandato do Estado que cada um de nós representa nesta Casa, que exige não ser tratado de forma inferior à sua própria importância, dentro, acima de tudo, dos princípios maiores da Federação e do incentivo ao desenvolvimento das Unidades mais necessitadas. Essa distribuição não pode fugir a tais critérios, para que se evitem os fatos lamentáveis espelhados no Orçamento para o corrente exercício.

Dentro desse contexto de suma gravidade outra se destaca, denunciada pela mesma reportagem do **Correio Braziliense**: depois de ter sido aprovado por meia dúzia de Parlamentares, na Comissão Mista, que nunca teve **quorum** substancial — situação que se repetiu nas votações de Plenário — o projeto orçamentário já se encontrava no Prodasen para a consolidação do texto final, englobando as emendas aprovadas, quando 500 novas mudanças foram a ele encaminhadas, o que é inaceitável e injustificável.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Nabor Júnior?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador Nabor Júnior, esse assunto que V. Ex^a traz à tribuna do Senado é da maior gravidade. É evidente que há uma corte de privilegiados no Congresso Nacional no que se refere a essa questão orçamentária. Mas nós, ambos, somos do PMDB e achamos que o assunto deve começar a ser tratado — como bem disse V. Ex^a, ao contactar o Senador Humberto Lucena — na própria Bancada do Partido, como também nas Bancadas dos demais partidos os nossos Colegas têm por obrigação ferir esse assunto do modo mais eficiente, porque o que V. Ex^a denuncia descredencia absolutamente o Congresso Nacional. Veja V. Ex^a os nomes citados daqueles que tiveram todas as suas emendas rejeitadas. São cidadãos de grande destaque nesta Casa e no Congresso Nacional, excetuando o meu nome, que V. Ex^a citou...

O SR. NABOR JÚNIOR — Não apoiado.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — ...e são pessoas de dignidade comprovada, de comportamento elevado. Esses Parlamentares que não conseguiram aprovar suas emendas, via de regra, não recebem a pecha de fisiologistas, assistencialistas, ou não se incluem naquela história de "é dando que se recebe", um capítulo que ameaça voltar à administração brasileira, com ligações perigosas para com o Congresso Nacional. Eu quero prestar a V. Ex^a a minha inteira solidariedade, dizendo, no entanto, que essa informação publicada pelo **Correio Braziliense** enobrece alguns e, no que pareça promover outros, descredencia-os, evidentemente, porque, na verdade, mostra o favorecimento. Ninguém obteria verbas tão altas, é evidente, sem um comportamento anômalo, sem um comportamento, no mínimo, eticamente condenável. Talvez os que tenham guardado os princípios éticos estejam nessa lista dos que não aprovaram nenhuma emenda. Meu apoio a V. Ex^a

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte. Note, ilustre Senador Cid Sabóia de Carvalho, o ex-Relator da Comissão Mista do Orçamento foi afastado das funções justamente por causa de prática semelhante, de beneficiar seu Estado na distribuição de recursos, em prejuízo das demais unidades. Trocou-se o Relator, mas o lamentável fato se repete — com o agravante — denunciado sem contesta-

ções, da manipulação do texto aprovado pelo Plenário, na fase quase burocrática de sua consolidação pelos técnicos do Prodasen.

É inconcebível, não podemos concordar com isso, de maneira alguma, depois de tantas lutas em busca de recursos para as nossas Regiões, para os nossos Estados, tão carentes.

Apresentamos emendas, defendemos essa melhor e mais justa distribuição de dotações, mas o que vemos é desolador e revoltante: apenas nove parlamentares, dos quais quatro são pernambucanos, conseguiram aprovar todas as suas emendas, o que ocorreu em prejuízo das exigências dos demais Estados e de seus Representantes.

Com essa reportagem-denúncia, o **Correio Braziliense**, mais uma vez, torna-se credor da gratidão de todo o País, ao desvendar as tramas urdidas na elaboração e na consolidação da Lei Básica de sua economia anual, o Orçamento. Os números e os fatos são verdadeiramente estupefacentes, apontando uma situação que não pode continuar.

De minha parte, comprometo-me a desenvolver esforços cada vez maiores no sentido de que a distribuição das verbas públicas se faça de modo mais justo e transparente, assistindo a todos os Estados da Federação e não apenas a alguns pouquíssimos privilegiados, escolhidos ao bel-prazer de quem tem maior ou mais significativo acesso à Comissão Mista de Orçamento.

Quero, inclusive, pedir a transcrição dessa matéria publicada pelo **Correio Braziliense**, com a relação dos recursos e das emendas aprovadas por Parlamentar, para que a Casa dela tome conhecimento e sejam adotadas as providências cabíveis, na oportunidade devida.

O Sr. Ronaldo Aragão — Nobre Senador Nabor Júnior, peço um aparte.

O SR. NABOR JÚNIOR — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Nabor Júnior, também fiquei surpreso quando li a notícia do **Correio Braziliense** de hoje e relata no seu artigo essas discrepâncias. Nós, que somos Presidente da Comissão Mista de Orçamento, parece que em determinado trecho da matéria, quando informa que sua última reunião não havia número, é um pouco de exagero. Quando da reunião da sua aprovação os trabalhos se iniciaram às 8h da noite e foi até às 5h da manhã, o Plenário da Comissão tinha número suficiente, como manda a Resolução nº 2, para a sua aprovação. Então, neste particular, a informação dada pelo **Correio Braziliense** não é verdadeira. O que mais me estranha e, é que esta informação do **Correio Braziliense** foi obtida no Prodasen. Como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, eu as pedi antes da sua compatibilização, o próprio Prodasen disse-me que não me podia fornecê-las. E, hoje, V. Ex^a disse que o jornal citado obteve essas informações do Prodasen. Eu, que sou o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, e que fiz estas indagações por escrito, Senador Nabor Júnior, pedido ao próprio Prodasen, que me fornecesse uma cópia daquilo que tinha sido votado no Congresso Nacional. E o Prodasen disse-me que eu precisaria de uma autorização do Relator-Geral, o que é um absurdo. Então, se o **Correio Braziliense** pediu essa informação, fornecida pelo Prodasen, eu acho muito estranho também. Quanto às emendas, tem V. Ex^a toda a razão, quando se atribui e onde se diz que o Relator aprovou dez trilhões de cruzeiros...

O SR. NABOR JÚNIOR — Quase dezesseis trilhões. Esses nove Parlamentares conseguiram aprovar 15 trilhões, 901

bilhões — e os outros 532 Parlamentares tiveram aprovadas emendas envolvendo apenas 9 trilhões.

O Sr. Ronaldo Aragão — E o que é mais grave neste relato é que depois do Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, eu gostaria de deixar aqui bem claro e bem explícito a nossa responsabilidade cessa quando ele é aprovado na Comissão Mista e é enviado para o Congresso que o votará e enviará para a sua consolidação no Prodasen. Quando a notícia do jornal diz que foram ainda colocadas mais de quinhentas emendas, isso é uma coisa lamentável! Foi contra isso que nós nos debatemos, foi contra essas coisas que nós trabalhamos na Comissão Mista de Orçamento e sofremos as maiores pressões. Mesmo assim, criamos uma comissão, composta de todos os partidos políticos, para acompanhar a consolidação do Orçamento, depois que ele fosse aprovado pelo Congresso Nacional. Então, todos os partidos políticos, por esta comissão, estavam representados na formação da consolidação deste Orçamento no Prodasen. Com essa notícia do *Correio Braziliense*, fico até abismado que isso tenha ocorrido, até porque o Orçamento ainda não foi enviado para a sanção presidencial, o que é outro absurdo.

O SR. NABOR JÚNIOR — Permita-me V. Exª, nobre Senador Ronaldo Aragão, uma breve interrupção no aparte que tanto honra meu discurso — mas existe, agora, uma questão fundamental: o Prodasen está alegando que não tem condições de fechar o Orçamento devido às quinhentas emendas recém-apresentadas, que vão aumentar a despesa e não têm receitas correspondentes. O Orçamento tem que ser fechado, não pode a despesa ser superior à receita, ou seja, para encaixar mais quinhentas emendas é preciso fazer um remanejamento de verbas. Caso contrário, o Orçamento será deficitário, o que é proibido pela Constituição.

Daí a dificuldade vivida pelos técnicos do Prodasen, que não conseguem ajustar os números e as rubricas, prevendo-se o prolongamento dos trabalhos até mesmo durante o próximo mês de fevereiro, impedindo a publicação do Orçamento no *Diário Oficial da União*. O Governo, assim, não vai ter condições de fazer a execução orçamentária no já corrente exercício financeiro.

O Sr. Ronaldo Aragão — É, na realidade, se isso estiver ocorrendo, é um absurdo. Se a despesa não tem a receita correspondente, ele não vai fechar nunca. A informação que tive é que ele estava sendo compatibilizado no DOU. Isso é um absurdo também.

O SR. NABOR JÚNIOR — Compatibilizado em quê?

O Sr. Ronaldo Aragão — No DOU, o que é outro absurdo. Não digo isso com certeza, mas estive aqui na semana passada e procurei saber onde estava o Orçamento, se ele já tinha sido fechado, disseram-me que ele estaria sendo enviado para o departamento de Orçamento da União, para que houvesse essa compatibilização. Quero deixar bem claro que a minha responsabilidade, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, cessou no dia em que entreguei o Orçamento para o Congresso Nacional. A partir daí, a responsabilidade não é mais minha, porque ao entregar a votação na Comissão, que teve *quorum*, para todas as matérias votadas houve *quorum*, por isso que acho que há um equívoco na informação do *Correio Braziliense*. Reafirmo que na votação do Orçamento houve *quorum* suficiente. Agora, essas emendas cobradas a posteriori da votação feita pelo Congresso Nacional, é um negócio muito sério. Para isso, para precaver a Comissão

Mista de Orçamento, nomeei uma comissão, com representantes de todos os Partidos, para acompanhar a consolidação do Orçamento. Era esse o aparte que queria dar a V. Exª.

O SR. NABOR JÚNIOR — Entendo, eminente Senador Ronaldo Aragão, que V. Exª se conduziu com a maior seriedade como Presidente da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional. Tanto assim que, para evitar eventuais acusações de favorecimento, V. Exª não apresentou qualquer emenda à proposta orçamentária — o que pode, ainda, ser anotado na mesma reportagem citada, do *Correio Braziliense*. Mas, entendo, também, que, V. Exª, como Presidente da Comissão Mista de Orçamento, está no dever de procurar a direção do Prodasen, até mesmo seus superiores, a Mesa do Senado Federal, para pedir explicações sobre tão graves denúncias, essa verdadeira ilegalidade, essa "atrocidade imoral e inconcebível de "plantar" quinhentas novas emendas no texto aprovado pelo Plenário.

Creio que nenhum Parlamentar pode concordar com essa prática. Isso é uma fraude, permitam-me enfatizar, isso é uma verdadeira fraude, que, inclusive, fundamentou parcialmente a saída do ex-Relator Deputado João Alves, também vítima de acusações de haver encaminhado ao Prodasen, depois da proposta votada no Plenário do Congresso Nacional, várias emendas para serem inseridas durante a consolidação final.

O Sr. Ruy Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer, nobre Senador Ruy Bacelar.

O Sr. Ruy Bacelar — Senador Nabor Júnior, perplexo estou com o seu pronunciamento como também com as informações do *Correio Braziliense* em relação ao tão cantado Orçamento da República do País. V. Exª muito bem disse que o Deputado João Alves de Almeida foi afastado em face de denúncias de não adequada aplicação do Orçamento passado e este mesmo quando foi substituído pelo, hoje Ministro, Deputado Ricardo Fiuza. Se verdadeiras as informações do *Correio Braziliense*, é algo que precisa ser melhor investigado. Mas, estarecido também fiquei com as declarações de nosso Colega, Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Ronaldo Aragão, quando alega que, solicitando a um dos órgãos da Casa, do Senado Federal, o Prodasen, informações sobre o andamento da consolidação orçamentária, o Prodasen alegou que só poderia dar informações com uma autorização do Sr. Relator. Veja V. Exª a que ponto chegamos. É ou não é Presidente? É ou não é responsável pela Lei Orçamentária do País? Se se passasse com V. Exª ou até com o Senador Rui Barcelar ou com outro qualquer, acredito até com o Senador Ronaldo Aragão, caberia, não tenho dúvida nenhuma, o afastamento imediato de todo o pessoal dirigente do Prodasen, porque isso é uma ofensa não-somente ao eminente Senador Ronaldo Aragão, mas a todo o Senado Federal, a todo o Congresso Nacional. Por isso, quero parabenizar V. Exª por esse pronunciamento que faz, na certeza de que o Presidente da Casa, do Senado, ou do Congresso Nacional, irá investigar, se necessário, nomear ou indicar uma comissão de alto nível, para verificar se são verdadeiras essas denúncias, hoje veiculadas pelo *Correio Braziliense*. Obrigado a V. Exª.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço pelo aparte nobre Senador Ruy Barcelar. Sr. Presidente, o problema se reveste ainda de maior gravidade, ao propiciar a desalentadora sensa-

ção de que de nada adianta votar na Comissão Mista nem no Plenário, quando se trata do Orçamento da União.

Vimos o Senador Ronaldo Aragão fazendo reparos a uma das informações do *Correio Braziliense*, segundo a qual a matéria foi votada na Comissão sem que existisse *quorum* compatível — mas quanto à votação em plenário, foi feita pelas Lideranças, com absoluta e inegável insuficiência de presenças. Disso todos nós sabemos.

A essência do protesto que ora formulo, com tantos e tão valiosos apoios, é de que não adianta mais votar na Comissão Mista, pois a mesma se tornou supérflua. E, o que é pior, o Plenário também! A forma final é definida a bico-de-pena na fase de consolidação definitiva, no Prodasen, implodindo-se a autoridade das instâncias legítimas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: estamos diante de um fato da maior gravidade, uma situação por todos os títulos lastimável, daquelas capazes de solapar a dignidade e a credibilidade do próprio Poder Legislativo; não apurá-la, sincera e profundamente, resultará em suspeições insuportáveis para uma lei que deve ser cristalina, respeitada, digna de responder pela já precária saúde econômico-financeira do País.

Concluo dirigindo o mais veemente apelo aos nobres Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no sentido de que constituam uma Comissão, que reflita a composição partidária de ambas as Casas, para averiguar a veracidade dessa denúncia do *Correio Braziliense*, talvez o fato mais grave ocorrido nos últimos tempos dentro do Congresso Nacional.

Ao cobrar essa apuração completa e definitiva, cumpro minha obrigação como Representante de um Estado injustamente preterido na formulação da Lei de Meios para 1992, relegado aquém de Unidades mais recentes e muito menos populosas, como Amapá e Roraima.

Mas, acima de tudo, defino e defendo dois pontos absolutamente prioritários nessa investigação: resgatar o princípio federativo e a honradez do Poder Legislativo, reafirmando o apelo aos dignos Senador Mauro Benevides e Deputado Ibsen Pinheiro, para a formação de uma Comissão de Inquérito destinada a investigar a veracidade ou não desses fatos e sua elucidação, para conhecimento de toda a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
NABOR JÚNIOR EM SEU DISCURSO:*

Partilha torna-se desafio a qualquer análise lógica

A partilha do bolo orçamentário reserva surpresas, como uma destinação de Cr\$ 2,275 trilhões para o Amazonas e apenas um pouco mais da metade, Cr\$ 1,343 trilhão, para o Rio de Janeiro do aliado do Planalto Leonel Brizola. Mesmo que por uma diferença bem menor, o Amazonas deixa para trás até São Paulo, que abocanha Cr\$ 2,058 trilhões. E o pequeno Distrito Federal sai na frente de Minas Gerais: Cr\$ 1,752 trilhão a Cr\$ 1,750 trilhão.

Pernambuco, do ex-relator geral do Orçamento e hoje ministro da Ação Social Ricardo Fiuza, só perde para o Amazonas, São Paulo, Minas e Distrito Federal. Leva Cr\$ 1,377 trilhão, um recorde só igualável, no Nordeste, aos Cr\$ 1,304 trilhão da Bahia. São quase

Cr\$ 1 trilhão a mais que os valores reservados para a terra do presidente Fernando Collor. Alagoas, de fato, aparece com uma participação humilde: Cr\$ 357 bilhões. Em toda a região, os alagoanos só ganham da Paraíba e Sergipe. Até o Piauí leva uma vantagem superior a Cr\$ 100 bilhões.

Mas nem tudo é desequilíbrio na partilha do bolo orçamentário. Mato Grosso leva Cr\$ 379 bilhões e seu irmão do Sul Cr\$ 373 bilhões, recursos rachados numa proporção semelhantes à que dividiu o próprio Estado. Uma exceção, contudo, que não se repete, por exemplo, com os vizinhos Goiás (Cr\$ 574 bilhões) e sua cara-metade Tocantins (Cr\$ 234 bilhões).

Emendas aprovadas, por parlamentar, em ordem decrescente

Parlamentar	Estado	Parlamentar	Valor aprovado	Parlamentar	Estado	Parlamentar	Valor aprovado
ALCOLO	PE	Ricardo Faria	10.750.565.524,00	PMDB	SP	Alves Guimarães	31.963.712,00
PMDB	SP	Helio Rosas	1.670.096.342,00	PMDB	MG	Maurício Campos	31.511.284,00
PMDB	ES	Pagão Martins	1.066.639.888,00	PMDB	SP	Walter Mery	31.506.597,00
BLOCO	BA	Erasto Tinoco	556.696.825,00	PMDB	PR	João Rocha	31.054.839,00
PDS	PA	João Luiz Maia	504.227.642,00	PTB	BA	F. de Medeiros	30.740.300,00
BLOCO	PE	João Carlos Vasconcelos	474.773.180,00	PDS	PI	Luís Carlos Pinella	30.415.403,00
PDS	PE	Sergio Guerra	323.011.046,00	PMDB	ES	Luiz Calmon	30.289.277,00
PMDB	PE	Nelson Gibon	291.905.279,00	PRN	PE	Neto Maranhão	30.234.700,00
PT	SP	Edson Jorge	258.171.774,00	PTB	PI	Roberto Jefferson	30.131.563,00
		Schmal	15.901.130.736,00	PMDB	ES	Emília Graça de Menezes	29.783.727,00
PMDB	DF	Sigismundo Azeite	177.917.733,00	BLOCO	PE	Antonio Geraldo Rodrigues	29.576.690,00
PMDB	MG	João Geraldo	171.159.824,00	BLOCO	MA	Costa Ferreira	29.352.127,00
PMDB	MG	Fernando Duarte	134.571.888,00	PC do B.	AL	Jandira Fecchi	29.323.667,00
PMDB	MG	Roberto Pádua	125.503.075,00	PL	ES	Heitor Santos Veres	29.184.010,00
PMDB	MG	João Coelho	124.942.256,00	PMDB	GO	Amândeo de Fátima	29.063.367,00
PT	AL	Guilherme Palmeira	124.978.567,00	PMDB	GO	João Batista	28.775.000,00
PTB	MT	Laurenberg Viana Rocha	117.094.020,00	BLOCO	SC	Paulo Duarte	28.511.234,00
PDS	SP	Fátima Mendes	110.588.090,00	PDC	CA	Roberto Riquiera	28.254.664,00
BLOCO	MG	João Antônio de Vasconcelos	109.503.225,00	PMDB	GO	Edmundo Caldas	27.506.400,00
PMDB	MG	Alvaro Vires	108.733.166,00	PDS	PI	S. N.	27.555.954,00
PMDB	PE	Manoel de Lacerda	107.457.487,00	PMDB	MG	Marcelo Lima	27.354.384,00
BLOCO	AN	Alvaro Ferreira	104.924.144,00	PTB	RN	Lawrence Maia	27.303.000,00
PMDB	PA	João Carlos	104.741.122,00	PFL	TO	Carlos Patrocínio	26.979.960,00
PMDB	SP	João Luiz Menezes	102.310.025,00	PDS	RS	Fernando Carmo	26.670.721,00
PMDB	GO	F. de Medeiros	98.975.520,00	PMDB	RS	Italo Pinheiro	26.503.716,00
PMDB	BA	Marcelo Miranda	98.384.320,00	PMDB	RS	Pedro Simon	26.155.350,00
BLOCO	PA	Castoriano Correa	98.002.284,00	PMDB	RS	Rio de Freitas	25.977.329,00
BLOCO	PR	Evandro Corrêa	97.997.614,00	PDS	RS	Carlos Amador	25.939.448,00
BLOCO	PR	Evandro Corrêa	95.445.324,00	PMDB	RN	Alvaro Alves	25.560.753,00
BLOCO	RJ	F. de Medeiros	95.250.434,00	PMDB	RS	Luiz Roberto Rute	25.427.340,00
BLOCO	RJ	Francisco Dantas	94.822.720,00	PRN	SE	Cláudio Franco	25.374.660,00
PFL	RN	Carlo Pereira	94.822.720,00	PL	AL	Neusa Bonfim	25.367.512,00
PMDB	CE	Cheriane Aguiar	94.598.351,00	PMDB	AL	Teodoro Vilela Filho	25.043.190,00
PMDB	MA	Carla Carneiro	94.121.574,00	PMDB	MA	João Batista	25.031.309,00
PMDB	GO	Goedee Uzeda	91.090.931,00	PMDB	AL	Ricardo Torres	24.852.647,00
PFL	MA	João Carlos	79.005.807,00	BLOCO	MS	Alvaro Corrêa	24.555.545,00
PDS	MG	Israel Pinheiro	77.426.578,00	PMDB	MG	Leandro Castro	24.564.256,00
BLOCO	PE	João Manoel Monteiro	77.315.568,00	PMDB	PE	Neito Machado	24.450.490,00
PMDB	CE	Mauro Benedito	77.278.672,00	PMDB	MA	João Duarte	24.421.143,00
PMDB	RS	Victor Facchini	77.197.396,00	PMDB	ES	João de Barros	24.314.484,00
PMDB	PA	João Carneiro	70.748.090,00	PMDB	MG	Luiz Marinho	24.259.127,00
PTB	MS	João Elias	70.471.250,00	PTB	BA	Sérgio Cabral	24.142.826,00
PMDB	PE	João Tadeu Múddas	68.674.344,00	PTB	SC	Nelson Werneck	23.930.561,00
PMDB	PE	Leandro Pinheiro	68.431.207,00	PDC	TO	Eduardo Siqueira Campos	23.696.456,00
PTB	DF	Valmir Campes	68.158.331,00	PMDB	RN	Camêlo Alves Filho	23.659.500,00
BLOCO	CA	Mauro Benedito	65.207.221,00	PDS	SE	Daniel Gonçalves	23.538.720,00
PMDB	PA	Mauro Martins	64.761.740,00	PFL	AP	Hedemir Almeida	23.120.644,00
PTB	PI	Paulo Portales	64.281.673,00	PDS	SC	Espirito Santo	23.026.400,00
PMDB	CE	Paulo Portales	62.355.955,00	BLOCO	BA	Luiz Eduardo	22.727.450,00
BLOCO	BA	João Carlos	61.008.455,00	PDC	BA	Sérgio Rêgo	22.111.320,00
BLOCO	PE	Roberto Magalhães	60.970.610,00	PMDB	RS	Américo Brito	22.207.122,00
PMDB	SC	Renato Lima	60.555.560,00	BLOCO	RN	Fernando Brito	22.121.200,00
PMDB	BA	João Carlos Barata	58.669.794,00	BLOCO	BA	Luiz Loureiro	21.894.670,00
PMDB	CE	Beto Viana	57.465.520,00	PMDB	AC	Teodoro Vilela	21.122.960,00
BLOCO	PL	Caro Nogueira	56.869.646,00	PMDB	PR	João Luiz Gerra	20.924.480,00
PDS	RN	Marcelo Luz	55.853.550,00	PFL	SE	Luiz Roberto	20.731.470,00
BLOCO	RJ	Sandra Cavalcanti	54.111.994,00	PFL	PE	Marcelo Mota	20.707.500,00
PMDB	PA	Condeio Jorge	53.166.570,00	BLOCO	SE	Válio Gomes	20.567.718,00
PMDB	PA	Domingos Pereira	52.254.984,00	PMDB	BA	Luiz Roberto	20.428.400,00
BLOCO	PE	Isidoro Oliveira	52.093.510,00	PMDB	MG	Sérgio Nave	20.175.120,00
PMDB	PR	Humberto Lorenz	50.378.920,00	BLOCO	GO	Ze Gomes da Rocha	19.745.180,00
PDS	RS	Teodoro Vilela	48.610.480,00	PTB	PA	Hilário Lacerda	19.573.750,00
BLOCO	GO	Luiz Viana	48.462.665,00	PMDB	CE	Marcelo Pinheiro	19.174.100,00
BLOCO	AL	Augusto Faria	48.057.042,00	PTB	SP	Nelson Marcondes	19.446.387,00
PTB	MT	Rodrigues Pádua	47.964.800,00	PTB	MT	Paulo Henrique	19.174.100,00
PDC	GO	Paulo Menezes	45.596.560,00	BLOCO	MT	João Pinheiro	18.138.500,00
PDS	PA	Guilherme Melo	45.429.206,00	PTB	DF	Marcelo Lima	18.031.152,00
PTB	MS	Nelson Tral	45.207.212,00	BLOCO	PE	João Manoel	18.016.920,00
PMDB	MT	Marcelo Faria	44.920.580,00	PFL	PL	Rio de Freitas	18.734.855,00
BLOCO	TO	Freire Junior	44.425.398,00	PMDB	CE	Carlos Benedito	18.678.500,00
PDC	ES	Gerson Carneiro	43.758.560,00	PDT	PR	Francisco Evangelista	18.461.744,00
BLOCO	SE	Miguel Gomes	43.399.607,00	PTB	SP	Carlos Alves	18.148.000,00
PMDB	MG	Pedro Tasso	43.445.040,00	PDS	PA	Gerson Lima	18.355.780,00
PDC	AM	Edmarcio Lima	43.257.092,00	BLOCO	SP	Malú Neto	18.309.640,00
BLOCO	PL	Paes Lacerda	42.991.845,00	PTB	MG	João Paulo	18.217.400,00
PFL	MT	Tullio Campos	42.444.555,00	BLOCO	PR	Antonio Costa	17.990.500,00
PMDB	MT	Manoel Moreira	42.171.688,00	PDS	RS	Carlos Benedito	17.571.112,00
BLOCO	MS	Flávio Dória	42.414.950,00	BLOCO	PE	Pedro Costa	17.678.710,00
PMDB	BA	Juliano Junior	41.245.320,00	PMDB	ES	Rita Gomes	17.801.660,00
PMDB	BA	Geórgio Viana Lima	39.873.462,00	BLOCO	RJ	João Epifânio	17.383.337,00
BLOCO	MA	João Benedito	39.202.500,00	BLOCO	MA	Paulo Benedito	17.533.800,00
BLOCO	AL	Cléo Falcão	37.583.120,00	PMDB	PR	Delcídio Tanzi	17.502.500,00
BLOCO	PE	Pedro Inácio	37.181.344,00	PMDB	SP	Gerardo Vilela Filho	17.188.000,00
BLOCO	PR	Cláudio Mota	37.025.180,00	BLOCO	SC	Neusa Mota	16.545.000,00
BLOCO	TO	João Duarte	35.829.280,00	PDS	RS	Abílio de Mota	16.209.448,00
BLOCO	BA	João Duarte	34.715.012,00	PDS	BA	Paulo Viana	16.277.344,00
BLOCO	PR	Benito Pinheiro	34.424.968,00	PRN	MS	Ricardo Salazar Dória	16.264.496,00
BLOCO	MS	Rebecca Soares	34.424.968,00	PFL	PR	Raimundo Lima	16.152.540,00
PTB	MS	Levy Dias	34.221.040,00	PTB	BA	Carlos Santana	16.142.000,00
BLOCO	SC	Carla Souza	33.704.060,00	PMDB	GO	Imperio Costa Junior	16.023.324,00
BLOCO	MG	Humberto Lorenz	33.618.568,00	PMDB	GO	João Natal	15.983.192,00
BLOCO	FE	Osvaldo Costa	33.424.088,00	PC do B.	BA	Haroldo Lima	15.386.260,00
PMDB	AM	Eduardo Ribeiro	33.252.520,00	PDS	CE	Arístido Holanda	15.344.772,00
BLOCO	MS	Carolina Tavares	32.053.000,00	PMDB	PR	João Carlos Lima	15.311.840,00

PMDB	SP	Luiz Henrique	33.219.600,00
PMDB	SC	Eduardo Moreira	15.024.411,00
PMDB	MG	Alfredo Campos	4.054.256,00
BLOCO	SP	Eusebio Melo	4.530.560,00
PTB	MT	Laquim Suenes	4.594.520,00
PDT	PR	Eduardo Melo	4.754.320,00
PSDB	CE	Mauro Sampaio	14.371.550,00
BLOCO	MG	Eduardo Melo	14.385.880,00
PDS	SP	Carlos Basso	14.156.312,00
PTB	RR	Valdeir Pinto	14.177.280,00
PDC	BA	Marcelo Matos	14.159.994,00
PTB	MG	Amílcar Teixeira	14.085.481,00
BLOCO	AL	Vitorino Maia	14.068.923,00
BLOCO	AP	Sergio Barcellos	14.020.450,00
BLOCO	PE	José Vendanha Bezerra	14.003.310,00
PTB	PA	Carlos Kautz	14.022.120,00
PTB	SP	Helio Bouda	13.955.500,00
PDT	RS	Carlos Cardina	13.897.540,00
BLOCO	PB	Brazilio Medeiros	13.897.540,00
PTB	RO	Edison Figueira	13.850.230,00
BLOCO	BA	Amílcar Teixeira	13.850.230,00
PMDB	GO	Luiz Soveri	13.051.520,00
PMDB	RJ	Nelson Carneiro	13.467.040,00
PMDB	MG	Leopoldo Bessa	13.393.245,00
PMDB	TO	Hagibius Araujo	13.387.740,00
PTB	RR	Francisco Rodrigues	13.344.840,00
PFL	RO	Odair Soares	12.618.985,00
PRS	MC	José Ulisses de Oliveira	12.454.351,00
BLOCO	RJ	Sunao Sato	12.355.920,00
PL	SE	Valdemar Costa	12.065.702,00
BLOCO	PE	Gustavo Kruse	11.951.200,00
PDS	AC	João Tavares	11.955.994,00
PMDB	TO	Deivaldo Faria	11.711.596,00
BLOCO	MA	Alcides Moura	11.694.137,00
PSB	PA	Uldemiro Pinho	11.649.920,00
PDC	BA	Jonas Lucas	11.649.920,00
PMDB	PB	João Maranhão	11.644.440,00
PMDB	MG	Paulo Neto	11.155.520,00
PT	RR	Paulo Bernardes	11.133.384,00
PDS	SC	Vasco Furlan	10.911.992,00
PMDB	RS	Nelson Jobim	10.855.248,00
PTB	SP	Valdeir Costa	10.792.082,00
PTB	RO	Carlos Camargo	10.736.080,00
PSDB	RN	João Faustino	10.690.440,00
PDT	RS	Valdemiro Lima	10.607.920,00
PMDB	GO	Pedro Abreu	10.581.440,00
PMDB	CO	Debal Braz	10.551.440,00
PFL	SE	Francisco Rabelo	10.549.328,00
PT	SP	João Duran	10.066.500,00
PRS	SC	Angela Amis	10.072.640,00
S.P.	CO	Romário Castro	9.796.216,00
PRS	TO	Paulo Moura	9.721.632,00
PSB	CE	Luiz Pontes	9.655.200,00
PMDB	RJ	Luiz Moreira	9.635.600,00
PMDB	MG	Sunao Sato	9.602.960,00
PMDB	MG	Amílcar Teixeira	9.477.220,00
BLOCO	PR	Reinhold Stepien	9.295.520,00
PDS	SP	Henrique Faria	9.270.120,00
PR	RJ	Amílcar Teixeira	9.270.120,00
PMDB	PB	Enyde Mota	9.270.120,00
PTB	MS	Marcelo Campos	9.234.630,00
PMDB	PE	Wilson Campes	9.045.740,00
PRS	RR	Teresa Jara	8.920.400,00
PMDB	SP	Tróia	8.914.130,00
BLOCO	RN	Flávio Rocha	8.741.218,00
PMDB	SP	Flávio Rocha	8.741.218,00
PTB	PR	Flávio Rocha	8.741.218,00
PDT	PR	Flávio Rocha	8.741.218,00
PR	TO	Octávio Ruy	8.615.270,00
BLOCO	PR	Amílcar Teixeira	8.255.440,00
PTB	MG	Felipe Santiago	8.255.440,00
BLOCO	MT	Amílcar Teixeira	8.202.112,00
PMDB	ES	Nelson Basso	8.163.240,00
PL	SP	Ricardo Iza	8.117.130,00
BLOCO	MG	Octávio Leite	7.653.220,00
PMDB	SP	Marcelo Bortoni	7.209.620,00
BLOCO	RR	João Basso	7.085.576,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	7.011.102,00
BLOCO	BA	João Basso	6.471.440,00
PMDB	RS	Germano Ribeiro	7.203.940,00
PDS	RS	Felipe Santiago	7.119.520,00
PMDB	MS	Valter Pereira	7.109.920,00
PDS	SP	Rui da Silva	7.002.150,00
PT	SP	Ednardo Suplicy	7.005.554,00
PDT	MA	Mauro Bacciar	6.599.532,00
PFL	ES	Eduardo Alves	6.581.104,00
PDC	MA	Pedro Novas	6.571.590,00
PC do B.	SP	Ado Serejo	6.557.128,00
PT	PA	Paulo Rocha	6.535.700,00
BLOCO	MG	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
BLOCO	AM	Eduardo Alves	6.535.700,00
BLOCO	PR	Marcelo Campos	6.535.700,00
PL	BA	Ribeiro Soares	6.535.700,00

PL	MT	Wellington Fagundes	6.535.700,00
BLOCO	MA	João Basso	6.535.700,00
PDS	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PDT	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PTB	BA	João Basso	6.535.700,00
PSB	MG	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
BLOCO	BA	João Basso	6.535.700,00
BLOCO	PR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	MG	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	BA	João Basso	6.535.700,00
PMDB	MT	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	RR	Amílcar Teixeira	6.535.700,00
PMDB	CE	Amílcar Teixeira	6.535.700,00

PDS	SP	João Franco	1.412.950,00	Bloco	PR	Osvaldo Lima	1.729.500,00
PTB	PR	Cláudio Moreira	1.411.880,00	PTB	PR	Flávio Amaral	1.729.500,00
PTB	PR	Rubens Eteno	1.385.360,00	PTB	MG	Vilson Cunha	1.729.500,00
PTB	SP	Adão Cabral	1.374.720,00	PMDB	PE	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	PR	Sérgio Ferreira	1.374.720,00	PDS	PE	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	MG	Genesio Neves	1.373.480,00	PMDB	RJ	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	SP	Marinho Chaves	1.328.960,00	PVC	MG	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	PR	Tunga Antunes	1.325.800,00	Bloco	PE	Roberto Campos	1.729.500,00
PDS	PR	João de Deus Soares	1.291.200,00	Bloco	PE	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	PE	Fernando Cezar Coelho	1.145.240,00	PL	SC	Maris Guizinski	1.814.200,00
PDS	GO	Mauro Barcelos	1.136.160,00	PMDB	ES	Roberto Valério	1.614.240,00
PDT	CE	Edson Silva	1.071.720,00	IT	RS	João Norberto	1.729.500,00
PTB	AP	Valdeir Góes	1.064.400,00	PDT	AM	Marcondes Neto	1.729.500,00
PL	PA	João Diniz	1.042.280,00	PDT	RJ	Marcondes Neto	1.729.500,00
PDS	MA	João Rodolfo	1.043.920,00	PT	SP	Ernesto Gracifica	1.729.500,00
PMDB	MG	Ronaldo Pereira	1.032.120,00	PDS	AM	Paulo Roberto	1.729.500,00
PFL	DF	Meira Filho	1.031.950,00	BLOCO	MG	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	RS	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	BA	Roberto Campos	1.729.500,00
PT	RS	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	BA	Roberto Campos	1.729.500,00
PLT	RS	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	DF	Roberto Campos	1.729.500,00
PDS	MG	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	SP	Roberto Campos	1.729.500,00
BLOCO	PR	Roberto Mello	1.031.950,00	PDT	RJ	Roberto Campos	1.729.500,00
BLOCO	PR	Roberto Mello	1.031.950,00	PDS	RJ	Roberto Campos	1.729.500,00
BLOCO	PR	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	MG	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	RS	Roberto Mello	1.031.950,00	PDT	MG	Roberto Campos	1.729.500,00
PDS	SP	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	RO	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	SC	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	AM	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	BA	Roberto Mello	1.031.950,00	BLOCO	AP	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	AC	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	PA	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	PR	Roberto Mello	1.031.950,00	BLOCO	RO	Roberto Campos	1.729.500,00
PDS	MA	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	RO	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	SC	Roberto Mello	1.031.950,00	PDT	SP	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	RS	Roberto Mello	1.031.950,00	BLOCO	DF	Roberto Campos	1.729.500,00
BLOCO	PR	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	PR	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	RO	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	RJ	Roberto Campos	1.729.500,00
BLOCO	MA	Roberto Mello	1.031.950,00	PDS	PE	Roberto Campos	1.729.500,00
BLOCO	AM	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	SC	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	RJ	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	PI	Roberto Campos	1.729.500,00
PDS	BA	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	SP	Roberto Campos	1.729.500,00
BLOCO	BA	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	CE	Roberto Campos	1.729.500,00
PDS	BA	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	SP	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	RS	Roberto Mello	1.031.950,00	BLOCO	CE	Roberto Campos	1.729.500,00
PDS	RR	Roberto Mello	1.031.950,00	PC do B	PA	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	RR	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	AL	Roberto Campos	1.729.500,00
PTB	RJ	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	MG	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	MG	Roberto Mello	1.031.950,00	PDS	SC	Roberto Campos	1.729.500,00
BLOCO	BA	Roberto Mello	1.031.950,00	PDT	MA	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	PR	Roberto Mello	1.031.950,00	PL	SP	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	RS	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	AC	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	SP	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	RS	Roberto Campos	1.729.500,00
PTB	SP	Roberto Mello	1.031.950,00	PDS	CE	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	RJ	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	PA	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	PR	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	RS	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	MA	Roberto Mello	1.031.950,00	PDS	SP	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	MG	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	BA	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	AC	Roberto Mello	1.031.950,00	SP	AL	Roberto Campos	1.729.500,00
PTB	PR	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	PR	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	DF	Roberto Mello	1.031.950,00	PDS	RJ	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	ES	Roberto Mello	1.031.950,00	BLOCO	RS	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	AC	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	MA	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	RR	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	MG	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	RJ	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	AC	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	MS	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	SP	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	RR	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	GO	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	AP	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	SP	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	SE	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	AL	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	SC	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	PI	Roberto Campos	1.729.500,00
PDT	RJ	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	DF	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	PI	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	RJ	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	RR	Roberto Mello	1.031.950,00	PTB	PR	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	SP	Roberto Mello	1.031.950,00	BLOCO	MG	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	CE	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	BA	Roberto Campos	1.729.500,00
PTB	AP	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	PR	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	RR	Roberto Mello	1.031.950,00	PT	MG	Roberto Campos	1.729.500,00
PMDB	PA	Roberto Mello	1.031.950,00	PMDB	AL	Roberto Campos	1.729.500,00
Bloco	MG	Roberto Mello	1.031.950,00	PC do B	PE	Roberto Campos	1.729.500,00

Total 25.574,38; 956,00

ATO DO PRESIDENTE Nº 16, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, considerando a situação por que passa o sistema previdenciário brasileiro e a necessidade de estudo profundo do assunto para a busca de soluções duradouras para a Previdência Social, resolve:

Com fundamento no art. 48, nº 33, do Regimento Interno, instituir comissão, integrada por 11 (onze) Senadores, a serem

designados após a indicação das Lideranças, para, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de sua instalação, proceder a amplo estudo do sistema previdenciário brasileiro, tanto no tocante à sua estrutura quanto ao seu regime de custeio e benefícios e propor soluções cabíveis para o seu regular funcionamento e cumprimento de sua destinação Social.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1992. — Senador Mauro Benevides.

ATO DO PRESIDENTE Nº 17, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve designar PAULO ROBERTO MENDONÇA SILVÉRIO, Diretor Adjunto da Assessoria, código SF-DAS-101.3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir o Diretor da Assessoria, no período de 1º a 20 de fevereiro de 1992, durante o afastamento do titular em gozo de férias.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 18, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973,

Resolve designar JOÃO BAIRTON SAMPAIO — Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Classe “Especial”, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir o Diretor da Subsecretaria de Divulgação no período de 1º de fevereiro a 1º de março de 1992, durante o afastamento do titular em gozo de férias.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

EXTRATO DE TERMO DE OCUPAÇÃO

Imóvel: Apartamento 304 — Bloco “K” da SQN 308, de propriedade da União Federal, administrada pelo Senado Federal.

Nome do Ocupante: José Augusto Arcoverde de Melo

Órgão de Lotação: Senado Federal/Segunda Vice-Presidência

Cargo: Analista Legislativo

Matrícula: 1257

CPF: 024291101-30

Vigência do termo de ocupação: 20-12-91

Brasília, 20 de dezembro de 1991. — Gerson Martins de Rezende, Diretor da SSAMP em exercício.

SENADO FEDERAL

Concurso Público para Analista Legislativo — Área de Especialização: Taquigrafia, Técnico Legislativo — Áreas de Especialização: Transportes (Motorista) e Segurança.

Edital nº 1/92

O Senado Federal e a Fundação Universidade de Brasília em obediência ao item 3.2 do Edital nº 1/91, publicado no **Diário Oficial da União (DOU)** de 29 de novembro de 1991, tornam públicos a data, o horário e os locais das **Provas Objetivas** previstas para a Primeira Etapa:

Analista Legislativo-Área de Especialização: Taquigrafia

Data: 15 de março de 1992

Horário: 14:00h às 18:00h

Local: Inscrições de 0001 a 0634 — Ala Sul do Instituto Central de Ciências — ICC — Campus da UnB

Técnico Legislativo-Área de Especialização: Transportes (Motorista)

Data: 15 de março de 1992

Horário: 14:00h às 18:00h

Local: Inscrições de 0001 a 0690 — Ala Sul do Instituto Central de Ciências — ICC — Campus da UnB

Inscrições de 0691 a 0870 — Ala Centro do Instituto

Central de Ciências — ICC — Campus da UnB

Inscrições de 0871 a 2226 — Ala Norte do Instituto Cen-

tral de Ciências — ICC — Campus da UnB

Técnico Legislativo-Área de Especialização: Segurança

Data: 15 de março de 1992

Horário: 14:00h às 18:00h

Local: Inscrições de 0001 a 1170 — Ala Norte do Instituto Central de Ciências — ICC — Campus da UnB

Inscrições de 1171 a 1880 — Faculdade de Estudos Sociais

Aplicados — FA — Campus da UnB

Inscrições de 1881 a 2820 — Faculdade de Tecnologia

— FT — Campus da UnB

Inscrições de 2821 a 3520 — Faculdade de Educação —

FE — Campus da UnB

Inscrições de 3521 a 4140 — Faculdade de Ciências da

Saúde — FS — Campus da UnB

Inscrições de 4141 a 5900 — Bloco I — Centro de Ensino

Unificado de Brasília — CEUB

Inscrições de 5901 a 9438 — Bloco III — Centro de Ensino

Unificado de Brasília — CEUB

O acesso dos candidatos às salas de prova dar-se-á no intervalo de 13:30 às 14:00h.

Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova, no dia 15 de março de 1992, no horário acima estabelecido, munidos de Carteira de Identidade, Comprovante de Inscrição, lápis nº 2 e caneta esferográfica com tinta azul ou preta. Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta ou de calculadora durante as provas.

Os candidatos que chegarem atrasados não terão acesso às salas de prova e estarão automaticamente excluídos do Concurso. Em hipótese alguma serão aceitas justificativas.

Manoel Vilela de Magalhães, Diretor Geral do Senado Federal.

Lauro Morhy, Diretor DAE — UnB.